

MARIA ADELAIDE FERNANDES DE OLIVEIRA

**LEVANTAMENTO, DIAGNÓSTICO E
ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DOCUMENTAL
GRÁFICO DA SECRETARIA REGIONAL DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS
AÇORES**

(Estudo de Caso)

Orientadora: Professora Doutora Gisélia Felício

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ECATI-Departamento de Ciências da Comunicação

Lisboa

2012

MARIA ADELAIDE FERNANDES DE OLIVEIRA

**LEVANTAMENTO, DIAGNÓSTICO E
ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DOCUMENTAL
GRÁFICO DA SECRETARIA REGIONAL DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS
AÇORES**

(Estudo de Caso)

**Dissertação apresentada para obtenção do
grau de Mestre em Ciências Documentais
conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias**

Orientadora: Professora Doutora Gisélia Felício

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ECATI-Departamento de Ciências da Comunicação

Lisboa

2012

*Toda a pesquisa cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser **Conforme ao fim**.*

(GRAMSCI, 1999, p. 234-235)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus orientadores, porque sem eles não seria possível apresentar este trabalho.

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Gisélia Felício, Coordenadora do Curso de Mestrado em Ciências Documentais da Universidade Lusófona, entre outras inúmeras funções, que me incentivou a seguir esta área de Arquivo, uma vez que eu já possuía formação na vertente Biblioteca e me sugeriu a bibliografia mais adequada, encomendando ao estrangeiro uma obra específica e muito importante para este trabalho, bem como a sua constante motivação, mostrando-se sempre disponível e com um grande sorriso para me atender todas as vezes que me desloquei a Lisboa para as nossas reuniões.

De igual modo, quero agradecer aos Drs. Domingos Barreira e Paulo Batista, ambos com formação especializada em Arquivo e a desempenharem funções na Câmara Municipal de Lisboa, a sua disponibilidade em acompanharem o desenrolar deste trabalho, bem como a prestarem todos os esclarecimentos e sugestões que julgaram mais convenientes.

Quero agradecer, muito especialmente, à Professora Doutora Margarida Sá Nogueira Lalanda, Professora Auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais e coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciências Documentais e da Informação, da Universidade dos Açores, todo o apoio que me tem dado, tanto a nível académico como pessoal e por todo o carinho e amizade que sempre tem demonstrado, ao dar-me as melhores sugestões para este trabalho.

Gostaria ainda de expressar os meus agradecimentos ao Dr. João Vieira, docente do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Nova de Lisboa, Coordenador do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos do IRHU e Presidente da Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos, cujas explicações e sugestões foram de extrema importância para esta área de investigação, bem como a visita que me proporcionou às instalações do referido Instituto, no

Forte de Sacavém, para observar o importante trabalho e as metodologias utilizadas no tratamento específico dos Arquivos de Projectos de Arquitectura, tanto no plano arquivístico como no plano informático.

Não quero deixar de exprimir, também, os meus agradecimentos à Dra. Maria Joaquina Esteves Feijão, responsável pela área de Cartografia da Biblioteca Nacional, toda a simpatia e disponibilidade que me dispensou, disponibilizando textos da sua autoria, e proporcionando, também, uma visita ao seu departamento, onde pude verificar a prática arquivística exercida no tratamento da documentação cartográfica.

Quero agradecer ainda, ao Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, Dr. José António Vieira da Silva Contente, que como entidade máxima da instituição, onde exerço as funções de Técnica Superior de Biblioteca e Documentação, me concedeu permissão para estudar esta documentação de arquivo e fazer uso dela para este trabalho.

Foram ainda várias as pessoas que me ajudaram de alguma forma, com sugestões e comentários, a enriquecer este trabalho. Cito, em especial o meu amigo e compadre Licínio Manuel Vicente Tomás, Professor Auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade dos Açores, e orientador de Mestrado de Património, Museologia e Desenvolvimento, bem como as minhas colegas e amigas de Mestrado, Maria da Piedade Escudeiro Dias, Técnica Superior de Biblioteca e Documentação no Instituto Geográfico Português, cujas informações sobre material cartográfico foram preciosas, e Maria de Fátima Medeiros Soares Sousa, sempre disponível e atenta aos artigos que me poderiam interessar para este trabalho.

Citando o ditado popular «os últimos são sempre os primeiros» quero agradecer também à minha filha, que para além do apoio e carinho com que sempre acolheu este trabalho, me possibilitou a estadia, na sua casa, perto de Lisboa, durante estes últimos tempos, proporcionando, assim, uma grande ajuda financeira, dado que vivo longe e tenho de me deslocar em dispendiosas viagens de avião, o que facilitou a assistência às aulas na Universidade Lusófona e a reuniões com os orientadores.

RESUMO

Este trabalho consiste na identificação, selecção e organização do conjunto documental de Mapas, Cartas e Desenhos de Arquitectura que fazem parte do Arquivo da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, do Governo Regional dos Açores, instituição onde exerço as funções de Técnica Superior de Arquivo e Documentação.

Trata-se de documentação acumulada e a necessitar de urgente intervenção.

Assim, foi tomada a iniciativa de realizar um estudo de caso, tendo como finalidade relacionar os documentos gráficos com os processos das Obras Públicas, que lhes deram origem e que se encontravam dispersos e desorganizados, sendo o principal objecto deste trabalho a sua organização de modo a que a documentação/informação possa, num futuro muito próximo, estar devidamente identificada e, acima de tudo, acessível a utilizadores internos e externos.

Os documentos em análise são de diferentes tipologias: Cartas, Mapas e Desenhos de Arquitectura, bem como Plantas de Estradas, Pontes, Lagoas, Ribeiras e Grotas, Gráficos e Logotipos diversos, num total contabilizado em 7.785 unidades.

Estes documentos foram analisados e organizados por tipologia, dentro de cada ilha, cidade, freguesia e lugar, sendo criada uma cota relacionada com o processo da obra que lhes deu origem.

Esta Dissertação segue a Norma Portuguesa 405, no que respeita às referências bibliográficas e citações.

Palavras-Chave: Arquivo Gráfico. Administração Pública. Organização Documental.

ABSTRACT

This dissertation consists of the identification, selection and organization of a documental set comprising Maps, Charts and Architecture Drawings belonging to the Archives of the Regional Department of Science, Technology and Equipments, a Department of the Azores Regional Government, where I work as the Technician responsible for Graphic Archives.

Once all this documentation needed an urgent intervention.

Thus, it was decided to carry out a case study aiming to relate the graphic documents with the respective public works processes. Thus the main objective of this work is to organise them so that they may in a near future be consulted and understood as a whole.

The documents now analysed have different typologies: Charts, Maps and Architecture Drawings, as well as blueprints of Roads, Bridges, Lagoons, Streams and Grottos, Graphics and several Logos, amounting to 7,785 units.

All of these documents were analysed and organised by type, within each island, city and parish to which they refer to, as well as the process to which they belong.

This dissertation follows the Portuguese Standard NP 405, regarding bibliographic references and citations.

Key Words: Graphic Archives. Public Administration. Documental Organization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
CAD	Computer Aided Design
DRE	Direcção Regional de Estradas
DREC	Direcção Regional de Equipamentos Colectivos
DRH	Direcção Regional da Habitação
DRIPA	Direcção Regional de Infra-Estruturas Portuárias e Aeroportuárias
DROPTT	Direcção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres
DROU	Direcção Regional de Ordenamento Urbanístico
DRR	Decreto Regulamentar Regional
FRT	Fundo Regional de Transportes
ICA	International Council on Archives ¹
IGP	Instituto Geográfico Português
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
LREC	Laboratório Regional de Engenharia Civil
NP	Norma Portuguesa
RAA	Região Autónoma dos Açores
SRCTE	Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos
SRES	Secretaria Regional do Equipamento Social
SRHOP	Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas
SRHOPTC	Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

¹ Também conhecido por CIA (Conselho Internacional de Arquivos).

ÍNDICE

Introdução.....	16
Capítulo 1 - Evolução da Arquivística	22
1. 1. Prática arquivística: sua evolução	23
1. 2. Arquivos Regionais e políticas para o sector.....	27
1. 3. Introdução ao estudo dos Mapas e Desenhos de Arquitectura	29
1. 4. O caso dos Açores: distribuição geográfica dos documentos	35
Capítulo 2 - Caracterização institucional	44
2. 1. Estrutura Governativa – Junta Geral Distrital.....	45
2. 2. Governo Regional dos Açores.	53
Capítulo 3 - Organização do Arquivo Gráfico	62
3. 1. Caracterização dos Mapas e Cartas.....	63
3. 2. Desenhos de Arquitectura: História dos edifícios.....	68
Capítulo 4 - Conservação e Restauro dos documentos.....	98
4. 1. Acondicionamento e Conservação.....	99
4. 2. Restauro	105

Conclusão.....	112
Bibliografia	115
Apêndice.....	i
Apêndice I	ii
Apêndice II.....	iii
Apêndice III	iv
Apêndice IV	vii
Apêndice V.....	viii
Apêndice VI	ix
Apêndice VII.....	x
Apêndice VIII	xi
Apêndice IX	xiii
Apêndice X.....	xvi
Apêndice XI	xvii
Apêndice XII.....	xviii
Apêndice XIII	xix
Apêndice XIV.....	xx
Apêndice XV	xxi
Apêndice XVI.....	xxii
Apêndice XVII.....	xxiii
Apêndice XVIII	xxiv
Apêndice XIX.....	xxvi
Apêndice XX.....	xxvii

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1</i> - Distribuição geográfica das Ilhas dos Açores.....	35
<i>Quadro 2</i> - Levantamento de todos os documentos gráficos existentes no Arquivo	36
<i>Quadro 3</i> - Organograma da estrutura da Junta Geral Distrital.....	49
<i>Quadro 4</i> - Organograma das Direcções Regionais da SRES.....	53
<i>Quadro 5</i> - Organograma dos Órgãos que compõem a SRES.....	53
<i>Quadro 6</i> - Organograma da SRHOP.....	54
<i>Quadro 7</i> - Organograma de todos os serviços da SRHOP.....	56
<i>Quadro 8</i> - Organograma da SRHOPTC.....	57
<i>Quadro 9</i> - Organograma da SRHE.....	58
<i>Quadro10</i> - Organograma das competências da SRCTE.....	60
<i>Quadro11</i> - Mapa de Coordenação de Documentos Gráficos com Processos.....	110

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1-</i> Plantas e Desenhos dos edifícios dos concelhos de S. Miguel.....	37
<i>Gráfico 2-</i> Plantas (Estradas, Abrigos, Lagoas, Ribeiras, Logotipos e Modelos)...	38
<i>Gráfico 3-</i> Plantas de S. Miguel e restantes ilhas dos Açores.....	39

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Fig. 1-</i> Liceu da Graça - Ponta Delgada, alçado e planta, datada de 1912, [escala indeterminada].....	17
<i>Fig. 2-</i> Aspecto do arquivo antes do levantamento documental.....	18
<i>Fig. 3-</i> Carta Corográfica da ilha de S. Miguel na escala de 1:50.000, datada de 1897.....	31
<i>Fig. 4-</i> Móvel para expor livros - Perspectiva axonométrica (Biblioteca Pública) [s.d]	33
<i>Fig. 5-</i> Palácio da Conceição - desenho em papel milimétrico, [escala indeterminada] [s.d.].....	34
<i>Fig. 6-</i> Palácio da Justiça – planta de localização na escala de 1:500 [s.d.].....	51
<i>Fig. 7-</i> Edifício Central dos Serviços Pecuários Distritais - planta e alçado na escala de 1:50, datada de 1954.....	52
<i>Fig. 8-</i> Planta Corográfica (cópia parcial da carta da ilha de S. Miguel) na escala de 1:50.000 [s.d.].....	64
<i>Fig. 9-</i> Carta Hidrográfica de Rabo de Peixe na escala de 1:5.000, datada de 1940.....	65
<i>Fig.10-</i> Ortofotomapa da ilha de S. Miguel, datada de 1979 [escala indeterminada]	66
<i>Fig.11-</i> Triangulação – ilha de S. Miguel, datada de 1895 [escala indeterminada]	67

Fig.12- <i>Porto Artificial de Ponta Delgada</i> - planta de localização na escala de 1:100, datada de 1888.....	70
Fig.13- Abrigo da Atalhada - desenho datado de 1950.....	71
Fig.14- <i>Secretaria Regional do Equipamento Social</i> – corte e alçados na escala de 1:100, datados de 1977.....	75
Fig.15- <i>Edifício na Rua 16 de Fevereiro</i> – (sede do actual Governo Regional dos Açores), alçado na escala de 1:100 [s.d.].....	76
Fig.16- <i>Museu Carlos Machado</i> (antigo Convento de Santo André) - alçado sul [escala indeterminada] [s.d.].....	77
Fig.17- <i>Liceu Nacional Antero de Quental</i> – corte e alçado na escala de 1:100, datado de 1939.....	79
Fig.18- <i>Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada</i> - planta de localização na escala de 1:2.000 [s.d.].....	80
Fig.19- <i>Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada</i> - planta na escala de 1:100, datada de 1930.....	83
Fig.20- <i>Antigo Colégio dos Jesuítas</i> - planta na escala de 1: 200, datada de [195?]	85
Fig.21- <i>Egreja Matriz</i> - desenho da fachada posterior [escala indeterminada] [s.d.].....	87
Fig.22- <i>Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada</i> - alçado na escala de 1:100, datado de 1959.....	89

Fig.23- <i>Casa de Saúde de S. Miguel</i> - alçado do Pavilhão dos Pensionistas, na escala de 1:100 [s.d.].....	91
Fig.24- <i>Projecto de melhoramento da Cadeia de Ponta Delgada</i> – planta e cortes, [escala indeterminada] [s.d.]	92
Fig.25- <i>Sede da Alfândega de Ponta Delgada</i> - planta e alçado na escala de 1:100, datada de 1961.....	94
Fig.26- <i>Aeroporto de Ponta Delgada</i> - planta, na escala de 1:2 000 [s.d.].....	96
Fig.27- Papel «melinex» e fita adesiva dupla face com ph neutro.....	101
Fig.28- Planta do Governo Civil em papel cianotipo ou <i>blueprint</i>	104
Fig.29- Desenho da Ribeira do Purgar [s.d.] (restaurado em Outubro de 2009)...	106
Fig.30- Planta de uma estrada (restaurada em Dezembro de 2009 com material semelhante ao original).....	106
Fig.31- Envelope e ficheiro onde ficam organizados os desenhos de projectos de Arquitectura.....	108
Fig.32- Arquivo organizado no final deste trabalho	111
Fig.33- Ficheiros antigos devidamente organizados	111

INTRODUÇÃO

No âmbito do trabalho profissional que temos vindo a realizar ao longo dos últimos dois anos, no Arquivo da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos - SRCTE, departamento do Governo Regional, com sede em S. Miguel, e detentora do Arquivo referente a Obras Públicas em todas as ilhas dos Açores, tomou-se a iniciativa de realizar um trabalho de investigação assente no levantamento de todas as tipologias documentais gráficas produzidas e acumuladas por esta instituição: Mapas, Cartas e Desenhos de Projectos de Arquitectura para posterior e eficaz recuperação da informação.

A documentação em análise é datada de meados do século XIX, até finais do século XX. A maior parte destes documentos foi produzida pela Junta Geral até 1975², passando no ano seguinte para a posse da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos - SRHE, que ao longo dos anos foi adquirindo novas competências e diferentes orgânicas, conforme se pode observar no **Cap. 2**, sendo a sua denominação actual SRCTE.

As diferentes tipologias documentais em estudo - Cartas Topográficas, Corográficas, Hidrográficas, Desenhos de Projectos de Arquitectura de Edifícios, Plantas de Localização, Plantas de Obras nas Lagoas, Ribeiras, Estradas, Pontes e Aquedutos - entre outras, que iremos falar no decorrer deste trabalho, foram acumuladas durante muitos anos, num Arquivo situado num edifício antigo e inactivo, o que tornava quase impossível a recuperação da informação.

A quantidade de documentação que esteve na base deste estudo atingiu um número bastante considerável, dada a dimensão das ilhas e que totaliza 7.785 documentos. Estes foram sendo depositados no Arquivo ao longo de mais de um século, sem preocupações de organização e, por isso, a necessitar de urgente intervenção arquivística.

² A Junta Geral administrava o território até à determinação da autonomia.

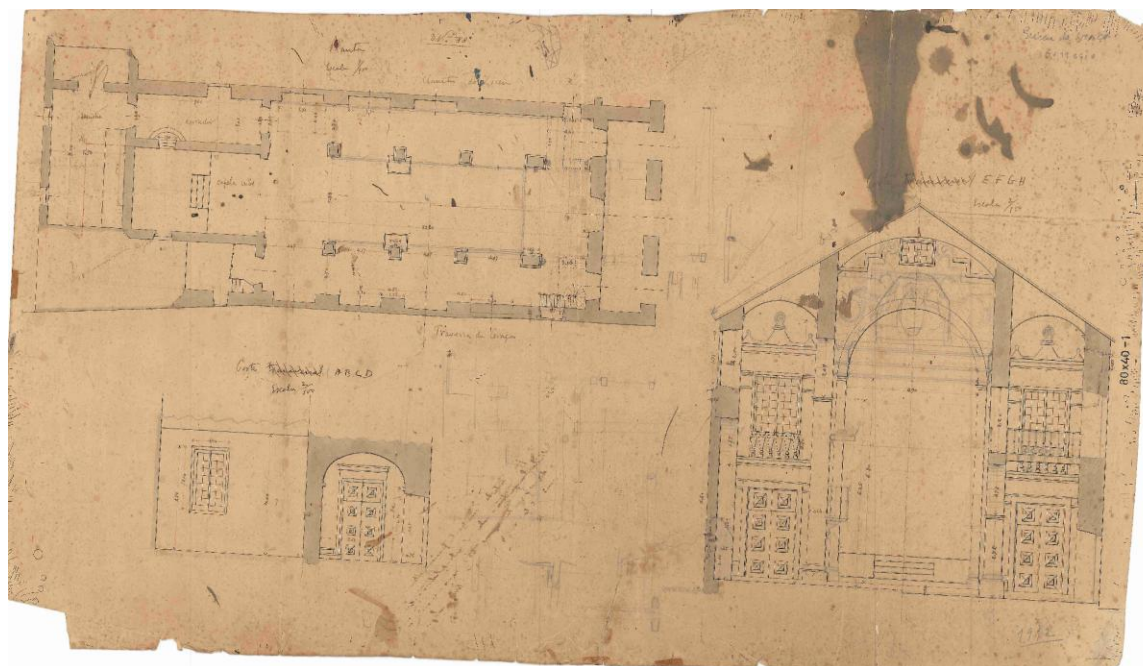


Fig. 1- Liceu da Graça - Ponta Delgada, alçado e planta, datado de 1912 [escala indeterminada].

Ao sermos confrontados com esta situação, foi decidido fazer um levantamento da documentação existente, a sua avaliação e selecção, tendo por base a organização dos documentos por tipologia documental: Mapas, Cartas e Desenhos de Arquitectura, a fim de evitar que se perdessem muitos documentos - alguns de grande interesse histórico, profissional e artístico - por estarem sujeitos ao pó e à humidade, enrolados e amachucados uns em cima dos outros por cima dos armários, dentro e fora de caixotes de cartão.

O desenho da **Fig. 1**, é exemplo do que acabámos de referir, pois encontra-se em muito mau de estado de conservação, com manchas de humidade que alastraram à tinta do desenho e com rasgos e falhas em várias partes.

Considerando a quantidade de documentos a precisar de tratamento, foi feito o levantamento e organização tendo, inicialmente, a preocupação de realizar uma análise de carácter mais quantitativo. Contudo, no decorrer do trabalho, e dada a envolvimento no meio, foi-se tornando numa análise de carácter também qualitativo e descritivo, pois o que nos interessa, realmente, salientar é o tratamento da informação contida nos documentos acumulados e não tanto quantidades ou questionários.



Fig. 2 - Aspecto do arquivo antes do levantamento documental

A motivação para realizar este trabalho partiu duma visita ao Arquivo onde se encontrava acumulada a maior parte dos documentos gráficos, numa altura em que nos foram pedidos os desenhos e plantas de arquitectura do edifício que é hoje sede do Governo Regional dos Açores.

Dada a dificuldade que tivemos em encontrar os documentos solicitados, relativos ao edifício em questão, uma vez que estavam, apenas, agrupados em gavetas, por tamanhos, sendo que a maior parte se encontrava fora das mesmas, conforme se ilustra na **Fig. 2**, sem qualquer critério de ligação aos processos de origem, facto que nos levou a propor organizar esta documentação, segundo os princípios arquivísticos em vigor, que mais adiante iremos mencionar, de forma a tornar o material gráfico acessível através da pesquisa.

A tarefa tornou-se particularmente difícil porque muitos dos Mapas, Cartas e Desenhos de Arquitectura foram produzidos por arquitectos e outros especialistas, que não os identificaram, adequadamente, e que já não estão acessíveis para eventuais esclarecimentos adicionais, o que coloca ao arquivista enormes problemas de como identificar esta documentação que urge tratar.

Enveredámos, assim, pela realização de um trabalho de levantamento tipológico, de identificação, selecção, organização e recuperação de todos os documentos, de modo a se ter acesso à totalidade da informação no mais curto espaço de tempo.

Esta investigação é importante para a Instituição, porquanto irá proporcionar, num futuro muito próximo, a possibilidade de acesso a toda a documentação, produzida no âmbito dos processos das Obras Públicas, divulgá-la, através de exposições, facto que já acontece, actualmente, sobre as estradas, construídas em todas as ilhas, bem como poder responder com prontidão a solicitações no âmbito de investigações de natureza académica ou outras.

A motivação em prosseguir este trabalho foi crescendo à medida que fomos tendo a percepção de que nunca tinha sido realizado um trabalho desta natureza na Região Autónoma dos Açores.

Contudo, e apesar dos documentos parecerem estar acumulados, indiscriminadamente e destituídos de qualquer ligação aos processos que lhes deram origem, com o desenrolar do trabalho foi sendo perceptível a relação que existe, efectivamente, entre eles, o que vem corroborar a ideia de que a noção de fundo de Arquivo é maior do que o conjunto das relações natural e artificialmente estabelecidas entre os documentos.

“Por vezes a distância física e temporal que normalmente separa a fase definitiva de um arquivo do momento da sua produção acaba por condicionar a forma como esse mesmo arquivo é percebido enquanto objecto de conhecimento e de acção por parte da maioria dos profissionais. Estes nem sempre munidos dos conhecimentos e das técnicas que os habilitam a reconhecer, compreender e respeitar estruturas documentais muitas vezes desmaterializadas, erigidas de acordo com “inusitados” sistemas ou métodos que apenas tinham o propósito de responder a necessidades funcionais numa determinada época”. (VIEIRA, 2006, p. 8-17)

Foi, deste modo, criado um projecto construtivo de acordo com o contexto, a estrutura e o conteúdo, tendo em consideração a maneira mais adequada para servir com eficácia os propósitos que se preconizaram em termos de futura pesquisa dos documentos.

Numa primeira abordagem, os objectivos que nos propusemos alcançar ao realizar este trabalho, visavam identificar, ordenar e arquivar a fim de constituir a base de dados que permitiria proceder à informatização de toda a documentação, com recurso a um *software* específico, de forma a salvaguardar a relação entre as diferentes tipologias de documentos.

Para esse efeito, foram importantes as fontes de informação de carácter institucional, através da análise pormenorizada das orgânicas publicadas durante o Governo da Junta Geral e do Governo Autónomo dos Açores; da documentação acumulada, desde meados do séc. XIX, e relativa aos processos de construção das Obras Públicas, cujas fotografias, da nossa autoria, são exemplo concreto.

Foram, também, muito úteis, para fundamentar este trabalho, as páginas *WEB* e os vários programas e aplicações como o *Word*, *Excel*, *Photoshop* e *Digitarq*, que nos permitiram realizar os textos, quadros, organogramas e fotos inseridas nas páginas deste trabalho.

Cabe, aqui, também, fazer referência ao trabalho de levantamento e tratamento dos processos relativos às obras públicas realizadas, desde o tempo da Junta Geral Distrital até aos Governos Autónomos, que está a ser feito, paralelamente, no Arquivo da SRCTE, cujo objectivo final é o de se conseguir uma eficaz e total recuperação da informação no seu conjunto - documentos gráficos e processos.

Em conformidade com o exposto, estruturámos este trabalho da seguinte forma:

No capítulo 1, fazemos uma breve resenha sobre os principais acontecimentos que marcaram a Arquivística nos últimos anos, nomeadamente desde a 2ª Guerra Mundial até à actualidade, englobando as mudanças operadas na Região Autónoma dos Açores.

No capítulo 2, tomámos a opção de descrever com detalhe a caracterização da instituição, detentora da documentação gráfica, que decidimos organizar, tendo a preocupação de salientar dois tempos distintos - Junta Geral Distrital até à data de 1976 e Governo Regional Autónomo depois dessa data até ao ano de 2009.

No respeitante ao capítulo 3, debruçámo-nos sobre as metodologias aplicadas na organização do arquivo gráfico, tendo em consideração os diferentes tipos de documentos que compõem o conjunto que nos propusemos tratar.

Por último, no capítulo 4, apresentamos o desenvolvimento de um trabalho prático de organização e conservação de todos os documentos, propondo e procedendo mesmo ao restauro de alguns desses documentos em piores condições de conservação.

A meta a que nos propomos atingir, prende-se com a ligação que será possível fazer entre os documentos gráficos, anteriormente descontextualizados, e os respectivos processos de obras públicas que lhes deram origem, tornando, assim, possível a pesquisa pelo conjunto dos documentos/informação.

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO DA ARQUIVÍSTICA

1.1 Prática Arquivística: sua evolução

Findo o predomínio tutelar da ciência histórica sobre os Arquivos que existiu desde a Revolução Francesa, foram criadas as condições para tornar a Arquivística uma disciplina independente, com novos conceitos, nunca perdendo, no entanto, as ligações anteriores, mas conquistando um plano de igualdade em relação às outras ciências.

Passados cem anos da publicação do conhecido “Manual dos Arquivistas Holandeses”, que marcou o começo de uma nova etapa da Arquivística, é no século XX que se atinge uma actividade ímpar na investigação. Esta atenção, por parte de vários estudiosos, nomeadamente portugueses, tem sido encarada, nos últimos vinte anos, como uma ciência dentro das Ciências da Informação. (SILVA, 1999, p. 45-201)

Relativamente à diferença entre teorização sobre Arquivística e fundamentação sobre a prática arquivística, teremos de conhecer em profundidade a documentação que estamos a tratar, a fim de se poder vir a sustentar a teoria que lhe é aplicada.

Em 1934, um grupo de arquivistas publicou o primeiro volume de uma vasta obra, intitulada “Guia Internacional de Arquivos” e anos mais tarde, foi criado o Conselho Internacional de Arquivos - CIA, no âmbito da UNESCO, que vem colmatar uma necessidade de coordenação em relação à maneira como se deveriam tratar os Arquivos.

A investigação volta-se, então, para uma questão muito importante, e ainda muito pertinente nos dias de hoje, e que está, directamente relacionada com a análise do conteúdo dos documentos, surgindo mesmo o termo *recuperação da informação*.

A informação contida nos documentos passou a ter maior importância, que até aí era atribuída apenas ao conjunto do documento.

Com a publicação, em 1970, do *Manuel d'archivistique: Théorie et pratique des archives publiques en France*, um tratado eminentemente prático e descritivo, porque nele são enumerados diversos princípios, regras e exemplos, que na época, o tornaram um marco de referência e que veio também propiciar uma maior abertura para o campo da investigação na área da Arquivística, em novas direcções, como a anexação dos arquivos administrativos, a abertura aos arquivos privados, e de empresas, bem como um esforço para englobar arquivos gráficos, sonoros e visuais, incluindo o microfilme.

Foi, também, nos anos 70, que a reconstituição dos arquivos patrimoniais do Estado ganhou maior importância no quadro da pós-descolonização em África, Ásia e América e que levou vários países europeus a desenvolverem acções de ajuda técnica aos países em vias de desenvolvimento.

Importa, ainda, referir que o esforço desenvolvido no sentido de criar mais e melhores profissionais de arquivo, levou à criação de movimentos associativos, em Portugal e no Brasil, sendo em 1973, fundada a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - BAD.

Nos finais da década de 70, com Charles Dollar, começa a existir uma preocupação com o valor da *informação*, mais do que com o documento, no sentido clássico, enquanto somatório de conteúdo informativo.

É, pois, com este investigador que se abre caminho para a *informação* no contexto dos arquivos e o posicionamento da Arquivística, no âmbito das Ciências da Informação.

Ao aproximarmo-nos da actualidade, damo-nos conta, de que muito mudou, e a evolução das práticas arquivísticas carece de um suporte teórico que preserve a sua identidade e clarifique os princípios intemporais que lhes têm servido de fundamento. (SILVA, 1999, p. 19)

Na actualidade, a Arquivística atravessa um período saudável de debate a respeito do seu próprio objecto, sendo a noção de *arquivo* confrontada com os problemas decorrentes da existência de novos suportes e do uso de novas tecnologias.

A nível universitário, é de realçar a criação, em 1982, dos cursos de especialização em Ciências Documentais, destinados a formar pessoal técnico superior de Bibliotecas e Arquivos. Foram, então, criadas as duas áreas de estudo, a *Biblioteconomia* e a *Arquivística*.

A criação do Instituto Português de Arquivos, em 1988, projectou a Arquivística nacional para o exterior e estimulou experiências inovadoras nos domínios da avaliação de documentos e da informatização de arquivos. Foi nesta década que se começou a implementar a normalização descritiva e a preservação dos documentos electrónicos, questionando-se, assim, o paradigma tradicional.

A publicação, em 1993, do *Dicionário de Terminologia Arquivística* é também outro sinal de inovação, que desde alguns anos, vem envolvendo a Arquivística em Portugal.

Com a força da revolução tecnológica da informação, o arquivista, o bibliotecário, o documentalista e o especialista em gestão informática tendem a fundir-se num novo profissional que sintetiza as diversas competências adstritas a todos eles – um técnico da informação.

Urge, pois, remodelar a formação nas áreas documentais em conformidade com esta nova perspectiva e repensar o papel dos arquivistas na Sociedade da Informação.

O técnico, guardador de documentos, que na retaguarda esperava, discretamente, que a entidade orgânica produtora da informação lhe remetesse aqueles suportes documentais que deixavam de ter uso administrativo corrente, terá de, na chamada era «pós-custodial», passar a estar na linha da frente, isto é, junto da produção da informação e de ser o gestor e estruturador do fluxo informacional que corre no seio da organização e alimenta o funcionamento e a capacidade decisória da mesma.

“A simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e duradoira de “documento” (tendencialmente identificado com mensagens registadas num suporte papel) como conceito operatório e como objecto de estudo e marcou a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada “era pós-custodial”.(RIBEIRO, 2005, p. 7)

Esta mudança de paradigma remete para os desenvolvimentos observados nas Ciências da Informação e da Documentação, em que o conceito de fundo deixa de ter significado e surge o sistema enquanto conceito de informação onde se interligam o factor estrutura orgânica, o factor serviço/uso e a memória, reflectindo toda a dinâmica e complexidade de relações entre si e que são objecto de estudo científico.

Contudo, a mudança de paradigma exige, naturalmente, uma formação em conformidade.

As licenciaturas em Ciências da Informação e da Documentação, que tiveram em Portugal, um maior incremento com o aparecimento das novas tecnologias, nos anos 90 do séc. XX, e a necessidade de maior especialização nas áreas da Arquivística e da Bibliotecnomia, com a criação de Cursos de Pós-Graduação – que, no meu caso específico, ajudou a perceber melhor toda a dinâmica de trabalho num Arquivo - nos quais os alunos são convocados para metodologias de investigação.

As práticas seguidas nestes cursos são adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social – a informação – e encaram a Arquivística, não como uma técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área das Ciências da Informação e da Documentação.

1.2 Arquivos Regionais e políticas para o sector

No que concerne a matéria de investigação sobre a organização dos Arquivos na Região Autónoma dos Açores, somente temos conhecimento de alguns artigos sobre o tema mas apenas focados nas Bibliotecas Públicas de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. (MEDEIROS, 2001)

Com o Decreto Legislativo Regional nº 13/81/A, de 19 de Fevereiro de 1981, foi posta em prática a reestruturação dos quadros de pessoal e foram definidos os princípios de orientação em matéria de arquivos públicos regionais.

Contudo, pouco se tem feito, ao longo dos anos, na Administração Pública Regional dos Açores, enquanto no resto do país, inclusive na Madeira, já existe um desenvolvimento bastante maior na organização dos Arquivos.

“Um olhar sobre os arquivos públicos açorianos leva-nos a uma primeira reflexão relacionada com o desfasamento destas instituições com os progressos, pelo menos legislativos, que incontestavelmente se deram a nível nacional. Enquanto os diplomas legais que enquadram uma política arquivística nacional se sucederam, nos Açores parece ter havido um manifesto desinteresse numa linha condutora de uma política regional para o sector.” (LEITE, 2001, p. 759-764)

Paulatinamente, e a reboque do que se passa a nível nacional, tem existido alguma atenção para a importância dos Arquivos na gestão da Administração Pública Regional dos Açores. Assim, em 2007, foi criada uma comissão coordenadora com o fim de orientar o trabalho a realizar nestes Arquivos, conforme se refere no **Capítulo 2, p. 61**. Todavia, também a esse nível, resultados do trabalho não se têm feito notar muito.

Quanto aos Arquivos que são resultado da extinta Junta Geral Distrital e do Governo Regional, que traduzem as várias funções que os mesmos desempenharam ao longo dos anos, só agora começam a ser tratados convenientemente e nalguns casos ainda permanecem misturados.

No que respeita à SRCTE, os Arquivos estão a ser tratados por técnicos com formação na área, e conforme a legislação em vigor, referida no capítulo 2.

Temos, ainda, conhecimento de que a Secretaria do Ambiente e do Mar, no Faial, e a Secretaria da Economia em S. Miguel têm técnicas especializadas na área de Arquivos a tratar dos mesmos, seguindo a nova legislação³.

Apesar disso, estão, ainda, por tratar muitos Arquivos em toda a RAA, e está, nesta data, a ser desenvolvido um trabalho de investigação para dissertação de Mestrado sobre o estado dos Arquivos, com a designação “Políticas para a Gestão de Informação Arquivística: os arquivos centrais da administração pública dos Açores”.

³Decreto Regulamentar Regional nº 7/2008/A de 30 de Abril.

1.3 Introdução ao estudo dos Mapas e Desenhos de Arquitectura

As primeiras tentativas de comunicação, por escrito, fizeram-se através de desenhos. Estes conseguem mesmo uma eficácia de expressão muito maior do que a fala ou a escrita. Assim, desde os primórdios que o homem sentiu necessidade de comunicar com o seu semelhante, o que o levou a desenhar os traços das características do terreno que o rodeava para se fazer compreender. Deste modo, nasceram os primeiros «croquis» e esboços, ainda antes da escrita.

Contudo, há que distinguir dois tipos de desenho: O Desenho Artístico e o Desenho Técnico. O primeiro tem uma ampla liberdade de expressão, enquanto no segundo a diversidade na representação já não é admissível. (CUNHA, 2010, p. 20-30)

Os primeiros *desenhos* tiveram como suporte a pedra, depois apareceu o papiro, mais tarde o pergaminho e a madeira, que eram gravados com traços primitivos e esquemáticos e representavam o objecto cartografado.

Séculos mais tarde, a preocupação do homem estendeu-se ao aspecto que devia apresentar uma determinada construção, acampamento, rua, cidade ou vila. Assim, surgiram os primeiros desenhos de engenharia e arquitectura.

Estes desenhos, na sua essência, são documentos gráficos destinados a fixar uma informação situacional de um determinado ponto.

O Instituto Geográfico Português, cujas origens remontam aos finais do século XVIII, é a entidade sucessora do Centro Nacional de Informação Geográfica-CNIG e do Instituto Português da Cartografia e Cadastro-IPCC, e actual depositário de um vasto património científico e histórico de Mapas e Cartas, ainda pouco conhecido do grande público e que urge valorizar e divulgar, dado que é um organismo que tem desenvolvido um trabalho muito intenso nesta área da Cartografia.

Em finais do século XVIII, acompanhando a evolução das técnicas que estavam a ser desenvolvidas na área da cartografia, em alguns países europeus, são lançados os fundamentos da moderna cartografia terrestre portuguesa. O objectivo que se pretendia alcançar, significava uma completa ruptura com o passado, na forma e conteúdo do acto de conhecer e representar o território: uma cartografia apoiada numa rede geodésica, definida com modernos instrumentos de precisão.

Contudo, os resultados iriam ficar bastante longe das expectativas iniciais, dado que o projecto exigia um enquadramento político, e nessa época as entidades que governavam não estavam muito abertas a novas tecnologias. (BOIÇA, 2003, p. 68)

Nos Açores, a Cartografia começou também a ser desenhada em meados do século XIX, e encontramos neste acervo, que estamos a tratar, documentos, cuja data mais recuada, se situa nos anos 90, como se pode verificar na *Fig. 3*.

No que se refere, especificamente, ao tratamento dos Desenhos de Arquitectura, temos conhecimento de que existe muita investigação, a nível internacional, cujo exemplo mais notável é a obra de referência, que serviu de orientação para elaborar a metodologia a seguir no percurso deste trabalho⁴.

Em língua espanhola, existe, também, uma obra especialmente dedicada a este tema das Cartas, Mapas e Desenhos de Arquitectura, cuja orientação foi também seguida neste trabalho. (ANDREU CARRASCAL; GIL TORT, 2008)

A nível nacional, os estudos feitos na área dos Arquivos gráficos, nomeadamente no respeitante a Documentos de Arquitectura, relacionam-se com os trabalhos realizados por João Vieira no âmbito do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU.

⁴ *A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th centuries*. Paris: ICA, 2000.

“Estes Arquivos, para além de serem uma riqueza do Património arquitectónico português, devem assumir uma importância estratégica no contexto das organizações que desenvolvem actividades na área da construção de edifícios.” (VIEIRA, 2006)

É, de salientar, ainda o trabalho de Joaquina Feijão na área da Cartografia da Biblioteca Nacional.

No que à Região Autónoma dos Açores diz respeito, não temos conhecimento de alguma vez ter sido publicado qualquer trabalho nesta área específica da documentação.



Fig. 3 – Carta Corográfica da ilha de S. Miguel na escala de 1: 50 000, datada de 1897.

Os Mapas das cidades, pelas suas características próprias, são documentos que se situam entre a cartografia e a arquitectura, porquanto desempenham, desde a Antiguidade, um papel multi-funcional, que vai desde a estratégia militar à turística, bem como possibilitam o estudo de múltiplos aspectos do nosso passado. São estas características que suscitam grande interesse aos investigadores e historiadores que consultam os Arquivos.

As diferentes tipologias de desenho são documentos gráficos elaborados por arquitectos, engenheiros ou profissionais técnicos do desenho e representam um determinado espaço, um objecto tridimensional de uma construção existente ou realizável. A maioria dos documentos integra um projecto que se foi desenvolvendo ao longo dos anos, mas foi nos finais do Século XIX, que se institucionalizaram como tal na Europa ocidental. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 228-231).

Durante a segunda metade deste século surgiram grandes inventos que transformaram a visão do mundo, o que influenciou também a elaboração dos Mapas e Desenhos de Arquitectura.

Em 1860, realizou-se a primeira fotografia aérea - ortofotomapa - de uma cidade, em Itália. Este novo tipo de documento representou uma fonte de extrema importância para estudos e reproduções fiéis do território, uma vez que tinha uma aparência semelhante à fotografia, distinguindo-se pela correcção geométrica das imagens, que se vieram a desenvolver. No acervo que estamos a tratar, encontra-se, ainda, um documento de fotografia aérea da ilha de S. Miguel, conforme se ilustra na *Fig. 10*.

Nos anos 30 do século XX, registam-se algumas alterações aos projectos de arquitectura, pela generalização das perspectivas axonométricas⁵, tão características dos projectos racionalistas do movimento moderno.

⁵ *Modern Movement in Perspective* (efeito geométrico que dá uma noção de espaço).

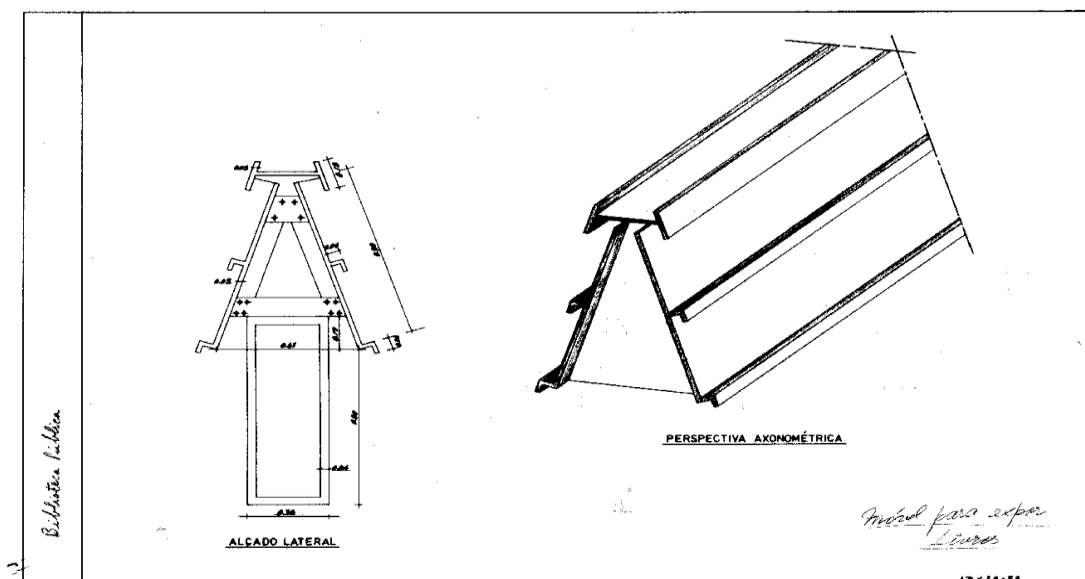


Fig. 4- Móvel para expor livros – Perspectiva axonométrica (Biblioteca Pública) [s.d.].

É, contudo, a partir da segunda metade do século XX, que se nota uma crescente especialização nos projectos de arquitectura. Para o efeito, são criadas empresas que se dedicam à especialização das várias fases do projecto, com trabalhos de cálculo de estruturas, apresentações e outros.

Nesta mesma época assistimos a uma *standardização* dos desenhos de arquitectura, em detrimento dos pormenores, com o seu ponto mais alto na introdução da informática e nomeadamente dos sistemas CAD⁶.

Também a introdução do sistema *plotter*⁷, para a reprodução das plantas, e a evolução tecnológica das mesmas permitiu acompanhar os progressos da informática.

Apesar das vantagens que este progresso dos sistemas informáticos foi trazendo ao trabalho de arquitectura, teremos de considerar que também foi impedindo que se continuassem a realizar projectos à mão, perdendo-se, assim, muita da beleza dos Desenhos de Arquitectura.

⁶Computer Aided Design.

⁷Uma plotter ou lutter é uma impressora destinada a imprimir desenhos de grandes dimensões com elevada qualidade e rigor.

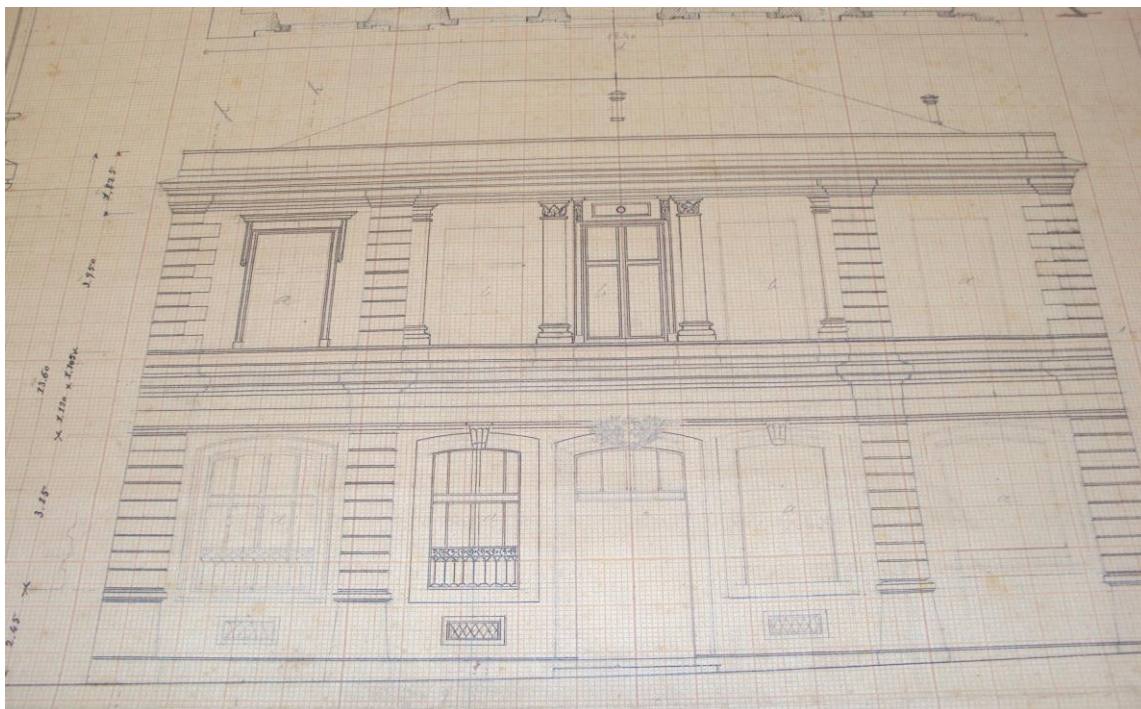


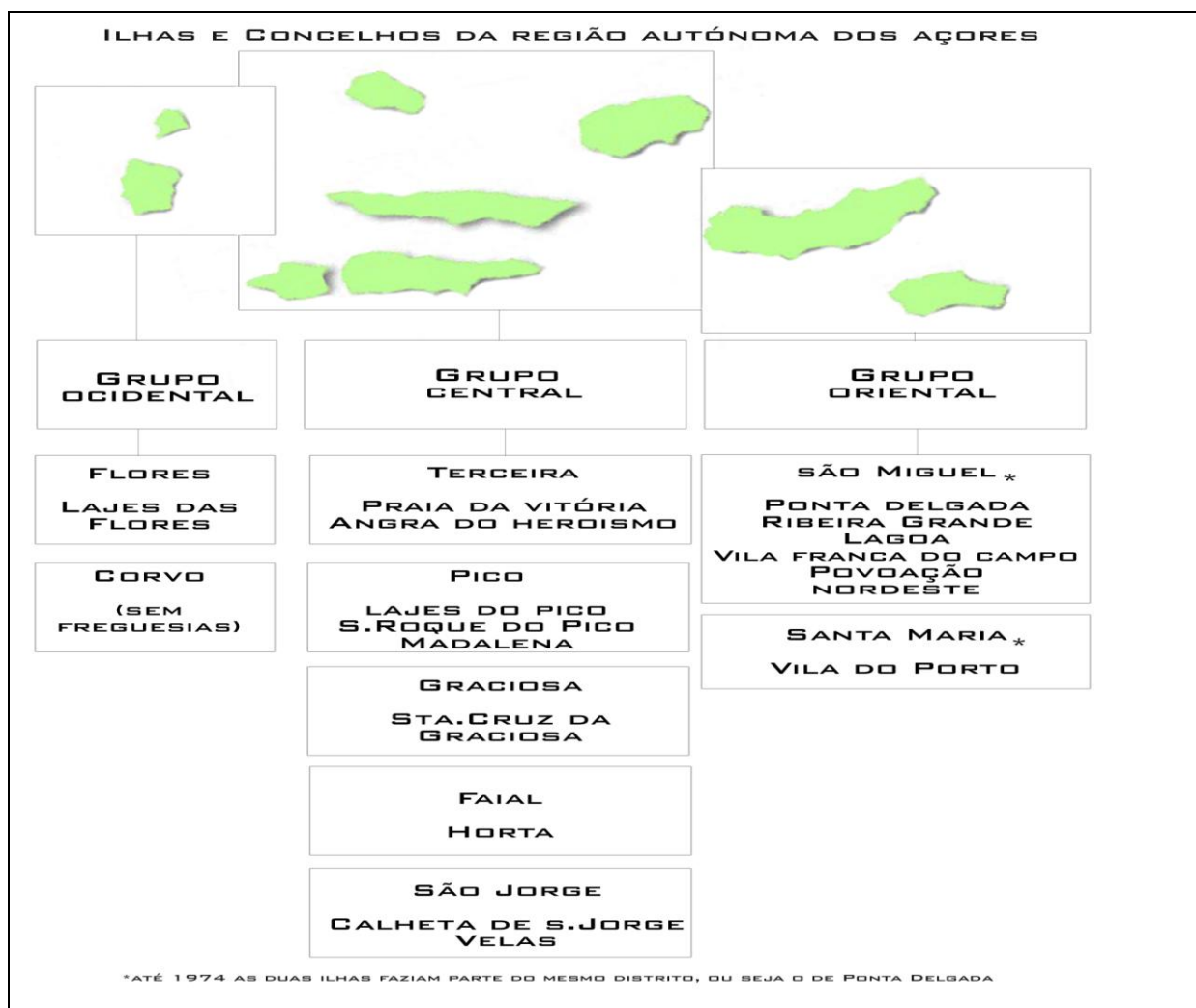
Fig. 5- Palácio da Conceição - desenho em papel milimétrico [escala indeterminada] [s.d.].

Este desenho apesar de não estar datado, podemos identificá-lo como tendo sido realizado nas primeiras décadas do século XX, dado que se encontram, no nosso Arquivo, desenhos de outros edifícios realizados no mesmo tipo de papel e que datam desta época.

1.4 O caso dos Açores: distribuição geográfica dos documentos

No decorrer do levantamento de toda a documentação gráfica, começámos por agrupar, em primeiro lugar, os Desenhos e Plantas de Arquitectura dos Edifícios, da seguinte maneira: ilha, concelho, cidade, vila, freguesia ou localidade.

As ilhas dos Açores são divididas em 3 grupos, conforme se observa no **Quadro seguinte**:



Quadro 1- Distribuição geográfica das Ilhas dos Açores

Procedemos, assim, à organização e agrupamento dos documentos gráficos referentes a S. Miguel por cada concelho e freguesia - **Apêndice I**, seguindo o mesmo critério para as restantes ilhas, como se pode observar no **Apêndice XV**.

Depois de feita a selecção e organização dos Desenhos e Plantas de Arquitectura dos edifícios, nas cidades, vilas ou freguesias, seleccionámos e agrupámos os Mapas, Cartas e restantes tipologias documentais pelo seu conteúdo, conforme se observa no **Quadro 2**:

Plantas e Desenhos dos edifícios da cidade de Ponta Delgada	1.402
Plantas e Desenhos das freguesias do Concelho de Ponta Delgada	556
Plantas e Desenhos da cidade/concelho da Ribeira Grande	510
Plantas e Desenhos dos outros concelhos de S. Miguel:	
- Lagoa	73
- Vila Franca do Campo	90
- Nordeste	185
- Povoação	471
Plantas das Estradas de S. Miguel	2.448
Plantas de Abrigos e Apeadeiros	92
Plantas das Lagoas	74
Plantas de Ribeiras e Grotas	125
Plantas Topográficas e de Localização de S. Miguel	135
Plantas de Modelos e logótipos	402
Desenhos e Mapas das outras ilhas	811
Plantas da Direcção da Habitação e sem localização	411
Total de Mapas, Plantas e Desenhos	7.785

Quadro 2 - Levantamento de todos os documentos gráficos existentes no Arquivo

Os elementos que constam deste quadro estão devidamente descritos nos Mapas em **Apêndices II a XVI** e representados nos gráficos seguintes:

GRÁFICO 1

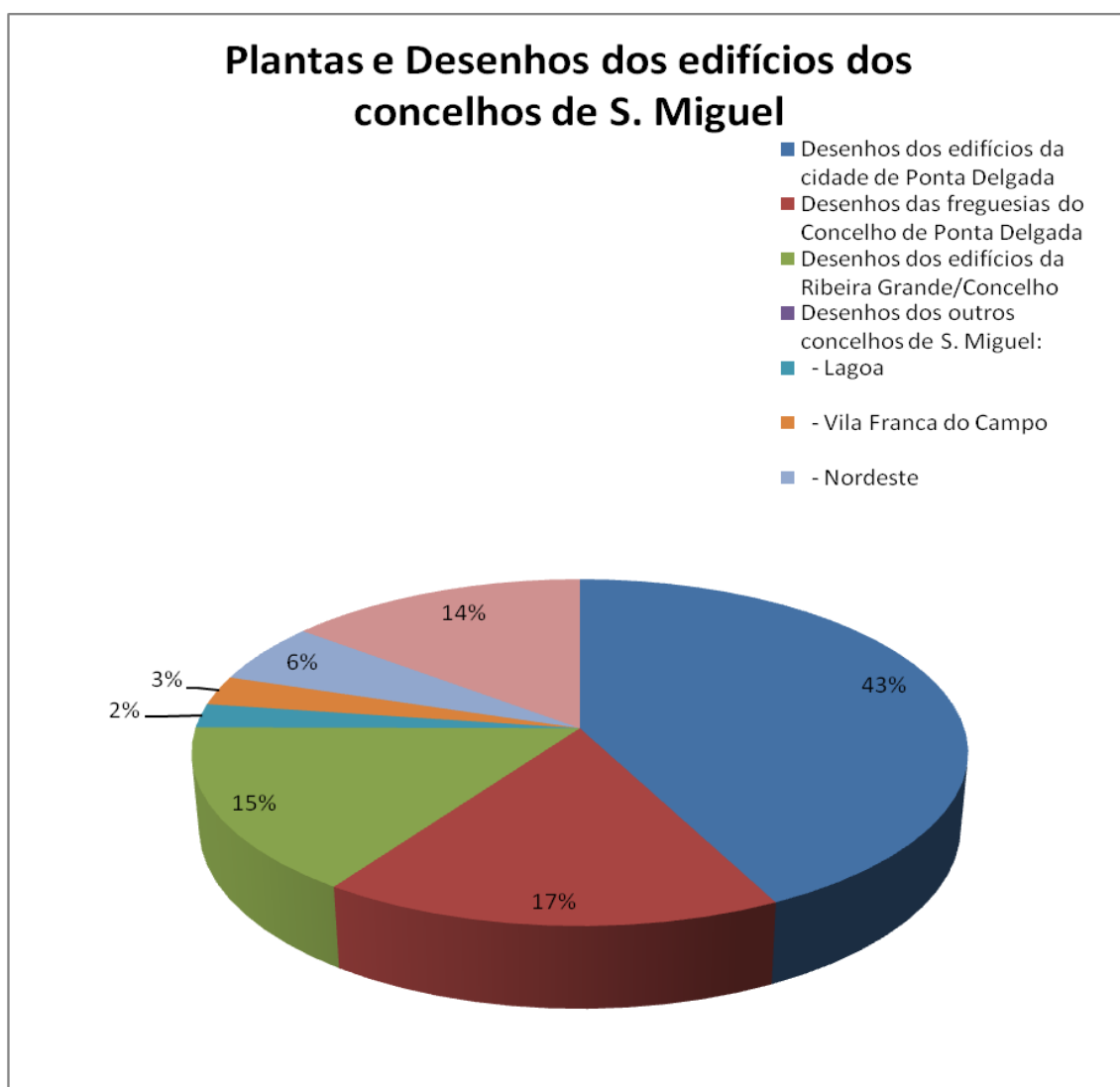


Gráfico 1- Plantas e Desenhos dos edifícios dos concelhos de S. Miguel

No **Gráfico 1** mencionamos a quantidade de Desenhos de Arquitectura dos edifícios referentes aos concelhos da ilha de S. Miguel.

Salientamos, que a maior percentagem de desenhos são de edifícios da cidade de Ponta Delgada, que juntamente com as respectivas freguesias do concelho constituem, por si só, 60% dos projectos de Arquitectura das Obras Públicas, representando 1.958 das 3.287 plantas e desenhos existentes neste universo.

GRÁFICO 2

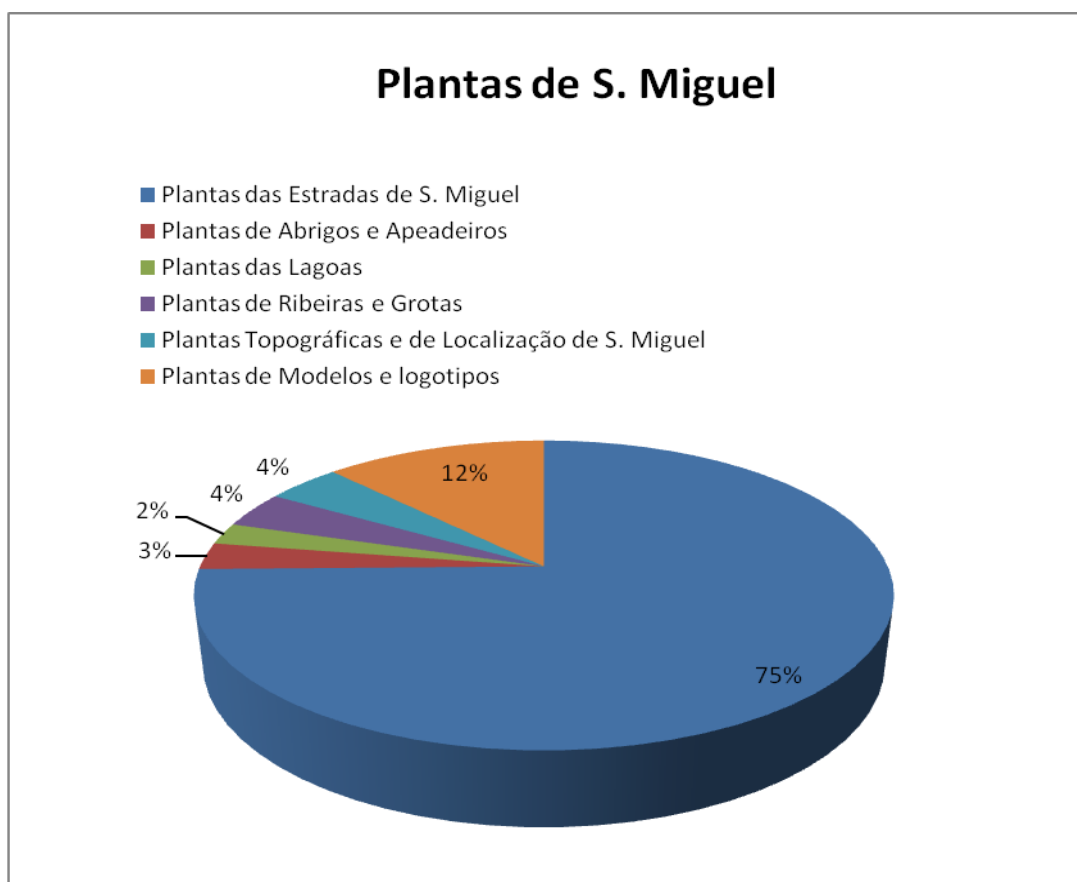


Gráfico 2 – Plantas (Estradas, Abrigos, Lagoas, Ribeiras, Logótipos e Modelos).

No **Gráfico 2** analisamos a quantidade de Plantas de vários tipos e locais de S. Miguel.

A maior percentagem de Plantas é o conjunto que se refere às Estradas de S. Miguel, que representa 75% dos documentos analisados, o que corresponde a 2.448 unidades das 3.276 existentes neste gráfico.

Salientamos, ainda, o facto de existir uma percentagem de plantas de Modelos e Logótipos muito significativa - 402 documentos.

Inserimos neste gráfico, os Abrigos e Apeadeiros por se tratar de edificações à beira das estradas e confluírem com mais de um concelho ou freguesia.

GRÁFICO 3

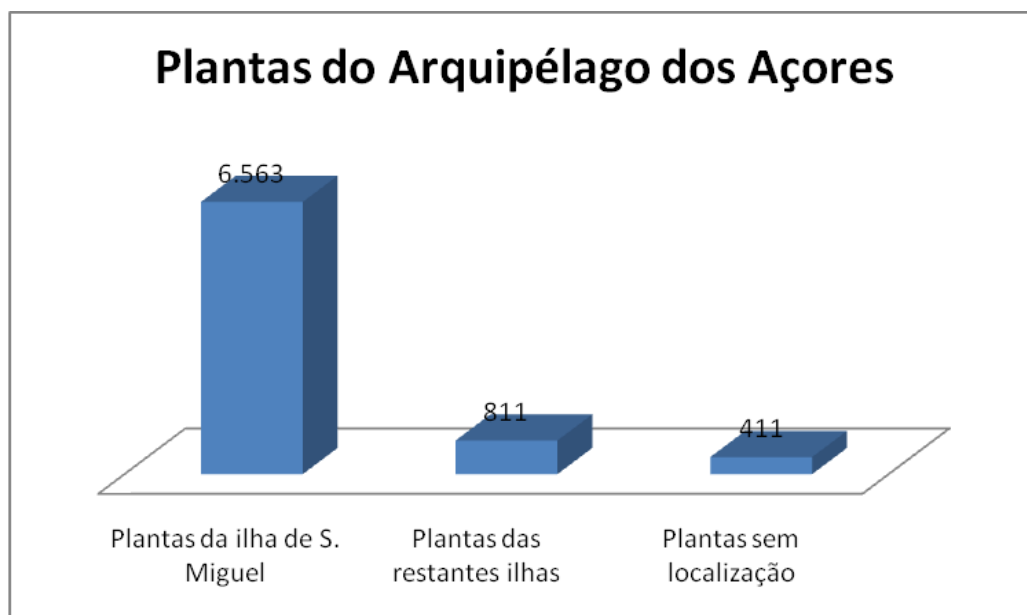


Gráfico 3 – Plantas de S. Miguel e restantes ilhas dos Açores

No **Gráfico 3** observamos, inequivocamente, que a maior percentagem de Plantas e Desenhos são referentes à ilha de S. Miguel, sendo em muito maior número do que o conjunto das restantes 8 ilhas.

Estes elementos levam-nos a concluir que a maior construção de edifícios e estruturas foi feita na ilha de S. Miguel, o que se compreende pela sua dimensão e densidade populacional.

É, de salientar, a grande quantidade de Plantas sem localização ou qualquer identificação - 411 unidades.

Dos 7.785 documentos tratados, podemos referir que 81 são datados entre 1850 e 1950. Este número pode parecer irrelevante no total dos documentos tratados, mas pareceu-nos interessante salientar, dado tratar-se de documentação de grande valor histórico.

Resta-nos, ainda, salientar que da análise que nos foi permitida fazer, a segunda metade dos anos 50, do século XX, foi a de maior construção, antes da implementação da Autonomia nos Açores.

Relativamente ao grupo de Mapas e Cartas Topográficas, destacam-se as Cartas Corográficas e Hidrográficas, os Mapas de Lagoas, Ribeiras e Grotas, as Plantas de Estradas, Abrigos e Apeadeiros, Pontes e ainda Desenhos de Gráficos, de Modelos e de Logotipos.

É sobre o concelho de Ponta Delgada, e mais especificamente, sobre um conjunto de edifícios, que considerámos de particular relevância, quer pelo carácter histórico e patrimonial, quer pelo serviço público prestado, que o nosso trabalho de investigação se irá debruçar mais em pormenor.

Estes documentos são, na sua maioria, datados do tempo da Junta Geral -1888 a 1976, respeitante ao Serviço de Obras Públicas e foram escolhidos de entre os milhares de documentos que tratámos no Arquivo.

Pelo facto de a Junta Geral ser um organismo extinto, considerámos importante referir, no registo informático, os documentos gráficos que fazem parte deste Fundo, a fim de se poderem diferenciar da documentação proveniente das estruturas orgânicas do Governo Regional. Contudo, ambos permanecem no mesmo espaço físico, tal como vem acontecendo com os respectivos processos, que estamos a tratar.

Durante a governação da Junta Geral, o Arquivo estava à guarda do Governo Civil e, por isso, junto e organizado.

Após a implementação do novo regime Autónimo, a organização dos Arquivos, que passaram para a posse do Governo Regional dos Açores, foi dispersa pelas várias Secretarias, então criadas em 1976, o que, pela abrangência de competências que lhes foram atribuídas, provocou a criação de vários depósitos de Arquivo e conseqüentemente a repetição de documentação e desestruturação da ordem original da mesma.

“... a documentação era desligada da respectiva entidade produtora e retirada do seu *habitat* original, a ruptura no ciclo vital da informação consumava-se e a inteligibilidade da mesma sofria, naturalmente, constrangimentos perversos...” (RIBEIRO, 2005, p.6)

Cada Secretaria do Governo Regional ficou com o Arquivo da Junta Geral na parte que lhe dizia respeito: Obras Públicas, Transportes, Economia, Finanças, etc.

É, portanto, o objecto principal deste trabalho, organizar esta documentação, de forma a permanecerem de acordo com as normas da Arquivística, princípio que consiste em deixar agrupados os documentos provenientes de um mesmo arquivo, respeitando sempre, a ordem anteriormente estabelecida. Quando esta ordem não puder ser estabelecida, os documentos serão agrupados por assuntos, sendo as unidades destes grupos postas em ordem cronológica, geográfica ou alfabética, de acordo com a necessidade de cada um.

Este princípio, inicialmente, criado para melhorar a organização dos arquivos serve agora de fundamento à elaboração das normas de acondicionamento, classificação e descrição dos mesmos.

O primeiro grande passo teórico foi dado por Guizot⁸, que, em 1839, regulamentou a organização dos Arquivos dos *Départements* em França, e mais tarde complementado pelo historiador francês Natalis de Wailly⁹, considerado o pai desta teoria.

Contudo, com o evoluir do trabalho realizado nos Arquivos foi sendo criada a necessidade de se flexibilizar a ideia de respeito absoluto pela origem e proveniência dos documentos no sentido de se atingir um objectivo comum: a conservação, o acesso e a utilização eficaz de documentos «autênticos»¹⁰. (VIEIRA, 2005)

⁸ Ministro da Instrução Pública e Primeiro-Ministro de França entre 1840-1848.

⁹ Arquivista, bibliotecário e historiador francês (1805-1886).

¹⁰ Os documentos eles próprios e a sua relação com os actos e actividades que documentam ou suportam.

Tendo em vista estes fundamentos, propusemo-nos fazer este trabalho, com o objectivo de relacionar os documentos gráficos com os respectivos processos de construção dos edifícios, mantendo a sua separação física mas relacionando-os na descrição.

Estes processos foram encontrados num outro sector do Arquivo, completamente desorganizados, em documentação acumulada, mas fazem parte integrante das Plantas e Desenhos de projectos de Arquitectura, sendo a mesma a sua origem e proveniência.

Numa época, em que o progresso tecnológico nos projecta para a *era da informação*, o arquivista, como todos os que trabalham com a informação, tem de considerar um documento de Arquivo como um todo, o seu suporte e a informação nele contida, “...any paper, book, photograph, microfilm, map, drawing, chart, card, magnetic tape, or similar media or any copy or printout there of that has been created or received” (COUTURE, 1996, p. 3-19)

Esta informação, cujo objecto é um conhecimento que transforma a estrutura dos Arquivos e reduz a incerteza com que somos confrontados todos os dias, mas que ao mesmo tempo molda e transforma a dinâmica dos documentos de Arquivo, faz com que consigamos ver as características que distinguem uma informação do tipo Arquivo de outros tipos de informação. Um documento de Arquivo refere-se à informação geral de uma instituição, gerado ou recebido por esta no exercício da sua actividade. Citamos, a título de exemplo, os relatórios de actividades, as estatísticas, os planos de contas, os relatórios financeiros, os *dossiers* de clientes, etc. Outra informação, não menos importante, mas considerada não orgânica, encontra-se nas bibliotecas ou centros de documentação sobre a forma de publicações: livros, periódicos, catálogos, etc. (BUCKLAND, 1991)

Procuramos, assim, clarificar o papel que os documentos de arquivo desempenham no campo geral da documentação e, por isso, a distinção faz-se aqui entre os documentos de informação orgânica e os documentos de informação de carácter não orgânico.

No contexto deste trabalho, todos os documentos gráficos foram produzidos no âmbito das orgânicas dos serviços da Instituição, enquanto Junta Geral e depois como Governo Autónomo.

A demonstração de como está a ser feita esta relação pode ser observada numa pequena amostra dos edifícios de Obras Públicas, da cidade de Ponta Delgada que foram construídos no tempo da Junta Geral, conforme Mapa de Coordenação de Documentos Gráficos com Processos, referidos no *Quadro 11*, p. 110.

O critério adoptado para a escolha destas Cartas e Desenhos de Arquitectura prendeu-se com o facto de serem dos documentos mais antigos, de edifícios de carácter público, com significado histórico e arquitectónico, e, também, porque se revestiu de maior dificuldade a identificação dos respectivos processos de que fazem parte.

A fim de podermos identificar melhor as orgânicas que deram origem à produção desta documentação, propomos a observação dos organogramas expostos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 Estrutura Governativa

A fim de tornar possível a compreensão do acervo acumulado de Mapas, Cartas e Desenhos de Arquitectura foi necessário o estudo da estrutura orgânica e funcional, ao longo dos tempos, desde a Monarquia até à implantação da República e daí até à implementação da Autonomia nos Açores. Isto acontece porque um documento de arquivo é produzido na sequência da realização das actividades de uma determinada organização concreta, e, por isso, é impossível estudar qualquer acervo documental sem primeiro se conhecer a entidade produtora.

Junta Geral Distrital

A Junta Geral do Distrito Autónomo foi a Instituição que governou os Açores desde 1832¹¹ até à data da implementação da Autonomia em 1976 e tinha como responsável máximo do Governo central, o Governador Civil, conforme referido no Mapa dos Regimes Administrativos da Junta Geral - **Apêndice XVII**.

Durante este período de vigência, a Junta Geral teve a seguinte estrutura organizativa:

Em 1832, Mouzinho da Silveira, transformou os Açores numa província, com a capital em Angra do Heroísmo e com duas comarcas, uma em Ponta Delgada e outra na Horta. Assim, existia uma Junta Geral da Província junto do Prefeito em Angra do Heroísmo e duas Juntas da Comarca junto dos sub-Prefeitos de Ponta Delgada e Horta.

As Juntas das Comarcas eram eleitas pelas Câmaras Municipais dos respectivos concelhos, na proporção de dois elementos por concelho, tomando estes os nomes de Procuradores.

¹¹ Instituída pelo Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832.

A Junta Geral da Província, por sua vez, era formada por procuradores eleitos por Juntas da Comarca na proporção de um por concelho.

Esta forma de organização teve uma curta duração, por revolta dos micaelenses, sendo, então, as ilhas divididas em duas províncias¹².

Este regime durou, também, pouco tempo, e com o novo regime parlamentar liberal foram implementados os Distritos Administrativos¹³ chefiados por um Governador Civil com uma Junta Geral Distrital.

Estes distritos foram formados com inspiração nos princípios políticos de uma esquerda liberal e cada distrito com o seu Governador:

- O distrito de Ponta Delgada, formado pela ilha de S. Miguel e Santa Maria, o distrito oriental;

- O distrito de Angra do Heroísmo, denominado distrito central e constituído pelas ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa;

- O distrito da Horta, ou ocidental, formado pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

Tal divisão tinha um cariz predominantemente político, não havendo nela qualquer divisão geográfica.

Em Setembro de 1836, a revolução veio trazer novas alterações, já que os Governadores Civis passaram a designar-se Administradores Gerais, mantendo a Junta Geral como corpo de cidadãos eleitos, pelo povo, de forma indirecta.

Contudo, os primeiros trabalhos documentados da existência da Junta Geral a funcionar, nos três distritos, datam de 1837. Desta data, existe documentação, em Ponta Delgada, de que houve, mesmo, a insistência da Junta para a construção da doca junto da cidade. (RODRIGUES J., 1996)

¹²Através de Decreto de 28 de Junho de 1833.

¹³Decreto de 28 de Março de 1836.

Cabe aqui referir, que desde sempre os Governadores Civis, que eram a autoridade administrativa com poder governamental delegado, exerceram activa e profunda tutela sobre as Juntas, que, na realidade, nunca tiveram qualquer autonomia.

O Arquivo da Junta estava à guarda do Governo Civil, que desta forma reforçava em muito a tutela administrativa.

As várias Juntas apenas tinham atribuições consultivas e deliberativas, especialmente relacionadas com questões financeiras e impostos.

Apesar das várias tentativas de alteração de poderes, só em 1878, se concretizou a aprovação de um novo Código Administrativo, que trouxe às Juntas Gerais, alterações nas suas atribuições administrativas promotoras dos interesses distritais.

A Junta passava, desta forma, a ter a sua própria organização administrativa, com funcionários próprios e a ter a guarda do seu arquivo.

Durante este período da Monarquia liberal, e regidos por vários Códigos Administrativos, terão sido produzidos os documentos mais antigos, que existem hoje, no Arquivo que estamos a recuperar.

No período catastrófico da crise financeira de 1891, foram extintas as Juntas Gerais, criando-se em seu lugar Comissões Distritais, eleitas por delegados das Câmaras Municipais em cada distrito, com reduzidas atribuições, sem receitas nem património.

Dava-se, deste modo, um enorme retrocesso na descentralização administrativa e voltava-se à tutela do Governador Civil.

Todas estas alterações geraram revoltas e reivindicações autonomistas que levaram à criação, em 1895, de novas Juntas Gerais. Contudo, o distrito da Horta deixa de ter Junta Geral. (BETTENCOURT, 2008, p. 307-322)

Com a implantação da República em 1910, as Juntas Gerais voltaram a ser três mas com a diferença de que em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada o regime era autonómico enquanto na Horta o regime era de carácter geral republicano.

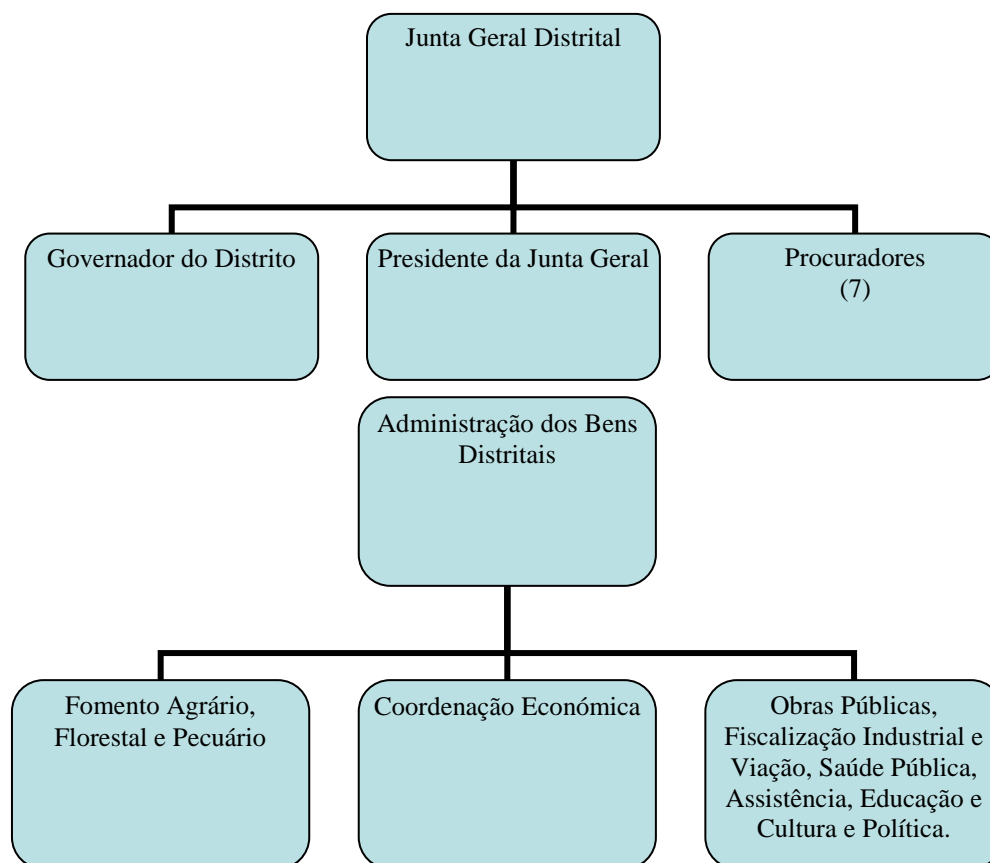
As Juntas Gerais adquirem, por conseguinte, competências para fazer eleições internas, administrar os bens, criar e subsidiar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação, mandando proceder, em conformidade com a lei, à construção de todas as estradas do distrito, criar lugares indispensáveis ao desempenho dos serviços de administração distrital, contrair empréstimos para melhoramentos, fazer regulamentos sobre assuntos da política municipal, votar as contribuições e os orçamentos distritais, tutelar as Câmaras Municipais e superintender nas repartições de obras públicas.

Esta política administrativa foi sendo seguida na Região até à publicação do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, em 1940, que uniformizou a administração insular e que veio dar aos Açores uma certa autonomia para a realização de obras públicas, embora, desde 1895, já existisse um Estatuto Privativo de Administração Distrital Autónoma¹⁴.

A Junta Geral Distrital administrou as ilhas de S. Miguel e Santa Maria durante o período de 1940 até 1975, mas foi em 1955, com a primeira viagem a estas ilhas de um membro do Governo, o Ministro das Obras Públicas, que se começaram a avaliar com mais firmeza as reais necessidades deste povo distante.

O Organograma da página seguinte ilustra o que acabámos de referir e compreende as datas de 1836 a 1976, com algumas modificações intercalares.

¹⁴ Diário do Governo nº 50/1895.



Quadro 3 - Organograma da estrutura da Junta Geral Distrital

A Comissão Executiva era composta por 2 Procuradores eleitos em cada quadriénio pela Junta Geral Distrital e os seus serviços distritais eram os seguintes:

- Secretaria
- Tesouraria
- Serviços Agrícolas
- Serviços Pecuários
- Serviços de Saúde
- Serviço das Obras Públicas
- Serviços Industriais e Eléctricos
- Laboratório. (CAMACHO, 1966).

Os documentos que existem neste Arquivo, em especial os Desenhos de Arquitectura, vêm corroborar que a partir da visita histórica do Ministro das Obras Públicas às ilhas dos Açores, em 1955, houve um incremento, muito significativo, das seguintes obras, em especial na ilha de S. Miguel:

- Construção da Rede de Estradas Distritais;
- Rede de Abastecimento de Água às Povoações Principais;
- Casas para Pobres;
- Estradas e Caminhos Municipais;
- Lavadouros;
- Pontes;
- Obras Portuárias;
- Parques;
- Construção de Escolas;
- Reparação e Construção de Igrejas;
- Salões Paroquiais;
- Electrificação;
- Ampliação de Cemitérios;
- Balneários e Águas Termais.

Foi, também, a partir dessa data, que o Palácio da Justiça de Ponta Delgada foi construído e foram efectuados melhoramentos em edifícios assistenciais. (CAMACHO, 1966, p. 24)

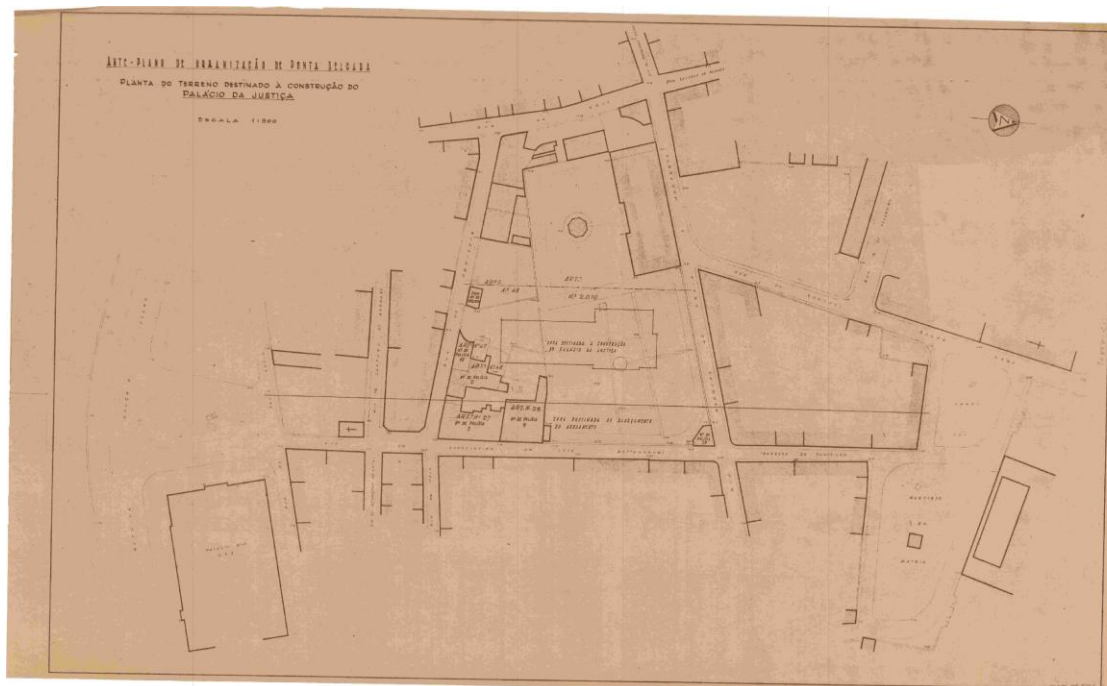


Fig. 6 - Palácio da Justiça – planta de localização na escala de 1: 500 [s.d.].

Durante este período da Junta Geral Distrital foi posta em prática a construção de uma rede de escolas primárias, o famoso Plano dos Centenários, que tinha por objectivo extinguir o analfabetismo.

É, também, deste período, o incremento das escolas de ensino secundário, com as obras no edifício do Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, para a construção de um anexo para Educação Física, bem como a reparação do edifício da Escola Industrial de Ponta Delgada, entre outras.

Paralelamente à criação dos estabelecimentos de ensino incrementaram-se outros meios de cultura escolar. No ano de 1964/65, existiam já em todo o distrito, 77 bibliotecas com cerca de 13.000 volumes, registando, cada uma delas, um apreciável aumento de leitores. (CAMACHO, 1966)

Para além das áreas citadas, houve, ainda, a preocupação com o desenvolvimento na agricultura e na pecuária.

Por esta razão, foi construída, em Ponta Delgada, a Escola Agrícola, hoje instalação dos Serviços Pecuários e Estação Agrária, onde se desenvolveram estudos sobre as espécies autóctones, bem como o Centro de Bovinicultura, na freguesia dos Arrifes, no mesmo concelho, e que se situa numa zona de pastagens especialmente férteis.

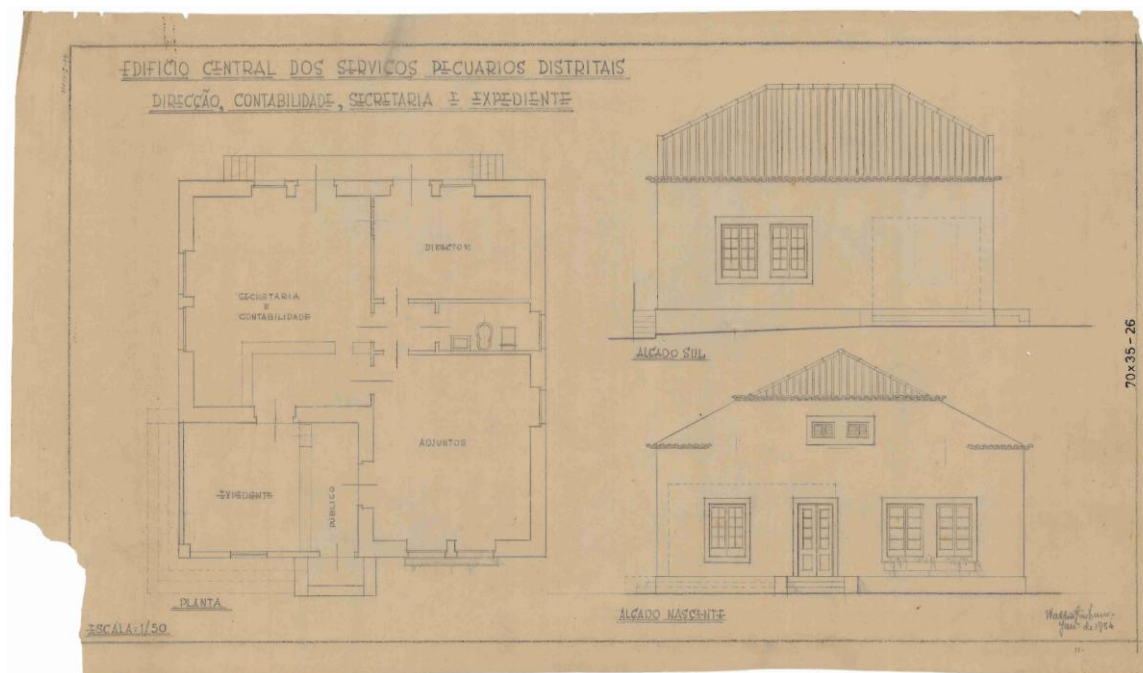


Fig. 7 – Edifício Central dos Serviços Pecuários Distritais - planta e alçado na escala de 1: 50, datada de 1954.

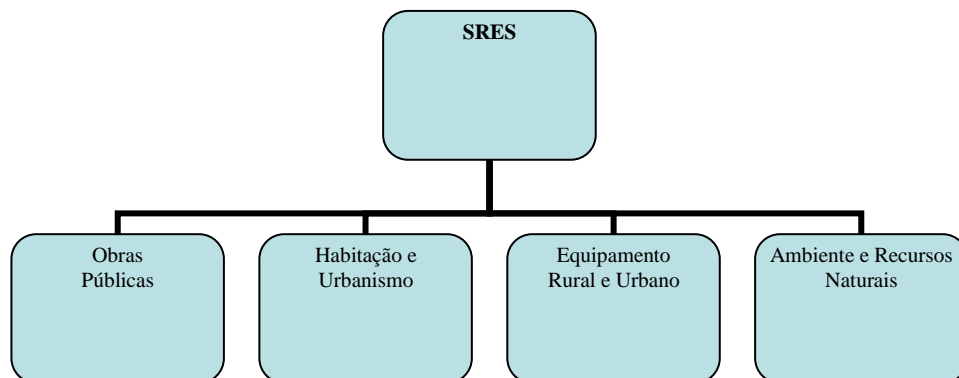
Com a queda do regime do Estado Novo, em Abril de 1974, as ilhas açorianas ascendem a um processo de autonomia, e em 1976, é aprovado o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores¹⁵ conforme referido no **Apêndice XIX**.

Em conformidade, foram criadas as diferentes Secretarias Regionais de acordo com o novo regime de governação e as suas respectivas orgânicas de funcionamento, absorvendo as funções das anteriores, o que justifica a posse da documentação.

¹⁵Através do Decreto-Lei nº 318-B/76.

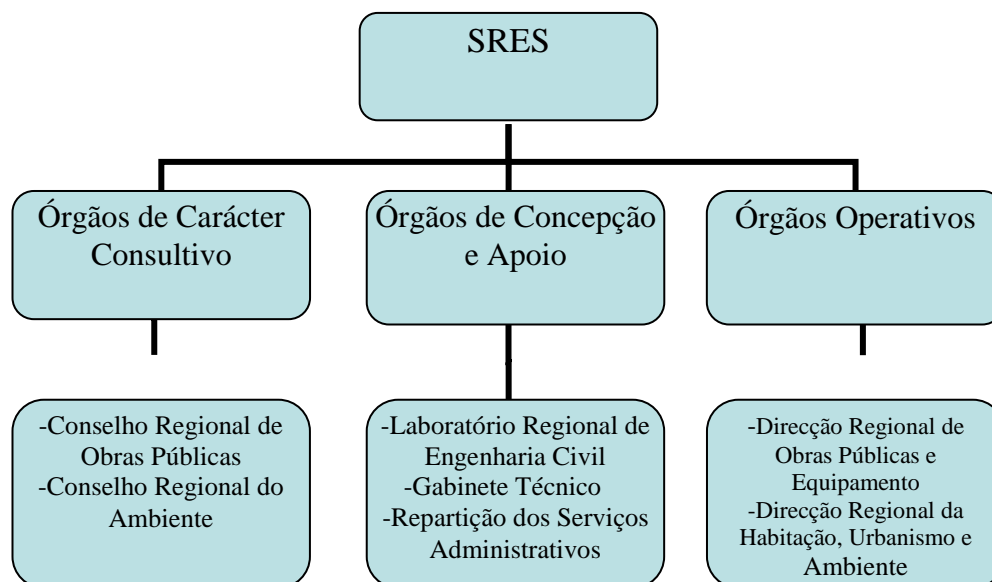
2.2 Governo Regional dos Açores

No que respeita à instituição que estamos a tratar, a sua primeira designação foi SRES - Secretaria Regional do Equipamento Social¹⁶ sendo-lhe atribuídas as seguintes funções:



Quadro 4 - Organograma das Direcções Regionais da SRES

Cabe ainda à SRES apoiar, de acordo com a lei, as autarquias locais, nas áreas e nos sectores referidos no parágrafo anterior, e por isso compreende os seguintes órgãos:



Quadro 5 – Organograma dos Órgãos que compõem a SRES.

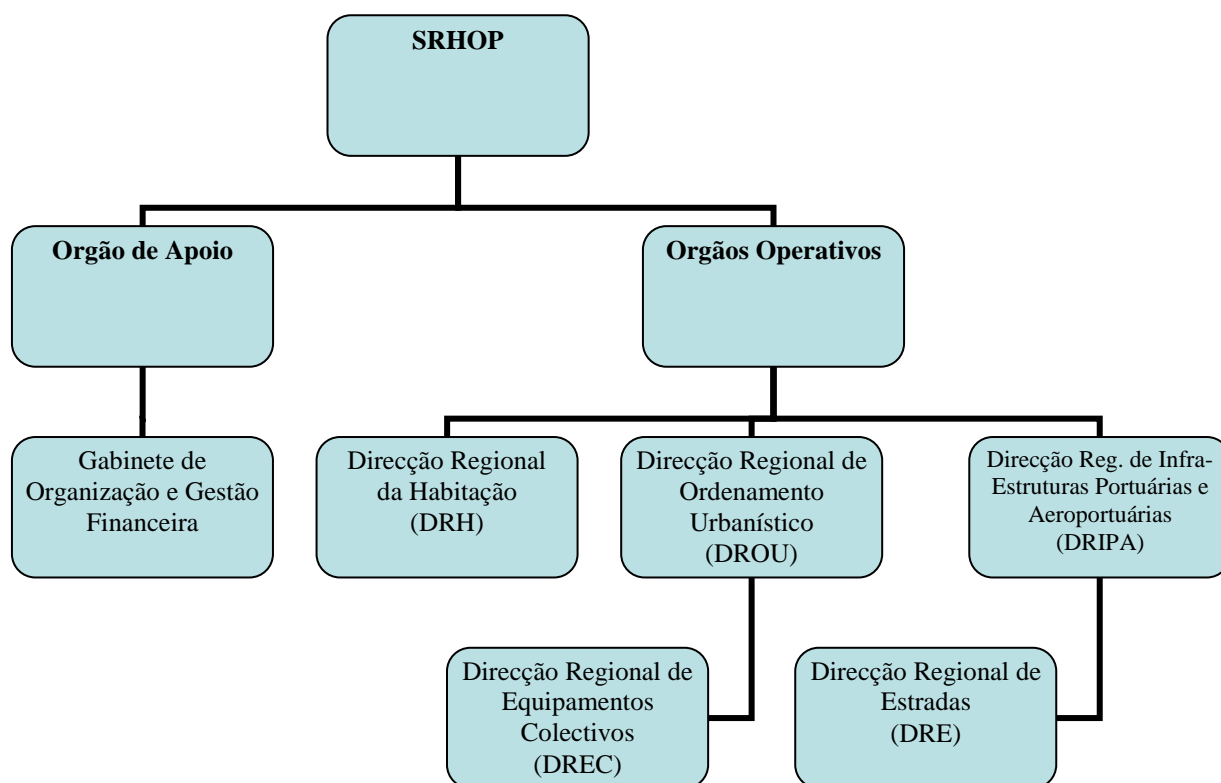
¹⁶ Decreto Regional nº 1/76 (1º Dec. da Autonomia).

Dada a extensa dimensão de obras públicas na Região, foi criada pelo IV Governo Regional dos Açores, em 1988, uma nova Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas¹⁷.

A SRHOP assume, desta forma, o encargo integral das obras da administração regional autónoma, bem como se torna o instrumento do Governo para um incremento de acção no sector habitacional, de elevada relevância social e passa a ter as seguintes competências:

- Habitação;
- Urbanismo;
- Obras Públicas.

Através de nova orgânica, a estrutura da SRHOP é alterada em 1989¹⁸ e passa a compreender os seguintes órgãos de apoio e operativos:



Quadro 6 – Organograma da SRHOP

¹⁷Decreto Legislativo Regional nº 36/88/A.

¹⁸Decreto Regulamentar Regional nº 6-A/89/A.

A SRHOP compreende ainda o Laboratório Regional de Engenharia Civil- LREC¹⁹.

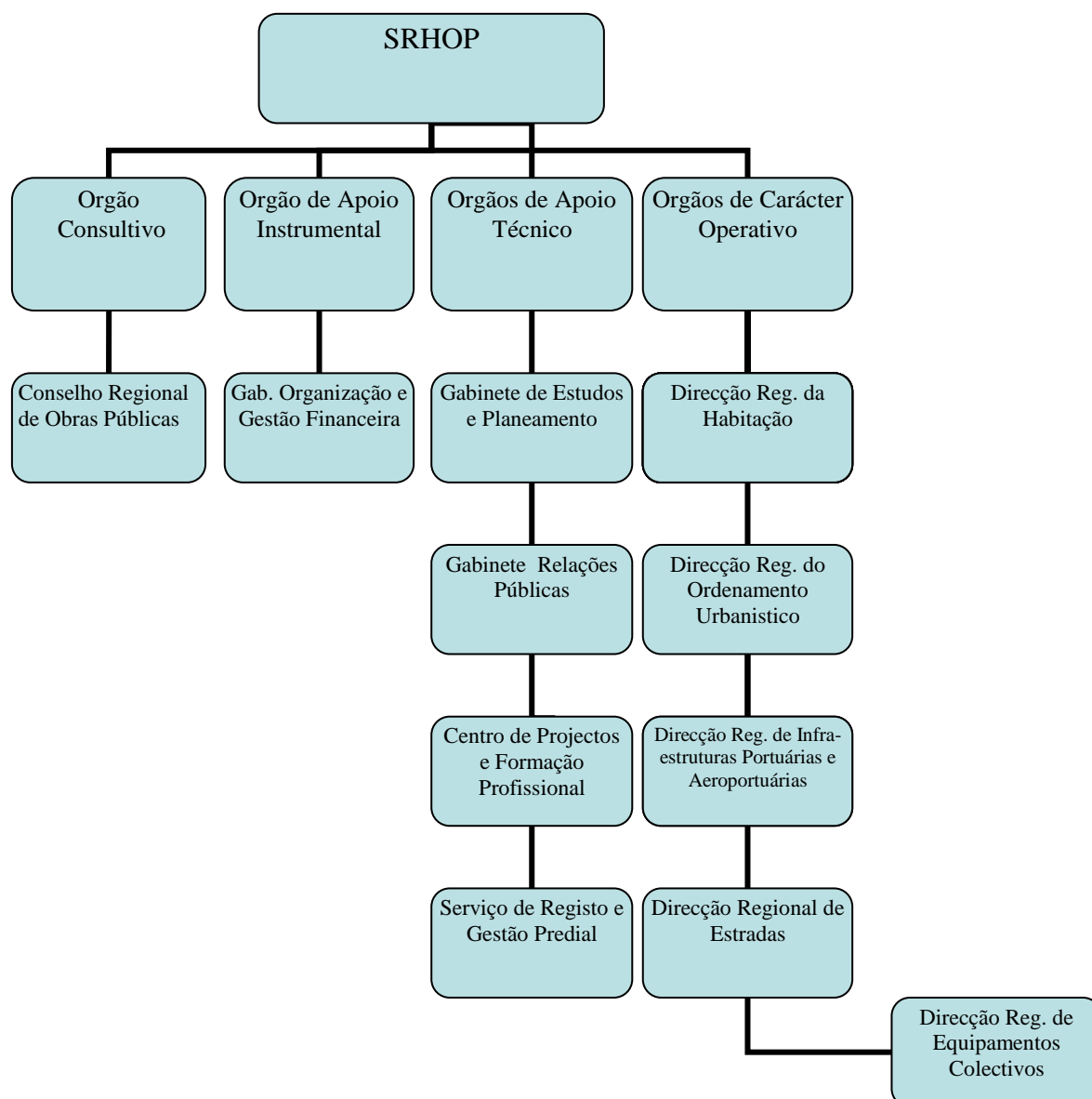
Em 1992, foram atribuídas à SRHOP²⁰, novas competências que passaram a ser as seguintes:

- Habitação;
- Ordenamento e Urbanismo;
- Recursos Hídricos;
- Saneamento Básico;
- Obras Públicas.

Adquirindo mais funções e competências, e com o fim de concretizar os seus objectivos, a SRHOP passa a compreender os seguintes órgãos e serviços:

¹⁹ Decreto Regulamentar Regional nº 48/81/A, de 12 de Agosto.

²⁰ Decreto Regulamentar Regional nº 2/92/A, de 27 de Janeiro.

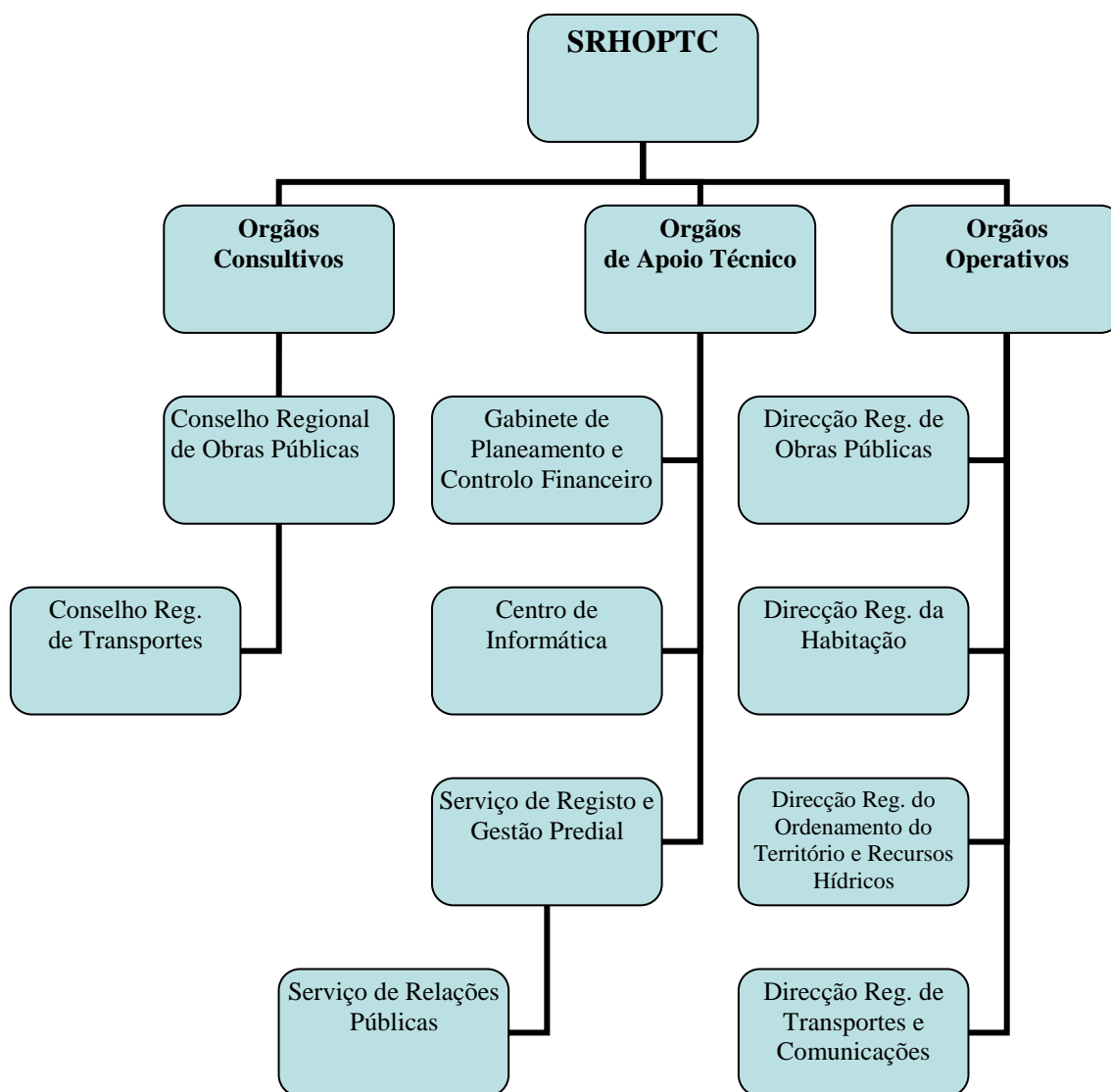


Quadro 7- Organograma de todos os serviços da SRHOP

Na dependência do Secretário Regional continua a funcionar o LREC.

São, ainda, serviços externos da SRHOP as delegações, que funcionam em cada uma das outras ilhas.

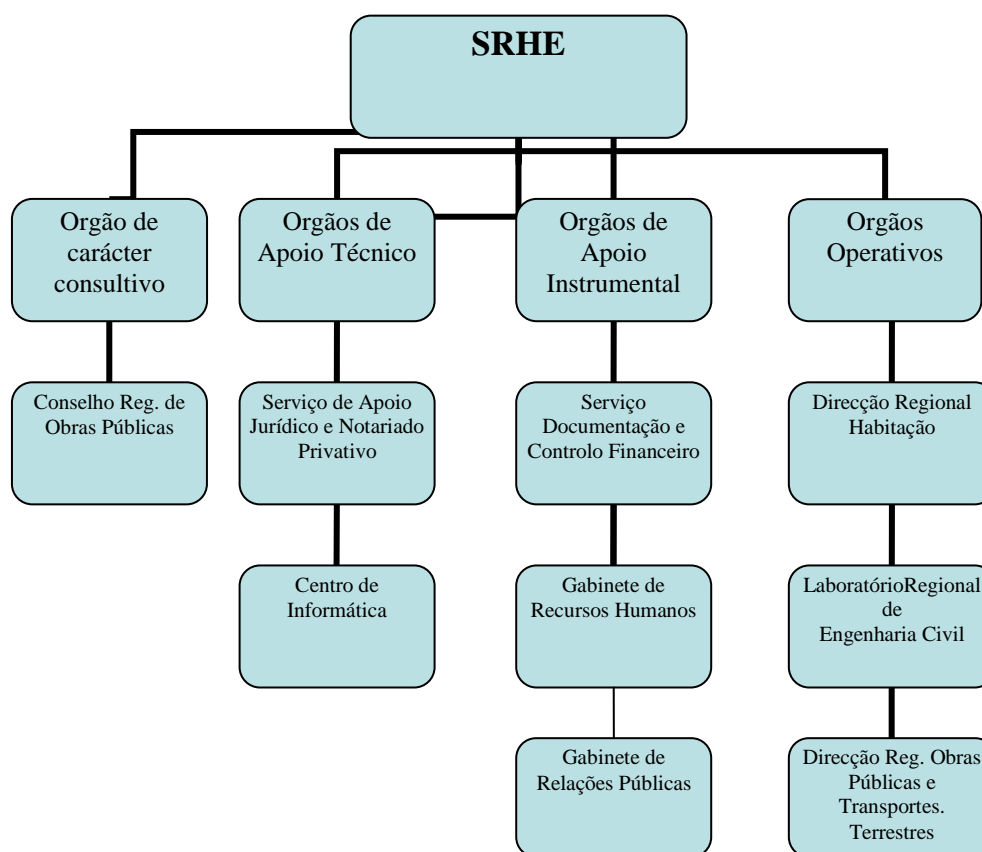
Mais tarde, são atribuídas à Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas as áreas dos Transportes e Comunicações, passando a designar-se SRHOPTC, compreendendo os seguintes Órgãos:



Quadro 8 - Organograma da SRHOPTC

Na dependência directa do Secretário Regional mantém-se o LREC e é acrescido o Fundo Regional de Transportes – FRT, a SATA-Air Açores, Serviço Açoriano de Transportes Aéreos, EP e as Juntas Autónomas dos Portos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

Em Maio de 1998, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos sofre de novo alterações em relação aos seus Órgãos, conforme Decreto Regulamentar Regional N.º 12/1998/A de 6 de Maio.



Quadro 9 – Organograma da SRHE

Constituem atribuições da SRHE:

- a) Definir a política nos domínios da habitação, das obras públicas, dos transportes terrestres, da protecção civil e da inspecção de bombeiros, promovendo e coordenando as acções necessárias à sua execução;
- b) Elaborar o plano de desenvolvimento habitacional, de obras públicas, de transportes terrestres e de protecção civil, a integrar no plano geral de desenvolvimento da Região, de acordo com as grandes linhas de orientação definidas pelo Governo regional;
- c) Participar na elaboração dos programas base da política dos sectores que lhe estão afectos;
- d) Elaborar projectos de obras públicas e suas modificações ou alterações;

- e) Lançar procedimentos aquisitivos, elaborando ou coordenando a elaboração das respectivas peças de suporte, escritas ou desenhadas, e analisar as propostas por eles recebidas;
- f) Executar, tendencialmente, todas as obras públicas levadas a efeito na Região;
- g) Realizar ou promover a realização das acções que, por lei ou regulamentação geral, forem cometidas à Região, no âmbito da circulação automóvel e dos transportes terrestres;
- h) Definir, em cooperação com as autarquias locais e dentro dos limites da respectiva competência, os fluxos de tráfego e seu escoamento, bem como zonas de estacionamento e parques de camionagem;
- i) Promover formas de cooperação e coordenação de acções com instituições e entidades regionais, nacionais e estrangeiras, no âmbito das suas áreas de actuação.

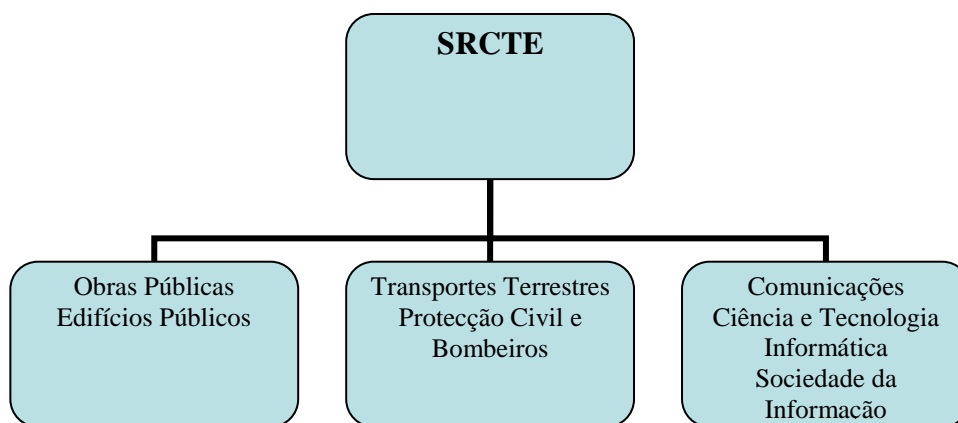
Em 2 de Novembro de 2007²¹, foram transferidas para a Região Autónoma dos Açores as atribuições do Instituto Geográfico Português - IGP, no respectivo âmbito regional, nos domínios da geodesia, cartografia e cadastro, mais concretamente a manutenção e o aperfeiçoamento do referencial geodésico regional, a promoção da cobertura cartográfica do território regional, a execução e conservação do cadastro predial regional, a referenciação e identificação dos prédios rústicos e urbanos existentes no território regional, a fiscalização da actuação na Região das entidades licenciadas pelo Instituto, a organização e manutenção do arquivo e da base de dados regionais de informação georreferenciada, a promoção e difusão de informação cartográfica e cadastral na Região, a promoção, coordenação e realização na Região de programas e projectos no domínio da informação geográfica, a tutela sobre a rede de marcos geodésicos e a gestão da respectiva servidão administrativa.

As atribuições transferidas passam a ser asseguradas pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, não só pelas competências que esta já detinha em matéria de cobertura cartográfica do território regional e de apoio ao IGP na execução, manutenção e a-

²¹ Decreto-Lei nº 362/2007.

aperfeiçoamento do referencial geodésico e da rede de nivelamento, mas também por ser o modelo que melhor cumpre com os objectivos de racionalidade de recursos e de eficácia na actuação da administração regional no domínio da informação geográfica, cartográfica e cadastral.

Com a tomada de posse do X Governo Regional dos Açores, em 14 de Novembro de 2008, a SRHE sofre, de novo, alterações e passa a designar-se por Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos – SRCTE²², tendo como atribuições e competências os seguintes serviços:



Quadro 10 – Organograma das competências da SRCTE

É de salientar, que pela primeira vez, desde a implementação da Autonomia Açoriana, esta Secretaria deixa de ter a seu cargo a Habitação, passando este sector, a fazer parte de outro departamento do Governo, criado nesta data.

Foram analisadas em pormenor todas as orgânicas, desde 1976, até à presente data. Contudo, só foram mencionados os conteúdos de interesse para este trabalho.

²² Nesta data, está em fase de aprovação a nova orgânica para esta Secretaria.

O actual Governo Regional dos Açores criou legislação própria para a gestão adequada da documentação produzida pela administração pública na RAA²³, o que veio revelar sensibilidade para esta área, que estava esquecida há muitos anos, e que de uma forma estrutural permite que se possa levar a cabo as alterações de fundo nos arquivos da Região.

Quando as chefias estão abertas às novas tecnologias e a olhar os Arquivos com “outros olhos” é dado um passo em frente no tratamento da documentação.

No que à Instituição, cuja documentação estamos a tratar, diz respeito, o actual Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos está sensível à Gestão dos Arquivos, enquanto fontes de informação, e não apenas como guardadores de documentos.

Foi, também, com este governo que foi criada uma Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região²⁴, cujas funções são, entre outras, propor a definição de política arquivística regional, bem como acompanhar a sua execução e exercer as funções de fiscalização, nos termos estabelecidos no referido diploma.

A legislação vem reflectir o nível de desenvolvimento e de maturidade do trabalho dos Arquivistas e da profissão, assim como das instituições democráticas e do Direito. (DEJUN, 1996)

²³ Decreto Legislativo Regional n° 10/2007/A de 20 de Abril e DRR 7/2008/A de 30 de Abril.

²⁴ Decreto Regulamentar Regional n° 7/2008/A de 30 de Abril.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO GRÁFICO

A colecção de Mapas, Cartas e Desenhos de Arquitectura que estamos a tratar, é composta por 7.785 documentos, conforme já referimos, em capítulos anteriores, quer desenhados à mão quer impressos, e fazem hoje, parte do Arquivo definitivo da SRCTE.

3.1 Caracterização dos Mapas e Cartas

Começamos por falar dos Mapas e Cartas que organizámos e que compreendem as seguintes tipologias:

As **Topográficas** - são Mapas ou Plantas que delimitam uma determinada área da superfície da Terra, tão fielmente quanto a sua escala o permite. A sua principal finalidade é representar os aspectos altimétricos e planimétricos. Geralmente, a sua escala encontra-se compreendida entre 1:10.000 e 1:100.000. Neste mesmo grupo inserem-se, também, as Plantas Corográficas, conforme se mostra na **Fig. 8**.

As **Orográficas** - são Mapas que representam, essencialmente, o relevo através da altitude, mas podem, também, representar a rede hidrográfica. Nesta categoria se inclui, por exemplo, o mapa oro-hidrográfico. (DIAS; FEIJÃO, 1995, p. 43-50)

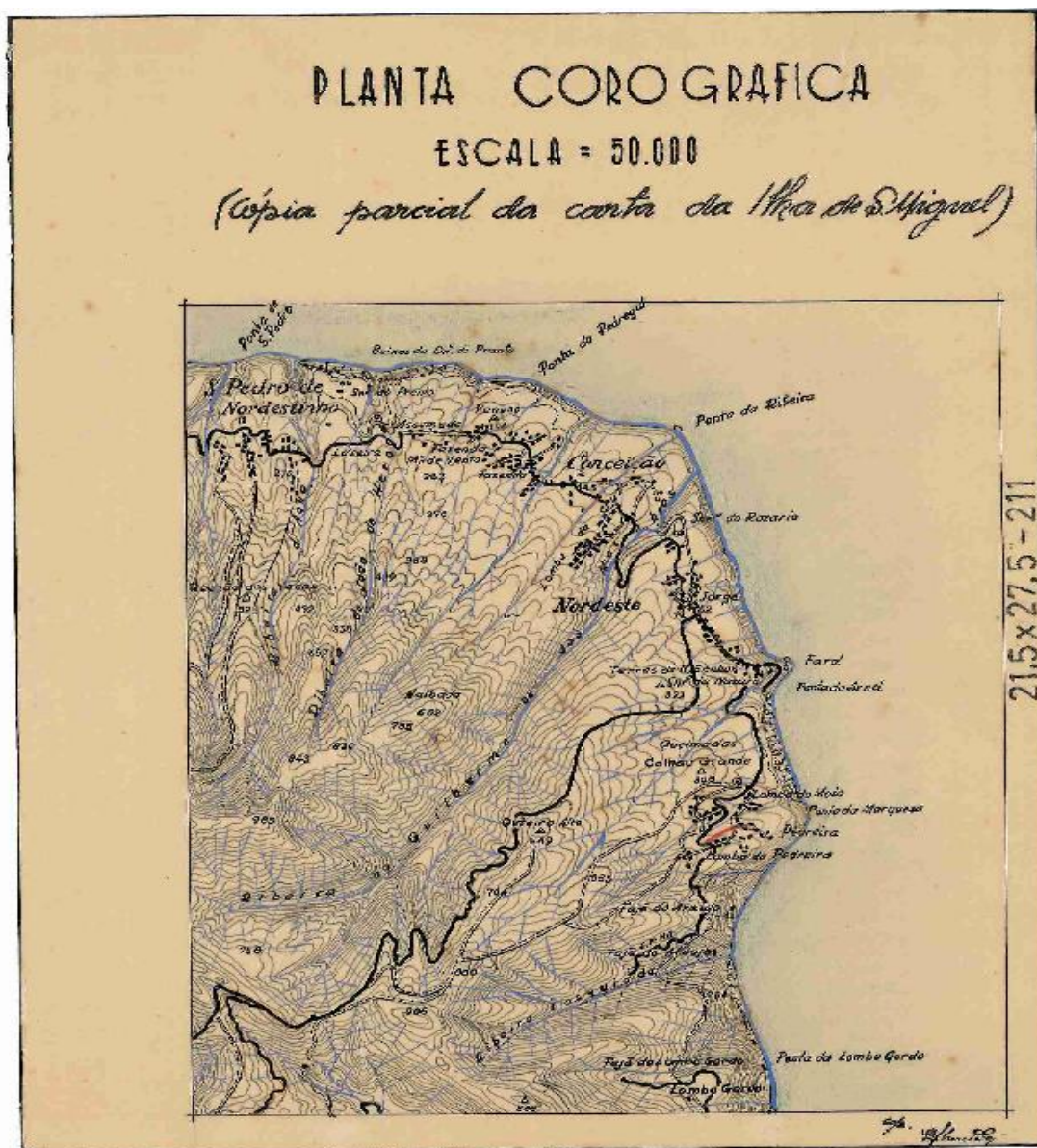


Fig. 8 - Planta Corográfica (cópia parcial da carta da ilha de S. Miguel)
na escala de 1: 50 000 [s.d.].

As **Hidrográficas** - são todas as Cartas ou Mapas que se referem a cursos de água, rios e ribeiras, podendo, por vezes, apresentar também elementos topográficos na faixa emersa mais próxima. Neste grupo foram encontrados 199 documentos de várias Lagoas e Ribeiras, conforme **Apêndices XI e XII**, que abundam pela região dos Açores.

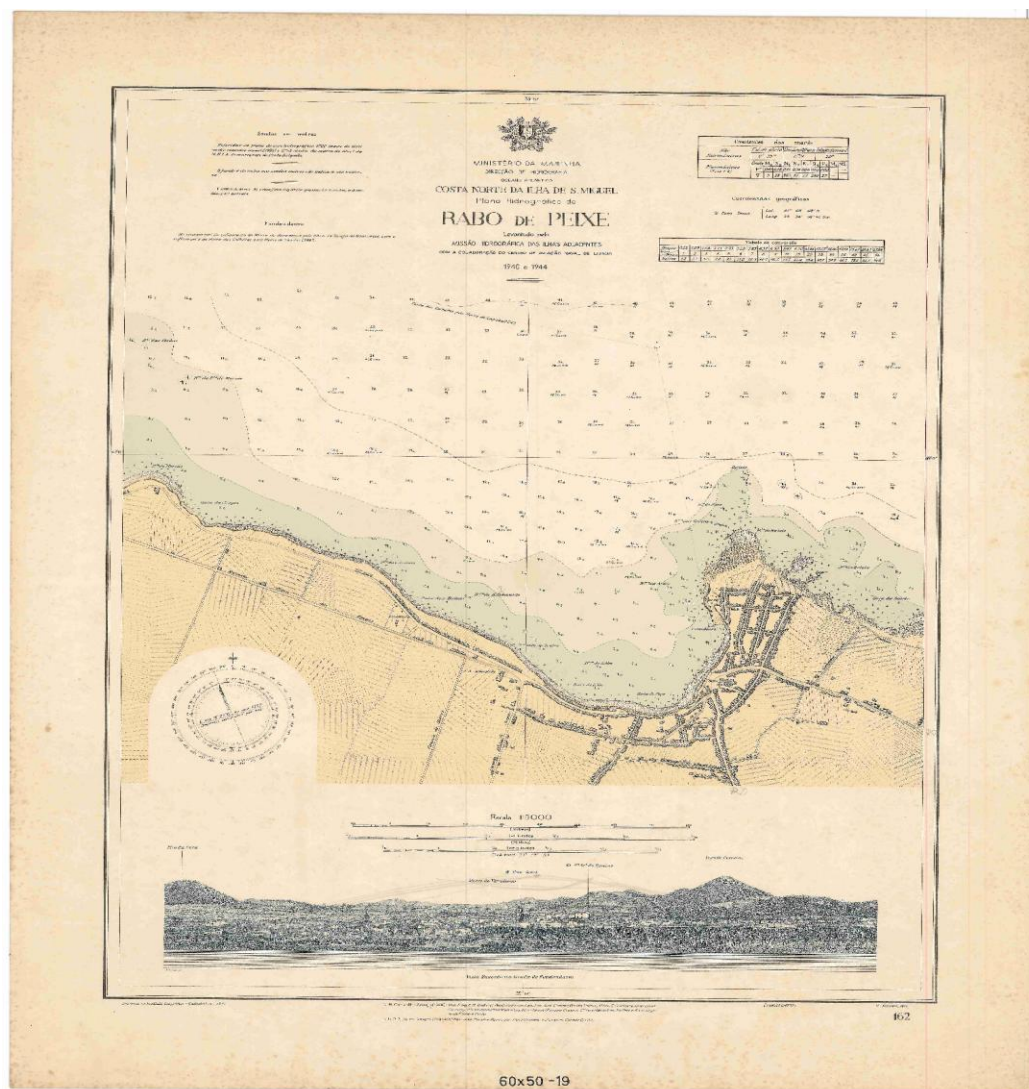


Fig. 9 - Carta Hidrográfica de Rabo de Peixe na escala 1: 5.000, datada de 1940.

Existem, ainda, no Arquivo citado, outros exemplos de Cartas ou Mapas: Mapas de Cadastro, Mapas Geográficos, Cartas de Concelho, bem como Mapas do Serviço Meteorológico e Mapas Rodoviários, onde são identificados os troços de Estrada e os Perfis²⁵.

²⁵ É o contorno de um corte vertical feito no terreno segundo uma directriz recta ou curva.

Temos, ainda, os **Ortofotomapas** que possuem as mesmas propriedades métricas de um mapa, são executadas, geralmente, em escala grande, com formato quadrado e são disponibilizados em papel de película a preto e branco. Muitas vezes apresentam informação suplementar justaposta como toponímia, curvas de nível, pontos cotados, estradas, etc. (DIAS; FEIJÃO, 1995)



Fig. 10 – Ortofotomapa da ilha de S. Miguel, datada de 1979 [escala indeterminada].

Estes documentos têm uma aparência semelhante à fotografia aérea vertical e distinguem-se pela correcção geométrica das imagens – é perfeitamente perceptível uma cratera de vulcão na *Fig. 10*.

Entre o volume de documentos que estamos a tratar, podemos destacar, ainda, uma outra tipologia, - Carta de Triangulação²⁶, conforme se mostra na **Fig. 11**, em papel cianotipo ou *blueprint*, de que iremos falar, em pormenor, **no capítulo 4, p. 103**, e que consistia num processo de reprodução dos Mapas de Desenhos de arquitectura.

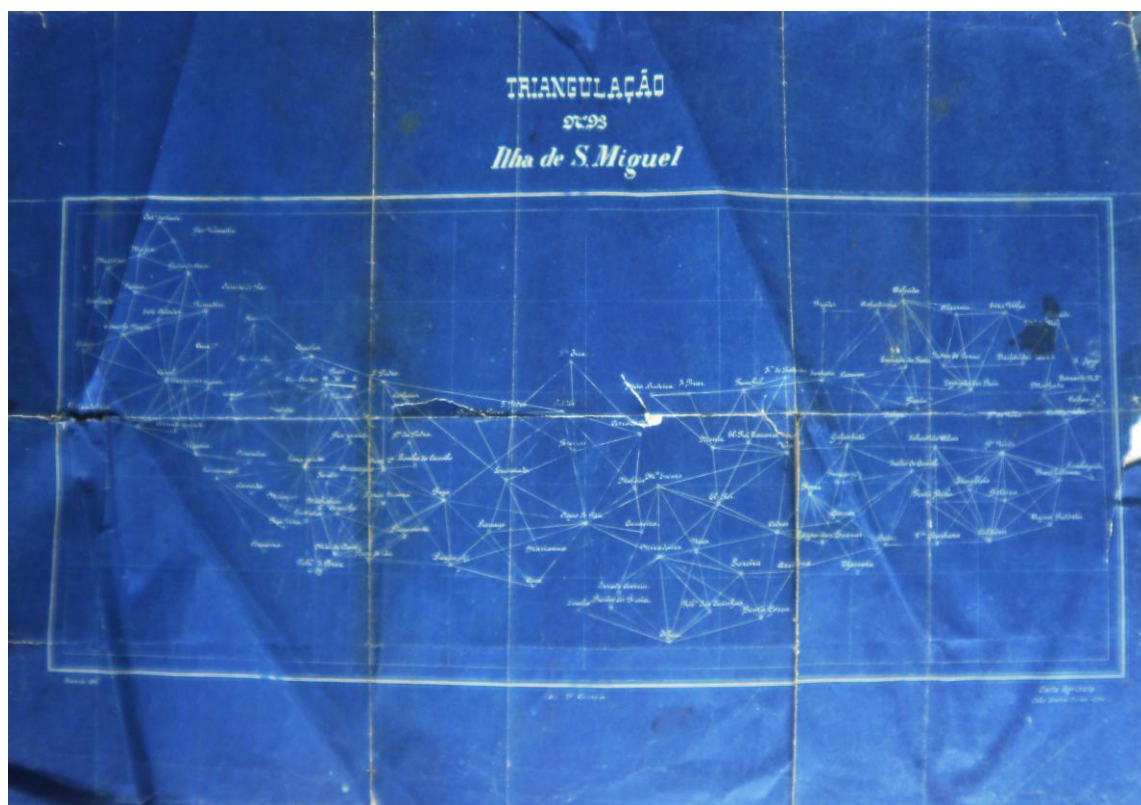


Fig. 11 – Triangulação - ilha de S. Miguel, datada de 1895 [escala indeterminada] (em mau estado de conservação).

²⁶ Elaborada segundo uma técnica de transporte de coordenadas utilizadas em geodesia e topografia, com base numa rede triangular de pontos no terreno, que são determinados a partir de ângulos horizontais. In: *Dicionário de Ciências Cartográficas*, LIDEL, Edições Técnicas, p. 308.

3.2 Desenhos de Arquitectura: História dos edifícios

Para além dos Mapas e Cartas, identificámos, também, em maior quantidade, Desenhos de Arquitectura, que são documentos que descrevem, graficamente, um projecto, e têm como objectivo a construção de edifícios, bairros, ruas, e cidades, bem como pontes, aeroportos e outras edificações de natureza diversa.

No que concerne aos Arquivos de Arquitectura, estes são essenciais para a história da reconstrução, depois de guerras e catástrofes e a iniciativa dos governos, nesta matéria, tem de ser mais envolvente, uma vez que podem ser elementos preponderantes na actual e posterior gestão adequada do território.

Neste sentido, os Açores, por serem uma região vulcânica e mais susceptível a catástrofes, o cuidado a ter com o tratamento dos documentos deve ainda ser maior, aventurando-nos mesmo a sugerir que deveria existir fora da região uma base de dados com a principal documentação, existente nos arquivos, para eventual recuperação deste importante património.

De Ponta Delgada foram encontrados e recuperados alguns documentos muito antigos de valor histórico e artístico, que retratam edifícios considerados de interesse público.

Estes documentos são, na sua maioria, projectos de Arquitectura compostos por esboços, anteprojectos e projectos.

Num projecto de arquitectura existem os Desenhos e as Plantas referentes às fundações e infra-estruturas, andares e cobertura do edifício.

As Plantas podem ser de localização, de implantação, dos andares, de portas, janelas, estruturas e pormenores.

Fazem parte do projecto também as Plantas de muros de suporte, jardins, canalizações, electricidade, água, gás e esgotos e ainda os materiais de revestimento.

As Plantas de localização, geralmente, designam a orientação geográfica, com uma seta que indica o Norte. A localização só é mostrada nas plantas de implantação, não em cortes. Em corte pode aparecer um pouco dos edifícios que estão perto, mas nunca é para se perceber a envolvente, somente a relação entre as alturas dos edifícios.

Os Alçados mostram as edificações e suas perspectivas, as vistas de fachada principal, anterior e posterior dos edifícios.

Os Cortes são sempre verticais, e destinam-se a complementar a informação inserida nas plantas dos vários andares.

Os esboços definem a configuração geral dos elementos desenhados, sem pormenorização excessiva e sem grande preocupação de rigor.

Quanto aos desenhos de anteprojecto, estes são elaborados com rigor e razoável pormenor, passando em seguida aos desenhos de projecto que são de conjunto e feitos com cálculo rigoroso.

Os desenhos de localização geralmente têm uma escala de 1:500 ou mesmo 1:1000.

Os desenhos de conjunto são feitos à escala de 1:100 e 1:200, sendo que se utiliza a escala de 1:50 em edifícios de pequena dimensão. Os desenhos de pormenor são realizados e apresentados à escala de 1:20 ou 1:10. (CUNHA, 2010, p. 610-647)

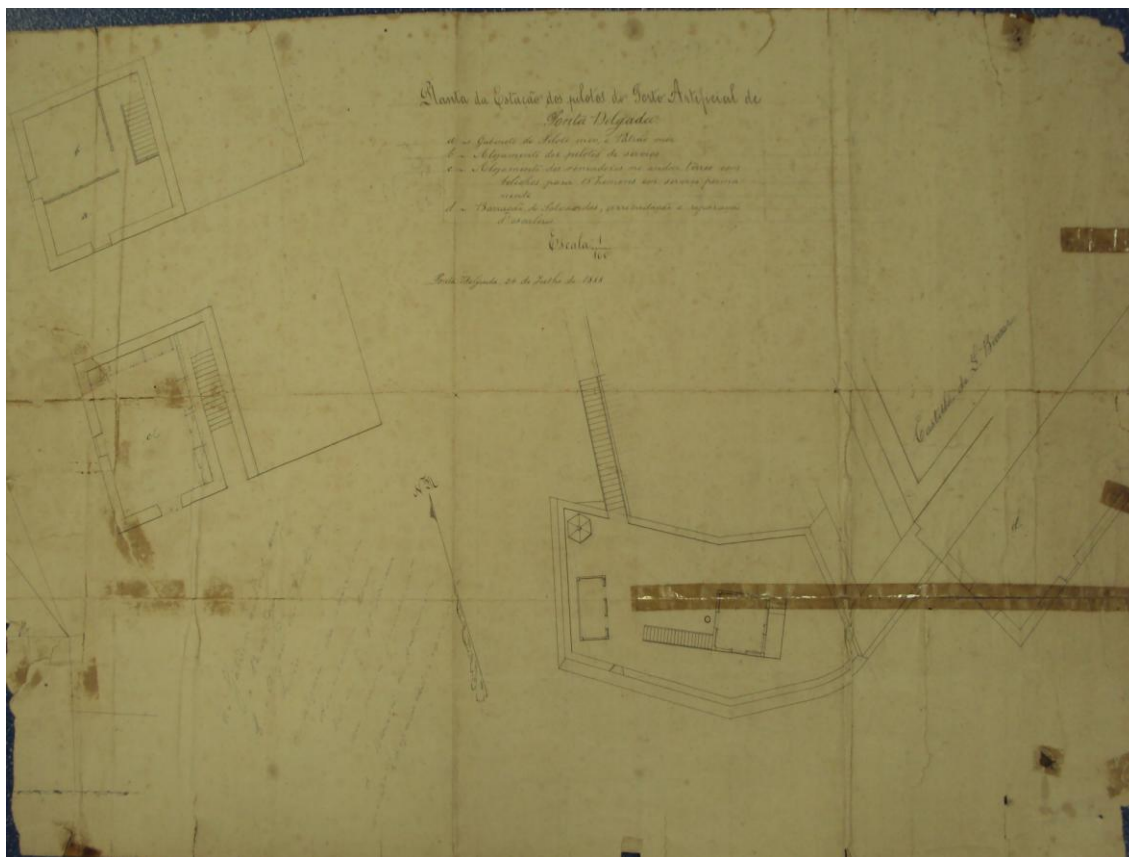


Fig. 12 - Porto Artificial de Ponta Delgada-planta de localização na escala de 1: 100, datada de 1888.

Existem ainda, em maior quantidade, no Arquivo que estamos a tratar, Plantas de Estradas e Desenhos de Abrigos e Apeadeiros, que foram desenhados e cotados consoante o local e tipo de construção que se pretendeu, conforme se refere no **Apêndice X**.



Fig. 13- Abrigo da Atalhada- desenho datado de 1950.

De acordo com a Instituição que produziu as colecções cartográficas e de arquitectura, estas podem caracterizar-se em três tipologias distintas:

Patrimoniais - Obras Públicas, incluindo estradas, monumentos, pontes, aquedutos, escolas, hospitais e centros de saúde;

Particulares - Moradias, bairros sociais e outras de carácter recreativo;

Obras diversas - Alterações no curso das Ribeiras, Muros de protecção do mar, Lagoas e margens, Grotas e Abrigos/Apeadeiros.

Verificamos, contudo, que a informação veiculada por um Mapa Geográfico difere de um Desenho de Arquitectura, mas ambas partilham características comuns, e, por isso, os serviços de Arquivo as tratam, muitas vezes, de forma idêntica.

Em relação às diferenças e semelhanças, estas prendem-se, essencialmente, com o formato de grande dimensão e com o desenho à escala. Para a sua compreensão, o arquivista necessita conhecer as convenções gráficas utilizadas para representar as informações.

Quanto aos Desenhos de arquitectura, os formatos mais usuais situam-se, maioritariamente, nas seguintes medidas:

A0: 85x120 cm;

A1: 60x 85 cm;

A2: 42x 60 cm;

A3: 30x 42 cm;

A4: 21x 30 cm.

Contudo, um Mapa Geográfico ou a realização de um Projecto de Arquitectura pressupõem várias etapas, as quais geram diferentes tipos de documentos.

Os documentos cartográficos dividem-se, geralmente, em três categorias:
(CARRASCAL SIMÓN;GIL TORT, 2008)

1- Os que dão conta da actividade que visa a preparação e a recolha de dados para a produção de levantamentos como os esboços de mapas, os desenhos realizados em prancha topográfica, os bloco-notas e as fotografias aéreas;

2- Os que se relacionam com a compilação das informações, à sua conversão sob forma gráfica ou numérica e à redução das escalas. Os documentos mais correntes que ilustram esta actividade são os mapas manuscritos, as fotografias aéreas anotadas, os mapas de base que servem de fundo topográfico ou geográfico e os acetatos que se sobrepõem ao mapa de base, a fim de ilustrar ou fazer sobressair um determinado fenómeno;

3- Os que tratam da reprodução dos Mapas, quer se trate de copiados à mão, impressos reproduzidos por processos mecânicos, fotográficos ou informáticos.

Por seu lado, a organização dos Mapas geográficos pode efectuar-se de várias maneiras, quando nenhuma ordem inicial é aparente. A prática tende a favorecer uma organização por região geográfica ou entidade territorial com subdivisão temática ou cronológica, o que parece corresponder satisfatoriamente às necessidades dos investigadores.

Os Desenhos de Arquitectura, por sua vez, podem dividir-se em 4 categorias: (*idem, ibidem, 2008*)

- 1 Os desenhos preliminares ou esboços, os esboços, as maquetas, os desenhos de apresentação ou os desenhos de perspectiva;
- 2 Os planos de arranjo paisagístico;
- 3 Os documentos de compilação e os desenhos técnicos - vulgarmente designados por especialidades;
- 4 Os planos reproduzidos para os clientes ou construtores da obra, actualmente designados por projectos de execução ou desenhos de obra.

Os Desenhos e Plantas de arquitectura são, geralmente, ordenados por projecto, o mesmo acontecendo com cada uma das folhas consoante a numeração dada pelo arquitecto ou o engenheiro, ou, caso não haja nenhuma numeração, conforme a sua ordem de realização.

Tendo em conta a sua dimensão e por razões de conservação, os Desenhos e as Plantas são, na maior parte das vezes, conservados separadamente dos outros documentos pertencentes ao Arquivo.

Reafirmamos, assim, que é de toda a importância, manter o elo intelectual, designando o documento, pelo menos, pela cota do fundo. Um sistema remissivo é igualmente essencial para se apreciar o conteúdo dos mesmos documentos. Os conjuntos devem estar agrupados, caso contrário é muito difícil identificar - foi o que aconteceu com o nosso trabalho - apenas estavam guardados em gavetas alguns desenhos e somente com o critério de tamanho - as gavetas tinham sido feitas exactamente à medida deles.

No campo da descrição, os Desenhos e Plantas de Arquitectura são também, dificilmente, descritíveis no plano da série. Na maioria dos casos, uma análise à peça parece inevitável para descrever o documento e impedir manipulações inúteis.

Neste contexto, o título, o autor, a data, a dimensão e a escala, a sinalização dos diversos elementos representados no documento como, por exemplo, a presença de edifícios, estradas, de montanhas e cursos de água, são de todo o interesse para a investigação.

Para além disso, os Desenhos de Arquitectura revestem-se, muitas vezes, de uma apresentação artística que merece especial atenção pela parte do arquivista. O investigador mais interessado pela expressão artística do documento, deve poder encontrar na descrição a menção do principal meio utilizado: aguarela, lápis, decalque, tinta, feltro, carvão, pastel, etc., o tipo de suporte: papel, papel de esquiço, papel de aguarela, papel vegetal, cartolina, papel velino, ou outro tipo, ou ainda do tipo de cópias: fotóstato, fotocópia, sépia, ozalide, diazo, fotografia, etc., que caracterizam o documento. Daí, o seu valor profissional prático. (CARRASCAL SIMÓN; GIL TORT, 2008, p. 61-67)

Neste contexto de identificação dos desenhos de arquitectura dos edifícios com valor histórico e artístico, tanto pela sua antiguidade como pela própria arquitectura e porque são edifícios classificados e de carácter público, seleccionámos alguns que passaremos a expor nas páginas seguintes:

Nesta conformidade, começamos por apresentar o edifício onde foram instalados os serviços da então Secretaria Regional do Equipamento Social, que ao longo dos anos tem sido detentora de toda a documentação que temos vindo a tratar.

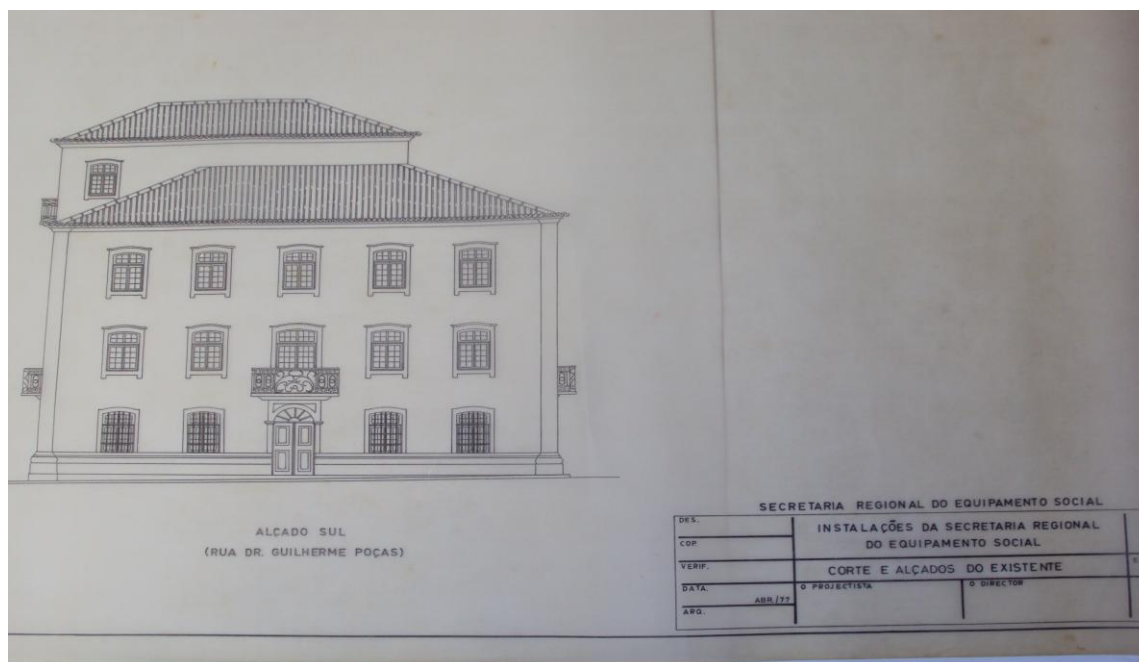


Fig. 14 - Secretaria Regional do Equipamento Social – corte e alçados na escala de 1:100, datado de 1977.

Ladeando o Largo do Colégio, onde está situada a histórica igreja do Colégio dos Jesuítas, temos o bonito edifício dos finais de setecentos, que em tempos ligou com o convento, destacando-se as suas varandas em ferro - arte da forja dos antigos artífices micaelenses - que foi residência particular de D. Maria Carolina de Andrade Albuquerque e que sofreu um incêndio, nos anos 30 do séc. XX, que destruiu, quase por completo, o seu valioso recheio. (DIAS, 1996)

Em 1977, foi adquirido para sede da Secretaria do Equipamento Social, hoje, Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, onde está instalada a maior parte dos serviços deste departamento do Governo Regional.

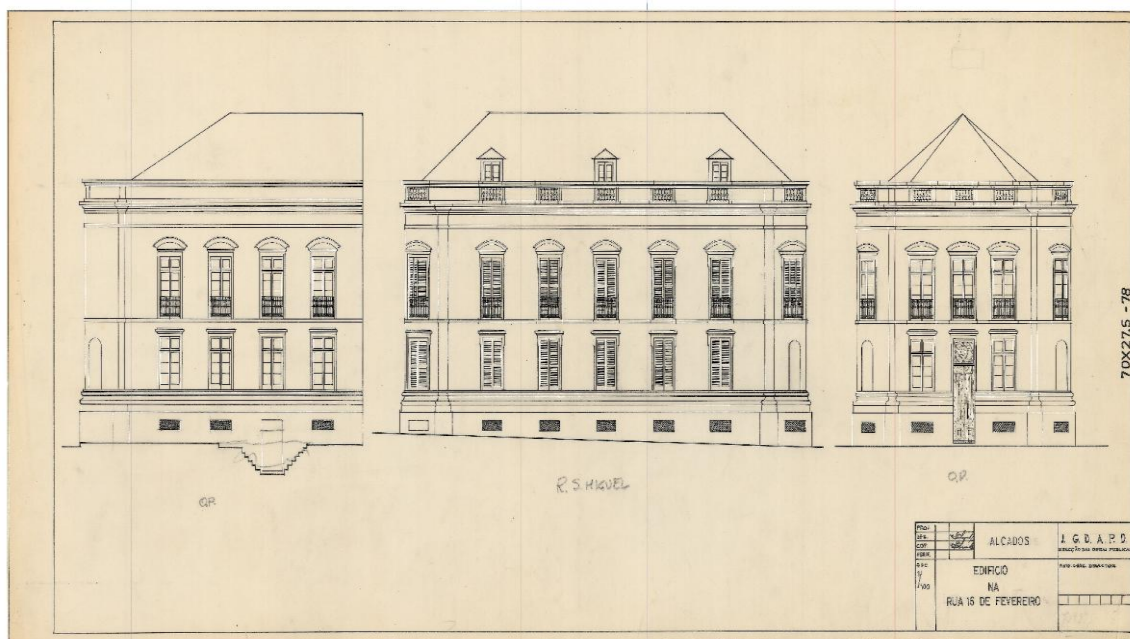


Fig. 15 – Edifício na Rua 16 de Fevereiro (sede do actual Governo Regional dos Açores) – alçado na escala de 1:100 [s.d.].

No ano de 1664 foi lançada a primeira pedra do convento que albergou as freiras de Nossa Senhora da Conceição até finais do século XIX, data em que foi transformado em Palácio do Governo Civil, que é hoje sede do Governo Regional dos Açores.

O edifício está situado entre as ruas 6 de Junho e 16 de Fevereiro, datas muito significativas para a história da Autonomia, que ligam com o Largo 2 de Março.

Neste edifício funcionaram diversas repartições públicas e serviços, nomeadamente, a Sede da Junta Geral, o Tribunal da Relação-2ª Instância, a Repartição da Fazenda, Administração do Concelho, Tesouraria e Pagadoria.

Na parte norte do edifício funcionou, também, o Quartel-General-10ª Divisão Militar, de que possuímos algumas plantas de interior, mais tarde destruído para dar lugar aos jardins do actual Palácio. Do antigo convento já só restam a igreja e a torre, sendo esta, um dos mais significativos exemplares do barroco de Ponta Delgada. (AFONSO, 2007, p. 303)

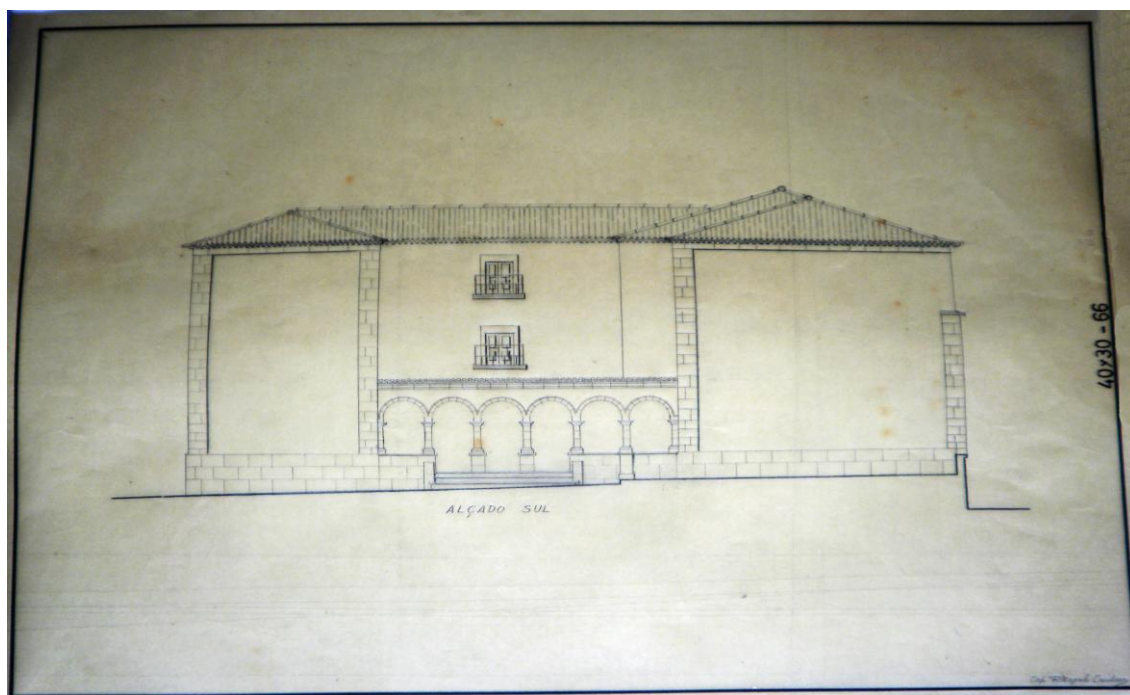


Fig. 16 - Museu Carlos Machado (antigo Convento de Santo André) - alçado sul [escala indeterminada] [s.d.].

A criação do Museu Carlos Machado, nos finais do século XIX -1880, por ocasião do tricentenário da morte de Camões, e então denominado “Museu Açoreano”, reflectiu a mentalidade científica deste século, sendo expostas diversas colecções de Ciências Naturais, nomeadamente, Zoologia, Botânica, Geologia e Mineralogia, demonstrando, desta forma, o interesse dos Naturalistas da época, pelas ilhas, a par da Teoria da Evolução das Espécies de Darwin e das campanhas oceanográficas do Príncipe Alberto do Mónaco e do Rei D. Carlos²⁷.

As actuais instalações do Museu Carlos Machado resultaram da adaptação para o efeito, do edifício do antigo convento de Santo André, nos anos 30 do século XX.

As primeiras colecções do museu, nomeadamente, as de história natural e etnografia, tinham sido mantidas no antigo convento da Graça, onde funcionou o Liceu de Ponta Delgada, desde meados do século XIX até 1920.

²⁷ Museu Carlos Machado. [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2010]. Disponível em WWW: <URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Carlos_Machado>

Iniciadas as primeiras colecções pelo professor e reitor do liceu, Carlos Maria Gomes Machado, o património do museu foi sendo depois enriquecido com o apoio de vários micalenses de prestígio intelectual e social, como o Marquês da Praia e Monforte, Francisco de Arruda Furtado, Dr. Bruno Tavares Carreiro, Coronel Francisco Afonso de Chaves e o Conde de Fonte Bela, que ofereceu a colecção de Etnografia Africana.

Em 1890, o «Museu Açoreano» passou a estar dependente do Município de Ponta Delgada, passando a denominar-se, a partir de 1914, «Museu Carlos Machado», em homenagem ao seu fundador.



Fig. 17 – Liceu Nacional Antero de Qental – corte e alçado na escala de 1:100, datado de 1939.

O antigo Palácio da Fonte Bela, mandado construir nos princípios do séc. XIX- 1817-1833, pelo Barão da Fonte Bela, que pretendeu mostrar, através da grande dimensão do edifício, os bens que possuía. Contudo, em termos de arquitectura, o edifício não é dotado de grande beleza, nem equilíbrio, já que a fachada é constituída por um extenso muro liso encimado por um varandim de ferro, cujo ritmo é quebrado pelos dois corpos laterais, cada um com duas janelas. O corpo da esquerda era o salão de baile, hoje biblioteca do liceu, com tectos preciosamente pintados, e o da direita, a casa de jantar, com duas magníficas vitrinas de mogno, embutidas na parede, de inspiração inglesa, mas muito provavelmente feitas em S. Miguel, e que servem hoje para exposição de material histórico da actual Escola Secundária Antero de Qental.

De igual modo, os portais de entrada, de bela qualidade arquitectural, revestem-se de tamanho desproporcionado, encimado por uma torre, que domina o edifício, de igual desproporção volumétrica. Os jardins, pátios e quinta do antigo palácio, estão, hoje, praticamente destruídos pelas sucessivas adaptações e acrescentos que lhes foram fazendo, desde que o edifício foi adaptado a liceu em 1920. (AFONSO, 2007, p. 315-317)

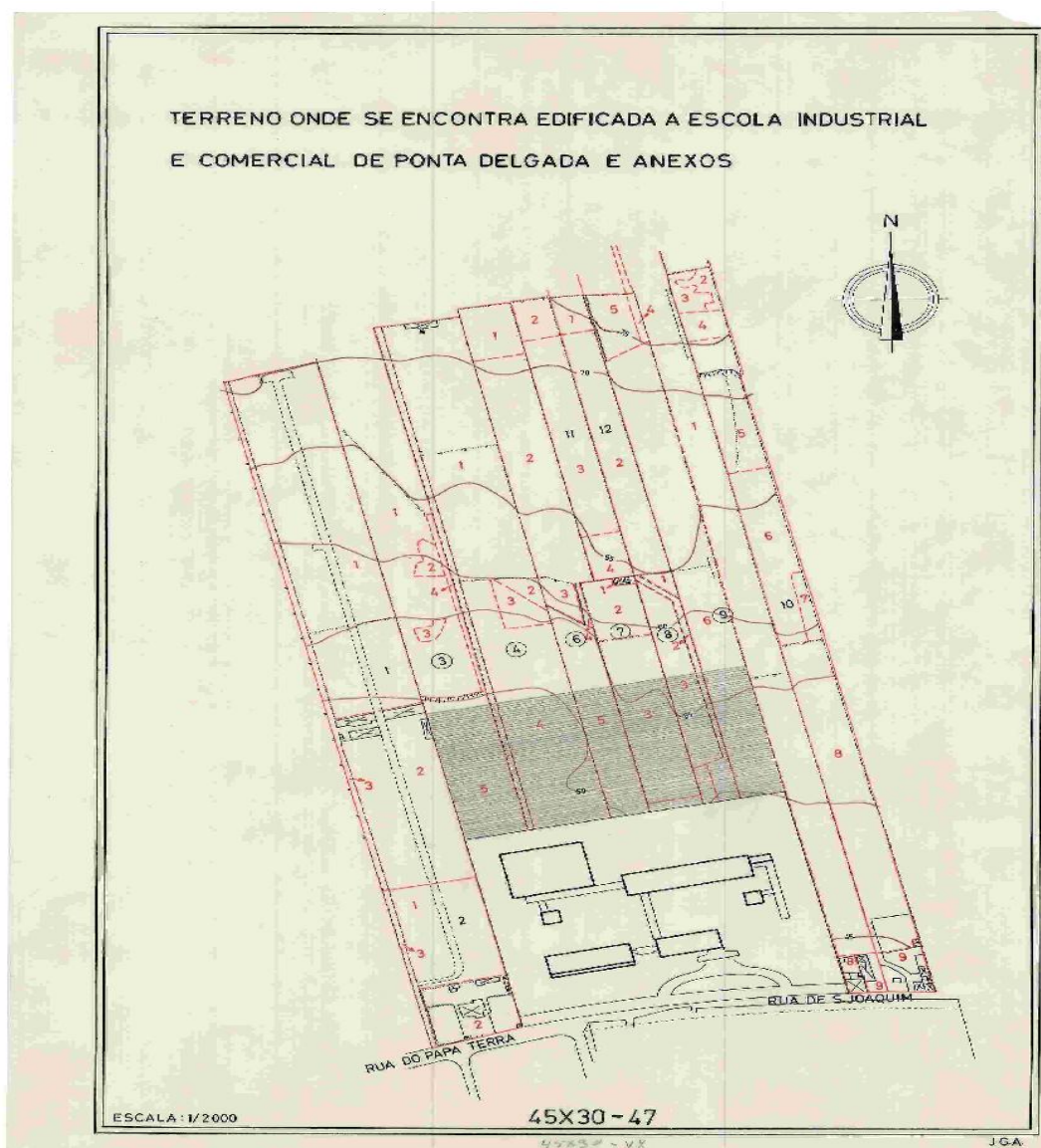


Fig. 18 - Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada – planta de localização na escala de 1: 2.000 [s.d.].

Por Decreto de 22 de Agosto de 1889, são criadas, nos Açores, as escolas técnicas. Em Ponta Delgada, a 1 de Outubro de 1890, iniciam-se as aulas na então Escola de Desenho Industrial Gonçalo Velho Cabral, na Rua do Castilho nº 15, solar onde nasceu o poeta Antero de Quental²⁸.

²⁸ Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada. [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2010]. Disponível em WWW: <http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115123020401/esdr/historia/goncalovelho.pd>.

Inicialmente, foi administrado, somente, o curso de Desenho Industrial, que começou com 163 alunos matriculados, com idades entre 11 e 20 anos, orientados pelo pintor António Rodrigues da Silva, que acumulava o cargo de director.

A escola funcionava com dois horários, um diurno das 10h às 12 horas, e outro nocturno das 18h30 às 20h30.

É, de notar que, em 1900, é inaugurada a iluminação artificial da escola com a instalação de bicos de gás, substituídos em 1918, por energia eléctrica. Nesse mesmo ano, o nome da instituição muda para Escola de Artes e Ofícios, nome que duraria apenas 7 anos.

Mantendo-se sempre no mesmo edifício, a escola mudou repetidamente de nome. Em 1925, voltou a designar-se por Escola Comercial e Industrial Velho Cabral, sofrendo uma remodelação estrutural sob a orientação do Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde, um antigo aluno da escola, pintor que se viria a tornar famoso.

No ano lectivo de 1929/30, a escola muda de instalações, passando a funcionar na Rua Ernesto do Canto nº 40, onde permaneceu até 1937.

Nesta mudança, o antigo aluno da escola, e mestre da disciplina de Pintura, Domingos Rebelo, é nomeado director.

Foram várias as figuras do mundo das artes que passaram por esta escola: Artur Viçoso May, seu primeiro director, Victor Câmara, Francisco Xavier de Viveiros Costa e o arquitecto Eduardo Read, responsável pelo projecto do actual edifício, que é hoje a Escola Secundária Domingos Rebelo.

Em 1937, já sob a direcção de José Glória de Andrade, a escola instala-se na Rua do Mercado, nºs.1 e 3, passando a designar-se Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada.

Até 1944, o edifício foi partilhado com o Exército Português e a Legião Portuguesa.

Nos finais de Setembro de 1950, sob a direcção de Aníbal Cymbron Bettencourt Barbosa, figura dinâmica e empreendedora, o ensino nesta escola, ganhou outro alento, com a criação das Secções Preparatórias para os Institutos Comerciais e Industriais. Estas inovações fazem aumentar o número de alunos, que ultrapassa, em 1964, a do Liceu Nacional de Ponta Delgada, sendo o seu corpo docente já composto de 94 elementos. Deve-se, também, a este dinâmico director da escola, a aquisição do edifício das Escolas Anexas ao Magistério Primário, bem como do terreno adjacente à escola, para aumento dos recreios.

O número sempre crescente de alunos faz com que a escola mude novamente de edifício, instalando-se na Avenida Antero de Quental, antiga Rua do Papa Terra, num edifício construído de raiz, munido de equipamento adequado às exigências do Ensino Técnico. Ganha, assim, nova dimensão a primeira Escola Técnica dos Açores, que abre as portas aos seus alunos a 12 de Setembro de 1970, mantendo-se nos dias de hoje com o nome de Escola Secundária Domingos Rebelo.

Anexo ao liceu e neste mesmo edifício funcionou, igualmente, o primeiro Observatório Meteorológico de Ponta Delgada, tendo sido realizadas obras de adaptação, para o efeito, na Torre da antiga Igreja da Graça.

Nos anos 30 do século XX, o observatório passaria definitivamente para as instalações do Relvão, também em Ponta Delgada.

Este edifício possui uma fachada principal com galilé e três janelões decorados com colunas torças, e é precedido por uma escadaria que dá acesso ao Largo de Camões, onde está, actualmente, instalado o Conservatório Regional de Ponta Delgada, a Academia das Artes e o Auditório Municipal.

Nos últimos anos da década de noventa, foi construído um novo edifício para albergar, condignamente, o Arquivo e Biblioteca Pública, junto à Igreja do Colégio, cujo projecto data de 1992, mas só foi inaugurado e aberto ao público em 2001.

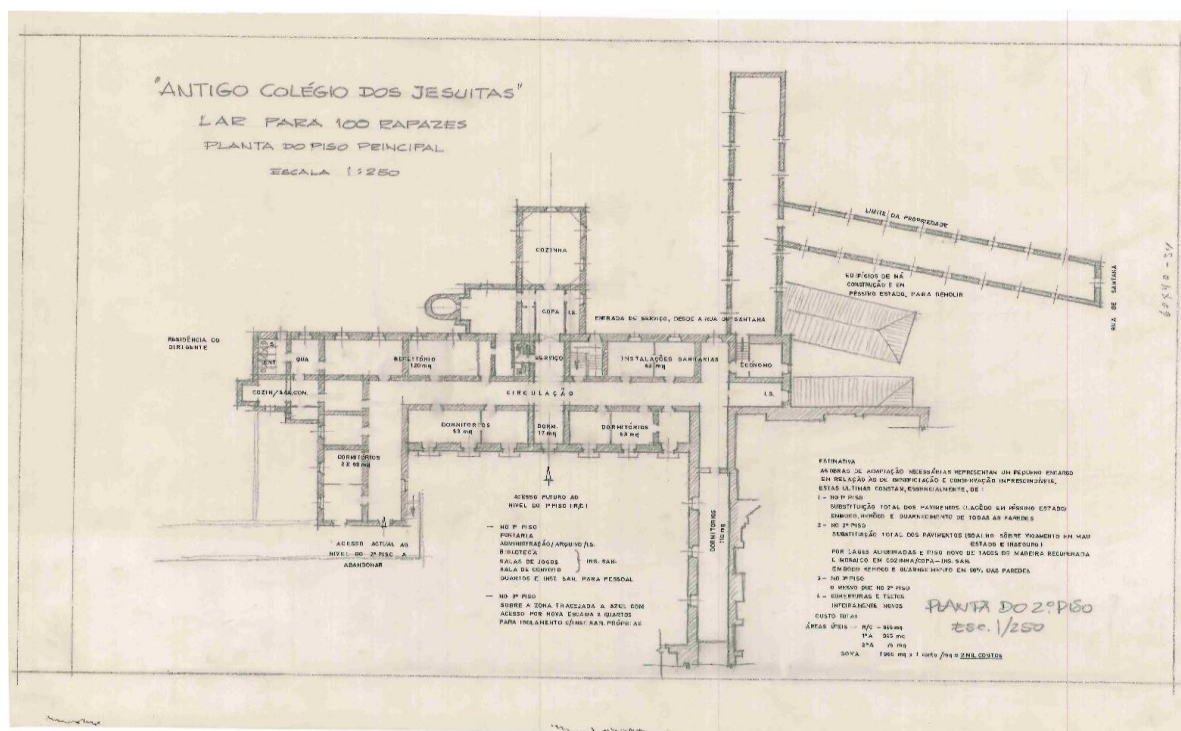


Fig. 20 - Antigo Colégio dos Jesuítas - planta na escala de 1: 200, datada [195?].

O edifício data do século XVI. A primeira pedra foi lançada a 1 de Dezembro de 1592, dia de Todos-os-Santos, pelo calendário católico então em voga, na presença do governador, Gonçalo Vaz Coutinho.

O templo e o convento anexo foram construídos em simultâneo, pelos religiosos da Companhia de Jesus, que ali estabeleceram o seu Colégio na cidade. Inicialmente, residiam no convento 10 a 16 religiosos ligados às funções docentes.

A igreja foi reconstruída na primeira metade do século XVII, quando adquiriu a actual fisionomia. O actual frontispício é barroco e data do início do século XVIII tendo permanecido inacabado devido à expulsão dos Jesuítas em 1760.

De igual modo, o retábulo da capela-mor é considerado um dos expoentes da talha barroca joanina, um dos poucos que permanece não dourado devido ao mesmo facto.

Com a expulsão da Companhia de Jesus do reino de Portugal, na época Pombalina, o valioso recheio da igreja ficou disperso. Era na biblioteca do Colégio que se encontravam importantes documentos da história dos Açores, como por exemplo, o acervo de Gaspar Frutuoso, inclusive o manuscrito *Saudades da Terra*.

O convento do Colégio foi comprado por um particular, o comerciante Nicolau Maria Raposo do Amaral para residência da sua família, sendo a igreja, seguramente, um dos maiores exemplos do Barroco regional. Mantida pela Fazenda Real, a igreja manteve-se aberta ao culto até 1800, funcionando depois como Tribunal até 1833, e sendo, finalmente, arrematada pelo filho do proprietário do Colégio, em 1834.

Este edifício ainda funcionou como seminário até aos anos 60 do século XX, quando foi parcialmente destruído pela edificação dum «assombroso» – ainda que necessário – edifício para a Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada. (AFONSO, 2007, p. 72-77)

Sendo das igrejas mais ricas de Ponta Delgada, nela existe uma das principais obras de talha da arte portuguesa. A sua majestosa fachada e o famoso púlpito onde pregou o Padre António Vieira, por ocasião da festa de Santa Teresa de Jesus, no dia 15 de Outubro de 1654, bem como a imagem de Cristo crucificado, que está hoje na igreja de S. Pedro, fazem deste monumento, um atractivo setecentista de inegável valor histórico e arquitectónico de Ponta Delgada.

A igreja do Colégio foi recuperada e requalificada, e desde 2004, abriga o núcleo de arte sacra do Museu Carlos Machado, no qual se destaca a pintura «A Coroação da Virgem», de Vasco Pereira Lusitano -1535-1609.

Em 2008, nela foi instalado um grande órgão, obra do mestre organeiro, Dinarte Machado, inaugurado por Ton Koopman, e que proporciona aos açorianos e a quem nos visita, magníficos concertos.

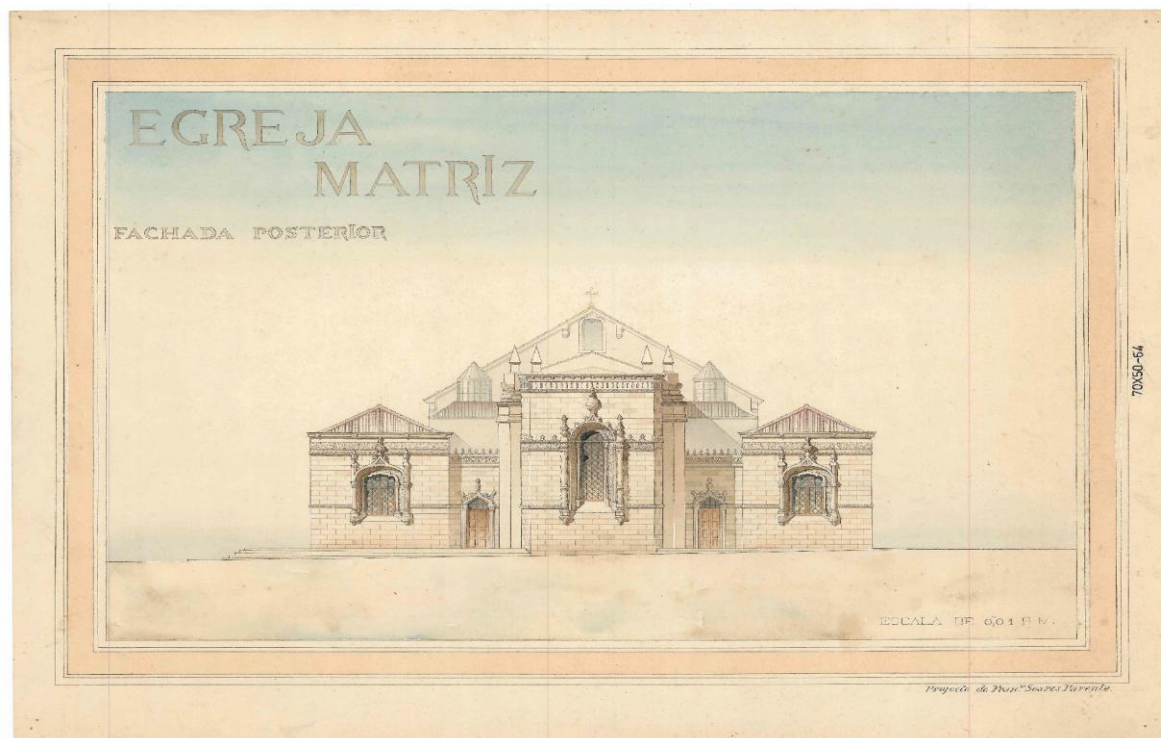


Fig. 21 - Igreja Matriz - desenho da fachada posterior [escala indeterminada] [s.d.].

A sua construção remonta ao século XVI, sob a invocação de São Sebastião, padroeiro da cidade, erguida após uma grande peste que a assolou, conforme referido pelo cronista Gaspar Frutuoso. As obras de construção decorreram entre 1531 e 1547, tendo recebido auxílios dos reis D. João III e D. Sebastião, sendo desse período as magníficas portas de estilo manuelino.

As portas dos alçados laterais de estilo barroco são decoradas em basalto da ilha.

Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 39.175, de 17 de Abril de 1953, sendo o único edifício micaelense, cujas plantas se encontram nos arquivos digitalizados e tornados públicos do IHRU, em Lisboa.

Ao longo dos séculos, esta edificação típica do estilo gótico, em Portugal, com detalhes manuelinos e, posteriormente, barrocos, sofreu grandes transformações no seu conjunto.

No século XVII, este edifício sofreu algumas alterações a nível da fachada e da torre sineira, que desapareceu. Na primeira metade do século XVIII, o templo foi objecto de extensa campanha de obras. O altar-mor deste templo era inteiramente em talha dourada, havendo nele riquíssimos panos de azulejos.

Existiam, ainda, recentemente, junto aos púlpitos, nas naves, dois coros, um deles com o órgão onde tocou o padre Serrão. Entre as capelas, destacam-se a de Nossa Senhora do Rosário, onde o padre António Vieira instituiu a devoção ao Rosário em Ponta Delgada.

O actual relógio da torre foi doado em finais do século XIX por António Joaquim Nunes da Silva, um benemérito de Ponta Delgada.

Em 1956 e 1959, este edifício foi intervencionado pelos Serviços dos Monumentos Nacionais, com obras de pequena envergadura.

Em 2002, foram intervencionados os pavimentos na parte exterior à volta da igreja, cujo projecto de execução foi da autoria do Arq. Vasco da Cunha. Em 2004, através da Câmara Municipal de Ponta Delgada, os espaços ao redor da Igreja foram alargados e tiveram nova pavimentação, com projecto da autoria do Arq. Pedro Garcez, bem como a substituição dos bancos de jardim do Largo da Matriz, desenhados pelo Arq. Siza Vieira. Foi, também nesta data, instalada a iluminação cénica da igreja³⁰.

³⁰Igreja Matriz [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2010]. Disponível em WWW:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8150.

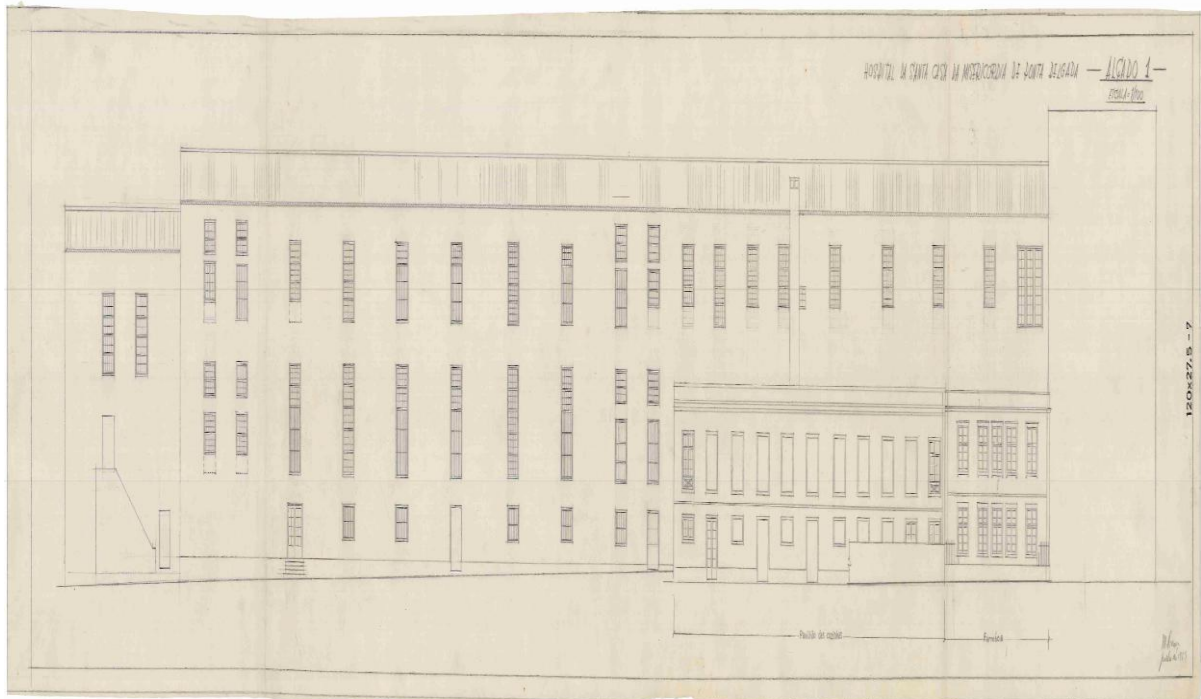


Fig. 22 - Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada - alçado na escala de 1:100, datado de 1959.

Este edifício foi construído entre 1500 e 1525, segundo Frei Diogo Chagas para convento dos Franciscanos, comunidade que albergou até à época do Liberalismo. Em 1834, por decreto de 23 de Setembro, foi adaptado a Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada. Nessa mesma data foi designada uma Comissão para estudar o edifício, estabelecendo as obras necessárias. Ficaram de fora a igreja, capelas, cercas e coros, que já tinham sido entregues à paróquia de S. José.

Em 1857, o velho convento foi descaracterizado, quer pela demolição da fachada do convento e colocada uma fachada neoclássica, quer pelas sucessivas adaptações desde então sofridas no seu interior. O risco para o novo frontispício foi encomendado a um arquitecto francês através de José do Canto. Este projecto teve alterações pedidas pela Comissão ao arquitecto Brice, o que causou alguns constrangimentos de ordem financeira à Junta Distrital em Lisboa. (RODRIGUES, H., 2003, p. 101-176)

Para a reconstrução da fachada do novo hospital foi mandada vir de Lisboa toda a pedra lavrada para a cantaria, que demorou cerca de vinte anos a ser guarnecida.

Nesta imponente massa com cinco níveis de janelas, de formas e molduras variadas, o corpo central, em que se inscreve o pórtico, constitui sinal da maior dignidade estrutural pelas colossais colunas que suportam a sacada de balaústres. (SOUSA, 1991, p. 137-160)

A reconstrução total do edifício durou até 1903 depois de muitas peripécias e dificuldades financeiras. Em 1975, passou para a posse do estado.

Foi o hospital principal de S. Miguel e prestava serviços de internamento a pobres e ricos, não só de toda a ilha mas de todas as ilhas, funcionando até finais dos anos 90, do século XX, altura em que foi construído o novo Hospital de Ponta Delgada.

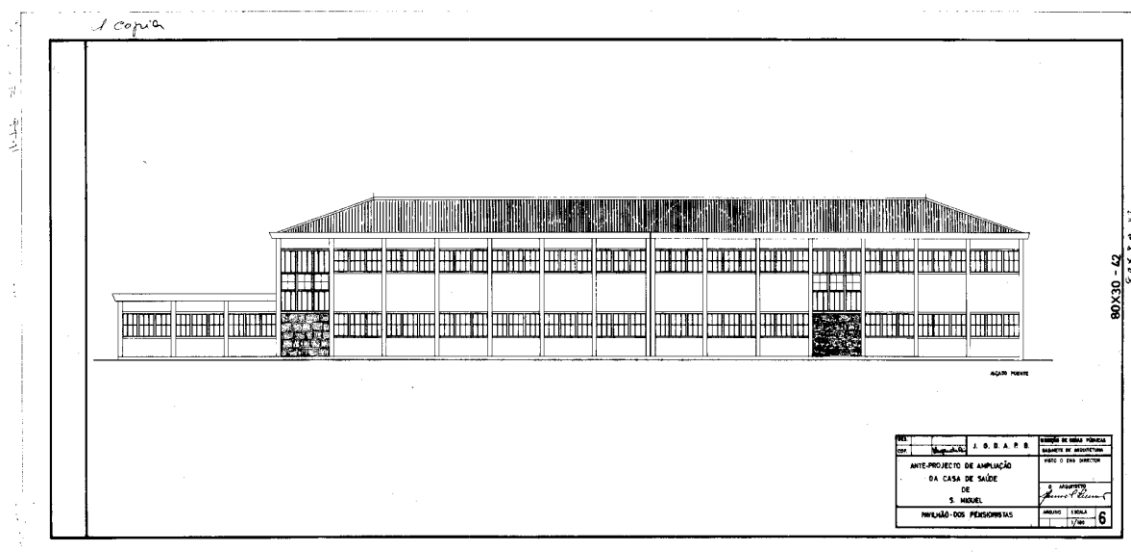


Fig.23 – Casa de Saúde de S. Miguel - alçado do Pavilhão dos Pensionistas, na escala de 1:100 [s.d.].

A Casa de Saúde de S. Miguel é um edifício que data de 1928, onde está instalado um Centro Assistencial na área da Psiquiatria, Saúde Mental e Reabilitação Psicossocial³¹.

A capacidade da Casa de Saúde é de cerca de cento e noventa e duas pessoas internadas e encontra-se distribuída por diversas Unidades de Internamento e Residências, que incluem a Clínica de Recuperação de Alcoólicos e Toxicodependentes, a Unidade de Pessoas com Doença Mental em fase aguda, a Unidade de Longo Internamento, a Unidade de Psicogeriatrics, a Unidade de Vida Protegida e duas Unidades de Transição e Treino. Esta Casa de Saúde dispõe também de duas residências comunitárias nas quais habitam pessoas com experiência de institucionalização.

Neste Centro, a reabilitação psicossocial tem sido uma prioridade. Assim, para além das valências residenciais já referidas, conta com valências ocupacionais, das quais se destacam as oficinas ergoterápicas, a formação profissional e o desporto.

Refira-se, ainda, e na senda da tradição da Instituição, os trabalhos que têm sido desenvolvidos, na prevenção do alcoolismo e da toxicodependência, nomeadamente os programas em meio escolar e o treino de competências sócio parentais.

³¹ Elementos retirados do processo de obras de reconstrução e ampliação.

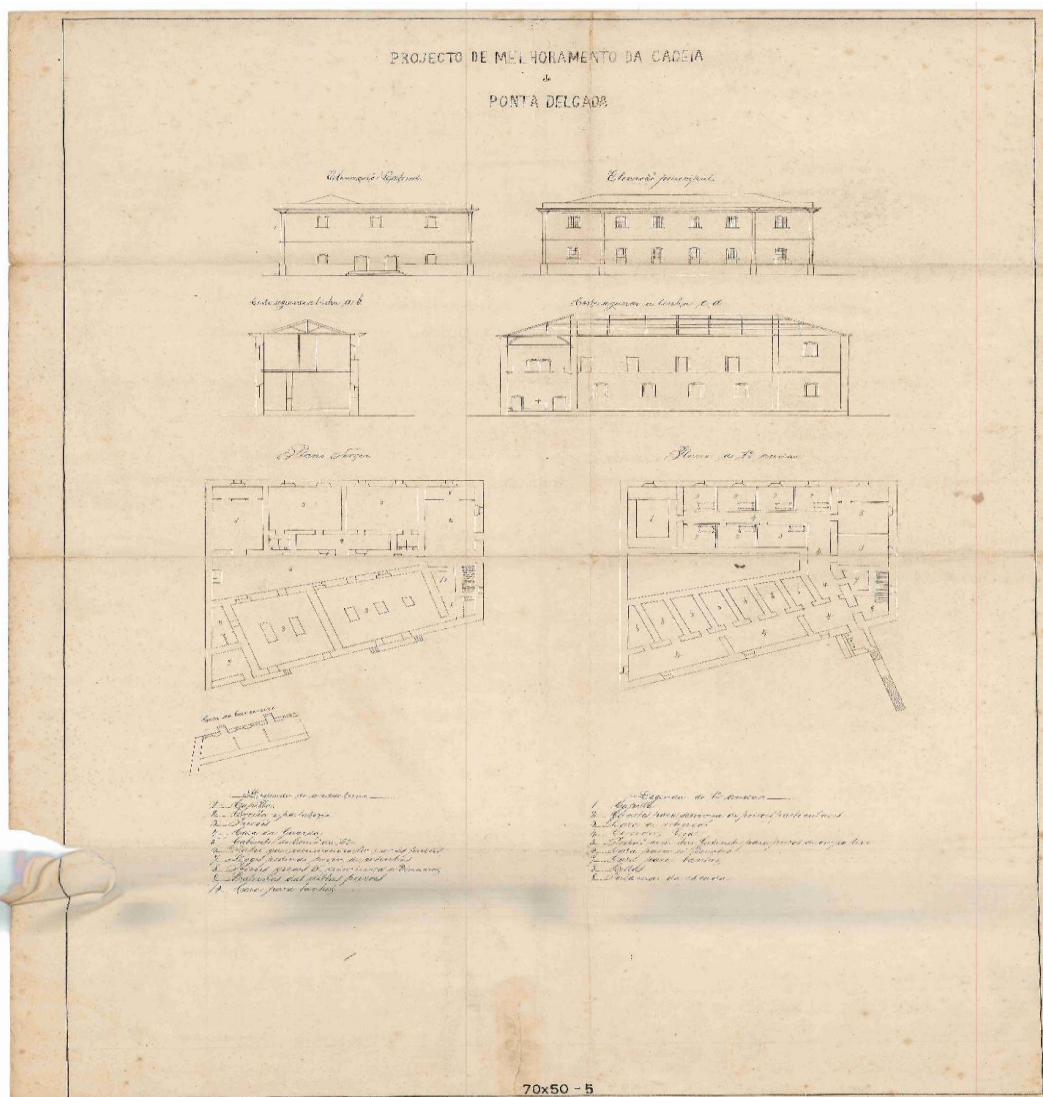


Fig. 24 - Projecto de melhoramento da Cadeia de Ponta Delgada - Planta e cortes [escala indeterminada] [s.d].

A actual cadeia da Boa Nova foi, desde o princípio do século XIX, uma permanente reivindicação dos micaelenses, dado que a situação dos presos era caótica e vergonhosa para a cidade.

Aquando da criação da 1ª Junta Geral do Distrito, em 1833, a sua construção foi apresentada como sendo necessária, mas o tempo foi passando sem nada se ter concretizado.

Foi após o terramoto de 1852, que arruinou o edifício da Câmara e obrigou à retirada apressada dos presos para Vila Franca do Campo, que se reuniram as autoridades do distrito e foi escolhido o local da Boa Nova, à Calheta, para a construção da nova cadeia.

Em 1854 o Ministério das Obras Públicas declarou, em nome de el-rei, a expropriação urgente do dito terreno e ermida, para os fins propostos pelo governador civil de Ponta Delgada.

O projecto para a edificação da cadeia foi enviado ao governo a 6 de Fevereiro de 1855, tendo sido prontamente aprovado³². A obra começou, efectivamente, em Julho de 1856, e foi orçada, como cadeia penitenciária, na quantia de 35 contos de reis fortes.

Em 1975, já na última fase da Junta Geral, foram feitas obras de melhoramento.

Contudo, passados que são mais de 150 anos da sua construção, o edifício da Cadeia está em muito más condições e aguarda-se pela necessária construção da nova cadeia de Ponta Delgada.

³² Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues in: Centro de Conhecimento dos Açores [Em linha]. [Consult. 15 Ago. de 2010]. Disponível em [www:http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=10693](http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=10693).

Um segundo período, marcado pela construção dos portos de Ponta Delgada, iniciado em 1861, e da Horta, em 1874, e pela diminuição da oferta de bens agrícolas produzidos nas ilhas. Durante este período assistiu-se à perda efectiva da importância das alfândegas insulares na cobrança de rendimentos, pela decadência da «economia da laranja», e à redefinição da função dos seus portos, então orientada para a oferta de carvão e, mais tarde, de combustíveis líquidos à navegação. Um terceiro período, a partir dos anos 70 do século XX, marcado pela construção de portos e de aeroportos em todas as ilhas do arquipélago, bem como pela construção das marinas da Horta e de Ponta Delgada, alargando-se, consideravelmente, as áreas de jurisdição da alfândega de Ponta Delgada.

A partir da *Reforma Aduaneira* aprovada pelo decreto-lei nº 46 311, de 27 de Abril de 1965, só existe uma alfândega nos Açores – a de Ponta Delgada.

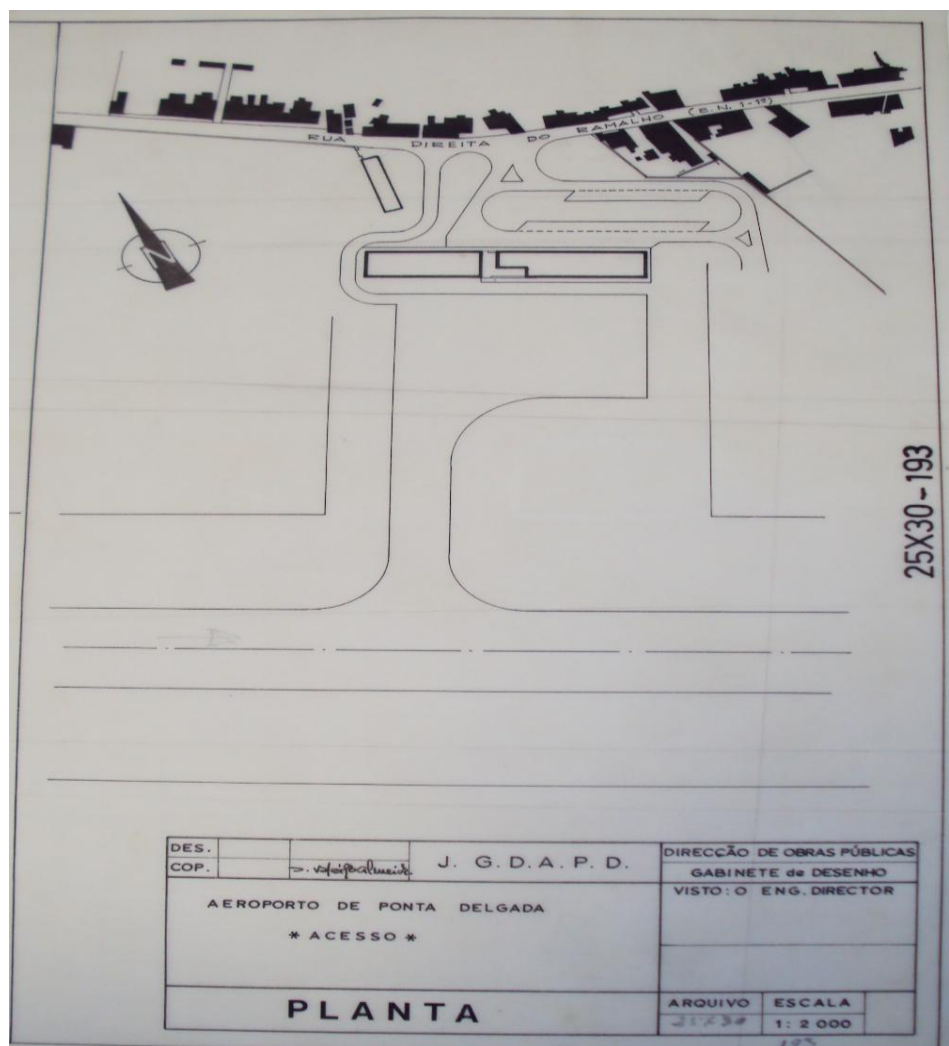


Fig. 26 – Aeroporto de Ponta Delgada – planta, na escala de 1: 2 000 [s.d.].

O Aeroporto de Ponta Delgada foi inaugurado em Agosto de 1969, depois de ter sido planeada a sua construção seis anos antes, em 1963. Na altura, a sua pista tinha apenas 1800 metros de comprimento. Este era conhecido pelos micalenses como o Aeroporto da Nordela, dado ter sido construído na ponta extrema noroeste de Ponta Delgada e destinou-se a servir as ligações inter-ilhas assim como a Portugal continental, neste caso, através de um *Boeing 727*, da companhia aérea nacional TAP³³.

Contudo, só dois anos mais tarde, tiveram início as ligações regulares com Lisboa.

³³ Fátima Sequeira Dias - *O Aeroporto de Ponta Delgada - João Paulo II, 40 anos de História*.

Em 1988 entrou ao serviço, no já então designado Aeroporto de São Miguel, uma nova torre de controlo e, no ano seguinte, a pista foi ampliada para nascente até aos 2.519 metros de extensão e 45 de largura.

A designação de Aeroporto João Paulo II foi-lhe atribuída em Março de 1995, em homenagem à viagem de Sua Santidade ao arquipélago dos Açores em 1991. Nesta data foi inaugurado um novo terminal de passageiros, assim como uma nova placa de estacionamento com espaço para nove aparelhos.

O aeroporto passou, deste modo, a estar apto a receber um milhão de passageiros por ano, e a operar voos internacionais para o Canadá e Estados Unidos da América.

A partir de Ponta Delgada há voos regulares e diários para Lisboa e Porto, assim como para os aeroportos açorianos de Santa Maria, São Jorge, Terceira, Pico e Faial.

No período entre 2009 e 2012, estão em curso um conjunto de intervenções no Aeroporto João Paulo II, a nível de obras de ampliação de pista e posições de estacionamento, bem como no terminal de passageiros, no âmbito das regras da comunidade europeia, a fim de poder prestar um serviço de melhor qualidade a todos os açorianos e a quem nos visita.

CAPÍTULO 4

CONSERVAÇÃO E RESTAURO DOS DOCUMENTOS

4.1 Acondicionamento e Conservação

No decurso deste trabalho de levantamento da documentação gráfica, existente no espaço delimitado para este estudo, foi sendo possível efectuar pequenas intervenções de restauro, dado que determinados documentos estavam em muito más condições de conservação e era preciso recuperá-los com urgência; só tocar-lhes parecia contribuir ainda mais para a sua degradação.

Sempre que possível, os documentos foram desenrolados ou desdobrados, com o objectivo de se conservarem de forma planificada. Para isso, colocámos um tipo de pisa-papéis em pedra, nos quatro cantos, durante várias semanas, para se poderem depois trabalhar e posteriormente arquivar.

Quanto ao espaço onde devem estar instalados estes documentos de arquitectura, o mesmo deve ser apropriado às suas áreas/escalas, por tamanho ou complexidade e devem ser agrupados por edifício ou por arquitecto³⁴.

O acondicionamento dos Mapas e Plantas pode ser feito de diferentes modos:

- Acondicionamento em caixa - em conjunto com todo o processo;
- Acondicionamento em suspensão - em ficheiros verticais;
- Acondicionamento em extensão/planificação em ficheiros horizontais;
- Acondicionamento em tubos - enrolados³⁵.

Os critérios adoptados foram os dois últimos, já que os documentos se encontravam separados dos processos que lhes deram origem, sendo acondicionados em ficheiros horizontais, com gavetas de formato A0, que correspondem à medida maior 1.189 mm x 841 mm.

³⁴ *A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th centuries*. Paris: ICA, 2000. p.79.

³⁵ *idem*, p. 97-106.

Os projectos de Arquitectura foram acondicionados em envelopes de dimensões superiores – cerca de 2 cm por margem – aos documentos que acondicionam.

Cada envelope não deveria acondicionar mais do que 3 documentos, no entanto, houve grupos com maior quantidade de documentos, que tiveram de ficar juntos, por razões de disponibilidade de espaço nos ficheiros.

Contudo, dentro de cada um, a sobreposição dos mesmos foi alternada com a colocação de uma folha de papel vegetal.

Os envelopes foram numerados sequencialmente dentro de cada série.

No futuro, sempre que seja preciso retirar algum documento do seu local de acondicionamento, por razões de restauro, investigação ou outras, deve ser substituído por um *fantasma*³⁶ indicando:

- O título do documento;
- A cota actual ou código de referência;
- O código de localização.

Um dos critérios que tivemos em conta na arrumação dos referidos documentos teve passado por um equilíbrio entre as possibilidades do espaço físico de armazenagem e os recursos económicos disponíveis.

Deste modo, optou-se pela organização em ficheiros metálicos horizontais, que se sobrepuseram 2 a 2, poupando muito do espaço que é sempre escasso nos Arquivos.

³⁶ Documento substituto “surrogate” - Description of Architectural Records. In: *A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th centuries*. ICA. Paris: 2000. p. 83.

Algumas das Plantas e Desenhos mais antigos e mais frágeis foram guardados em envelopes feitos de papel “Melinex”³⁷ **Fig. 27**, ficando, assim, melhor protegidos das agressões do nosso clima.



Fig. 27 - Papel «melinex» e fita adesiva dupla face com ph neutro.

Houve, contudo, Plantas e Desenhos que não foram possível planificar, por se encontrarem enroladas há muitos anos, por isso, foram guardadas em tubos de cartão prensado, devidamente identificados.

Cada rolo não deverá acondicionar mais do que um documento, contudo e pelas razões já acima citadas, estes guardam, por vezes, mais do que um documento, mas protegidos com uma folha de papel vegetal entre eles para não ficarem em contacto directo com o cartão prensado.

Os rolos para o acondicionamento dos documentos são uniformes, de dimensões superiores em cerca de 2 cm em cada extremo, em relação ao documento. Na identificação dos rolos foi utilizada uma etiqueta modelo, colocada no topo.

³⁷ Película em polyester dura para proteger e guardar documentos.

No decorrer desta investigação, deparámos com Mapas, Plantas e Desenhos bastante curiosos, quer pelo interesse que suscitavam, enquanto obras de arte, quer pelo entusiasmo que provocavam na procura dos seus pares mais próximos, o que era motivo de satisfação e contributo para a valorização do trabalho.

Apesar disso, perturbou-nos muito o seu avançado estado de degradação, o que se deve, não só ao mau acondicionamento dos mesmos, como também ao tipo de papel em que foram desenhados.

De entre os vários tipos de papel, encontrámos uns mais resistentes, outros menos. Os primeiros obedecem a uma gramagem mais alta, que contribui para maior durabilidade e suporte dos traços de desenho bem como das tintas, contudo são mais quebradiços.

O papel sulfurado, também bastante comum nas plantas antigas, torna-se muito frágil ao envelhecer nos Arquivos, dado sofrer um processo de degradação, e que afecta também, os documentos que estão juntos.

Contrariamente, encontrámos, outros tipos de papel, de menor gramagem, de textura mole, como os papéis de decalque, de cebola e de cristal, usados, especialmente, em esboços e croquis e que oferecem maior resistência ao passar dos anos. (ANDREU CARRASCAL; GIL TORT, 2008, p. 62)

São, ainda, muito comuns nestes Arquivos, a cartolina grossa e o papel «ozalid»³⁸.

Com a introdução, nos primeiros anos do séc. XXI, do sistema CTP *Computer to plate*, que imprime directamente a chapa sem precisar de fotolitos, as provas em «ozalid» praticamente desapareceram e foram substituídas pelas impressões em digital.

³⁸A palavra "ozalid" é um anagrama de "diazol" nome da substância usada para o fabrico deste papel.

O tipo de papel mais resistente é a tela, de cor cinza azulada, muito utilizada nos finais do século XIX, princípios do século XX, que para além da sua beleza de textura, conserva em muito melhor estado as plantas mais antigas, embora se encontrem algumas manchas de bolor, devido à grande humidade que assola os Açores.

Durante o século XX, o papel tela foi substituído, progressivamente, pelo papel vegetal, que apresenta muitos problemas de conservação, especialmente quando se encontra enrolado.

Encontrámos, ainda, no Arquivo, algumas Plantas em papel cianotipo ou *blueprint*, conforme podemos observar na **Fig. 28**, que consistia num tipo de material usado no início do século XVIII, introduzido pelo geógrafo Cassini³⁹ que se destinava a reproduzir desenhos e plantas.

O processo consistia em colocar a planta a reproduzir sobre um papel previamente sensibilizado com uma solução de citrato de ferro e potássio, estendido e fixado sobre duas camadas de feltro, sobre as quais era colocado um vidro. Sobre o mesmo era colocada a planta que se pretendia reproduzir. O tempo de exposição à luz dependia da luminosidade existente. O efeito da luz provocava uma reacção química no papel que adquiria uma cor bronze e na qual se destacava o traçado da planta em linhas mais carregadas. Finalmente, o papel era passado por água fria e mudava a cor para azul, salientando as linhas do desenho em branco, permitindo assim a transferência do desenho original⁴⁰.

³⁹Jean-Dominique Cassini - Géografo e cosmógrafo de origem italiana.

⁴⁰Método usado entre 1840 e 1960 in: *Los documentos de arquitectura y cartografía: Qué son y cómo se tratan*. (op. cit.) p. 63-64.

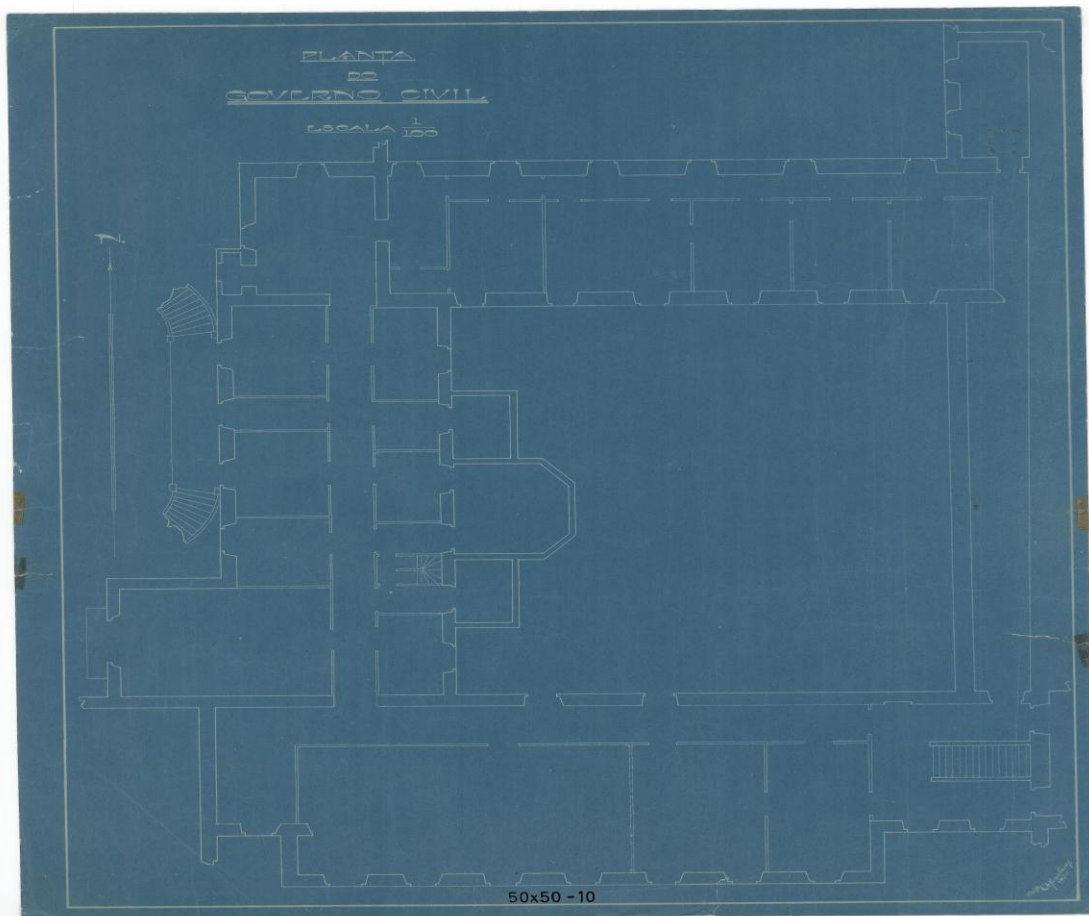


Fig. 28- Planta do Governo Civil em papel cianotipo ou blueprint.

4.2 Restauro

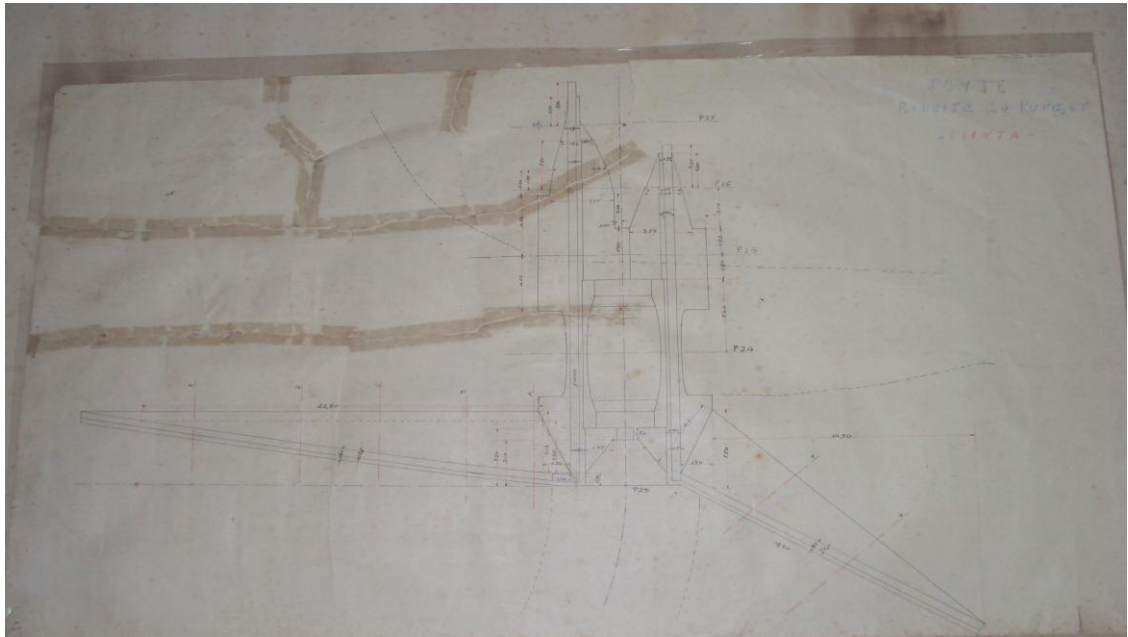
No decorrer da organização e tratamento dos documentos, foram efectuadas as seguintes operações de restauro:

Para a consolidação dos rasgões e falhas nos Mapas, Cartas e Desenhos foi aplicado material próprio para restauro - papel japonês, *acid-free*, bem como uma cola à base de água, neutra e reversível e cujo componente principal é o metilcelulose.

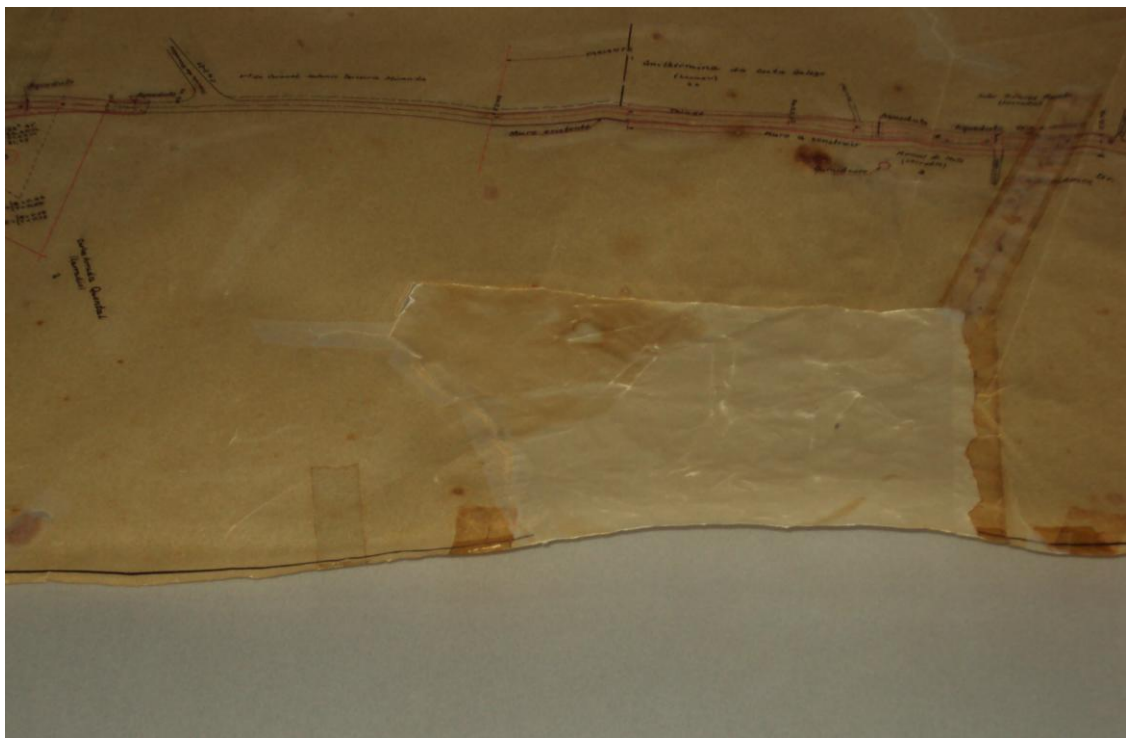
Na maior parte dos documentos intervencionados foi retirada a fita-cola que tinha sido colocada indevidamente, com água destilada para depois de bem secos ser colocado o papel japonês para consolidação dos rasgões. As manchas que ainda são visíveis na **Fig. 29**, ilustram, bem, os estragos que a mesma fita provocou, tanto a este documento como a outros que estavam juntos.

No caso das falhas de partes do documento **Fig. 30**, foi colocado papel vegetal do mesmo tipo, previamente mergulhado em chá preto para amarelecer e dar uma textura mais aproximada ao original.

Os documentos das figuras apresentadas na página seguinte são testemunho fiel do estado em que se encontravam muitos dos documentos.



**Fig. 29 – Desenho da Ribeira do Purgar [s/d]
(Restaurado em Outubro de 2009).**



**Fig. 30 – Planta de uma estrada (Restaurada com material semelhante ao original em
Dezembro de 2009).**

Após o tratamento destes documentos - processos e desenhos - que compreendem, essencialmente, Escolas, Bibliotecas, Hospitais, Centros de Saúde, Aeroportos, Portos, Igrejas e Habitação Social e que correspondem às missões operacionais desta Instituição, tivemos a maior preocupação em tornar os documentos acessíveis, embora estejamos conscientes de que para Arquivistas e Documentalistas seja de primordial importância, uma descrição taxonómica que nos conduza à identificação das diversas tipologias e que possibilite a posterior recuperação da informação.

”O documento pode materialmente existir como coisa, mas epistemologicamente só existe amarrado ao binómio informação/comunicação, não podendo ser estudado, nem difundido à margem deste enquadramento ontológico.” (SILVA, 2004, p. 55-84)

Durante o estudo dos Mapas e Desenhos de Arquitectura foram consultados muitos processos de obras, desde os concursos de empreitadas até ao mais simples documento administrativo.



Fig. 31 - Envelope e ficheiro onde ficam organizados os desenhos de projectos de Arquitectura

Posteriormente a este trabalho de levantamento, diagnóstico e agrupamento dos documentos gráficos, foram feitos envelopes em papel vegetal, do mesmo tipo de papel das plantas e desenhos, depois fechados com fita-cola dupla face ph neutro, de modo a ficarem agrupadas todas as plantas referentes ao mesmo projecto/edifício e também tendo em vista o objectivo principal, que é facilitar a pesquisa, dentro das respectivas gavetas, dado que são documentos de grandes formatos e por isso, difíceis de manipular, conforme se pode ver na **Fig. 31**.

Simultaneamente, foram sendo introduzidos todos os elementos, por unidade, no programa informático *Excel*, tendo em vista, num futuro muito próximo, a sua migração para o programa de descrição arquivística - *Digitarq3*.

Poderíamos tratar este tipo de documentos como descrição de arquivos ou de bibliotecas, embora a Norma Portuguesa 405-3 não seja muito específica em relação aos documentos gráficos.

No entanto, as normas para a descrição arquivística não contemplam orientações específicas para documentos iconográficos, cartográficos, desenhos técnicos ou arquitectónicos, audiovisuais, sonoros e não-lineares.

Contudo, os Organismos que tratam este tipo de documentos seguem o seguinte critério: Primeiro o nome da Carta, Mapa ou Desenho, seguido do tipo de papel, cor e medidas, e, por fim, o nome do autor, data e escala.

Apesar da maioria dos documentos cartográficos e arquitectónicos se encontrar em suporte de papel, o arquivista deve ter em consideração o desenvolvimento tecnológico e os progressos dos instrumentos de observação que favorecem a conversão e o armazenamento dos dados sob forma digitalizada. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998)

Neste caso, a digitalização é pertinente, porquanto muitos dos documentos estão em muito mau estado de conservação e em risco de se perderem.

Nesta fase final do trabalho, foi elaborado um quadro amostra que resultou da selecção dos documentos gráficos mencionados, e que, juntamente com os processos, servirá de modelo para efeitos de organização e descrição para o resto da documentação existente no Arquivo em referência.

Foi, por nós, atribuída uma cota para a coordenação e relação dos processos com as Plantas e Desenhos, conforme se indica a seguir no *Quadro 11*.

O material gráfico existente no Arquivo desta Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos está, nesta data, totalmente identificado e concluído o trabalho de organização de todos os exemplares, conforme se dá uma perspectiva nas *Figs. 32 e 33*.

QUADRO 11

MAPA DE COORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS GRÁFICOS COM PROCESSOS

Obra/Edifício	Datas extremas	Entidade Emissora	Cota Nº Proc. **	Assunto	Quant.	Ficheiro	OBS.
Secretaria Regional do Equipamento Social	1977	Governo Regional	Em execução	Reconstrução do edifício	89	F.1-G.3 e Rolo	Documentação em tratamento G.Regional
Palácio da Conceição	1930-1973	Junta Geral	Em execução	Obras adaptação/ampliação	172	F.1-G.2	Descrição feita em Digitarq
Antigo Convento Sto André/Museu Carlos Machado	1879-1948	Junta Geral	D4.9	Adaptação a museu	4	F.1-G.3	Alguns desenhos sem data
Liceu Nacional de Antero de Quental	1934-1973	Junta Geral	101	Adaptação e ampliação	129	F.1-G.1	2 rolos
Escola Comercial e Industrial de P. Delgada	1941-1971	Junta Geral	97 e 98	Construção e ampliação	67	F.1-G.1	
Biblioteca Pública e Arquivo P. Delgada	1930-1975	Junta Geral	D3.2	Projectos de alteração	24	F.1-G.3	2 rolos
Igreja do Colégio dos Jesuítas	1956-1988	J. G. e Governo Regional	Em execução	Adaptação a museu	8	F.1-G.3	Documentação em tratamento-Governo Regional
Igreja da Matriz de P. Delgada	Séc. XVI	Junta Geral	N	Intervencionado em 1953*	9	F.4-G.13	Não foi encontrado qualquer processo.
Hospital da Misericórdia de P. Delgada	1959-1990	J.G. e Governo Regional	D1.8	Alterações e ampliações	48	F.1-G.4	
Casa de Saúde de S. Miguel	1939-1969	Junta Geral	D1.1	Construção e ampliação	91	F.1-G.4	
Cadeia de Ponta Delgada	1856-1975	Junta Geral	87	Construção e melhoramento	12	F.1-G.3	
Edifício da Alfândega	1872-1956	Junta Geral	D3.1	Construção e ampliação	6	F.1-G.3	
Aeroporto de S. Miguel	1963-1977	Junta Geral	D9.5	Construção e ampliação	43	F.4-G.3	7 em tubo +3 rolos
*Intervencionado em 1953 e 1959 pela DGEMN e em 2004 pela CMPD, segundo informação da Base de Dados SIPA do IRHU.							
**NOTA: ESTAS COTAS FORAM ATRIBUIDAS DURANTE O TRATAMENTO DOS PROCESSOS.							



Fig. 32 – Arquivo organizado no final deste trabalho



Fig. 33 – Ficheiros antigos devidamente organizados

CONCLUSÃO

Procurámos recuperar a organização original da documentação gráfica existente no Arquivo da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, a que nos propusemos no início deste trabalho.

Para que tal fosse possível, procedeu-se à associação da documentação gráfica com os respectivos processos que lhe deram origem, e assim conferimos uma organização, controlo e acessibilidade a um conjunto documental que se encontrava amontoado e por avaliar.

A organização destes documentos teve como base de orientação as diversas orgânicas institucionais que fizeram parte da Junta Geral, do Governo Regional dos Açores e da SRCTE desde 1832 até 2010.

Durante este período de tempo, muitas foram as modificações estruturais que a documentação sofreu, o que causou alguns estragos e possíveis perdas.

Os diferentes métodos de tratamento que fomos incrementando aos documentos gráficos, ao longo deste trabalho, devem-se a uma aprendizagem, através das normas internacionais que constam do Manual de Arquitectura, atrás citado, para os Desenhos de Arquitectura, a fim de ser possível identificar, organizar e posteriormente descrever os referidos documentos de projectos de Obras Públicas.

As dificuldades encontradas foram imensas, uma vez que todos os documentos se encontravam misturados e em péssimas condições de acondicionamento.

Após o levantamento tipológico e organização da documentação, foram feitas várias intervenções e restauros de alguns dos documentos que se encontravam em pior estado de conservação.

Nesta sequência, é da maior importância a transferência de suporte de muitos destes documentos e pertinente a sugestão para o trabalho de digitalização, em condições adequadas, dado que o estado de conservação em que estes se encontram não permite que sejam digitalizados em equipamento considerado normal para o efeito, mas sim num mais sofisticado, do tipo «planetária».

Ainda antes do trabalho de digitalização será necessário proceder à descrição correcta de todos os documentos, que no âmbito deste trabalho não foi possível fazer, embora já tenha sido iniciado no programa *Digitalq3*.

Contudo, com este trabalho de organização dos documentos de Arquitectura será muito mais fácil fazer essa descrição à peça, dado que seria impossível fazer por séries.

No entanto, não queríamos deixar de salientar, que foi a primeira vez que se partiu para um trabalho desta natureza, na Região Autónoma dos Açores, apesar da pouca experiência, e da distância que nos separa das Bibliotecas e Arquivos da especialidade e ainda da falta de orientação específica para esta área dos documentos de arquitectura.

Fica, no entanto, a vontade de poder continuar a investigar, como tratar documentos deste tipo, avançar com a sua descrição numa base de dados, digitalizá-los e tornar públicos os mais importantes, num futuro tão próximo quanto possível.

“Qualquer trabalho científico não se esgota em si mesmo. Pelo contrário, pede-se ao seu autor que deixe a porta aberta para os trabalhos subsequentes de outros cientistas”

J. Eduardo Carvalho, 2002

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. Juntas Gerais. Centro do Conhecimento dos Açores: Enciclopédia Açoriana. [Em linha]. [Consult. em 8 Jun. 2010]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=7887>>.

AFONSO, Carlos Falcão - **Ponta Delgada – vandalismo ou desenvolvimento?** 2ª ed. Ponta Delgada: Câmara Municipal, 2007. 505 p.

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos - A Cartografia Hidrográfica de Portugal Continental na segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX. In **O litoral em perspectiva histórica**. Porto, Introdução à História Moderna, 2002. ISBN972-8444-06. p. 9-20.

ALVES, Ivone [et al.] - **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. 257 p. ISBN 972-565-146-4.

ALVAREZ TERÁN, Mª Concepcion - **Mapas, planos y dibujos**. Simancas, Valladolid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas: Tabapress, 1980-1990. 2 v.

ANDREU CARRASCAL, Simón; GIL TORT, Rosa Maria - **Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y como se tratan**. Gijón: Ediciones Trea, 2008. 147 p. ISBN 978-84-9704-335-9.

AUSTRALIA. National Archives - Managing business information. [Em linha]. [Consult. em 17 Mar. 2011] Disponível em WWW: <URL: <http://www.naa.gov.au/records-management/publications/DIRKS-manual.aspx>>.

BETTENCOURT, Urbano - A afirmação de uma cultura própria. In **História dos Açores: do descobrimento ao século XX**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008. Vol. II. ISBN 978-989-8225-07-8. p. 307-322.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira, coord. - **Cartografia de Oeiras: 4 séculos de representação do território: do século XVI ao séc. XX**. Lisboa: Câmara Municipal de Oeiras, 2003.

BUCKLAND, Michael K. - Information as thing. Journal of the American Society for Information Science. Vol. 42, Issue 5. (1991), p. 351-360.

CAMACHO, Augusto Branco - **O bem comum: 40 anos de administração distrital (1926-1966)**. Ponta Delgada: Oficinas Gráficas do “Açoriano Oriental,” 1966.

CAMACHO, Augusto Branco; CARVALHO, Mário Luís Jesus - **Estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes**. Ponta Delgada: Gráfica Açoriana, 1965.

CARVALHO, J. Eduardo - **Metodologia do trabalho científico: “saber-fazer” da investigação para dissertações e teses**. Lisboa: Escolar Editora, 2002.156 p. ISBN 972-592-147-X.

COUTURE, Carol - **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec : Presses de l'Université du Québec, 1999. 541 p. ISBN 2-7605-0941-9.

COUTURE, Carol - Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire. Archives. [Em linha]. Vol. 27, nº 4. (1996), p. 3-19 [Consult. em Mar. 2010]. Disponível em WWW:<URL: http://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol27_4/27-4-Couture.pdf>.

CUNHA, Luis Veiga da - **Desenho técnico**. 15ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. ISBN 978-972-31-1066-1. p. 610-647.

DEJUN, Wang - Continuity and change in archives legislation, institutions and infrastructures. In: *Actes du 13e congrès international des Archives*, Beijing, München: Archivum, 1997, p. 113-135.

DIAS, Fátima Sequeira – **O Aeroporto de Ponta Delgada - João Paulo II**. Ponta Delgada: Ana, Aeroportos de Portugal, 2010. p. 65-154.

DIAS, Fátima Sequeira - **Os Açores. História de Portugal - séculos XIX-XX**. Lisboa: Livros do Horizonte, 2008. ISBN 978-972-24-1554-5. p. 165-178.

DIAS, Fátima Sequeira – **Ponta Delgada: 450 anos de cidade**. Ponta Delgada: Jornal de Cultura/ Editorial ÉTER, 1996. ISBN: 972-755-061-4.

DIAS, Maria Helena; FEIJÃO, Maria Joaquina Esteves - **Glossário para indexação de documentos cartográficos**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. 107 p. ISBN 972-565-209-6.

ECO, Umberto - **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009. 238 p. ISBN 978-972-23-1351-3.

FEIJÃO, Maria Joaquina Esteves - **O Acesso à Documentação Cartográfica: A Situação em Portugal**. Évora: Universidade de Évora, 2006. 241 f. Dissertação de Mestrado.

FEIJÃO, Maria Joaquina Esteves - O acesso aos documentos cartográficos em bibliotecas e arquivos portugueses. In **terceras jornadas archivísticas: el documento cartográfico como fuente de información**. Huelva: Deputación Provincial, 1997. p. 152-178.

FERREIRA, Manuel - **Ponta Delgada: a história e o armorial**. Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1992. 491 p.

GASPAR, Joaquim Alves - **Dicionário de ciências cartográficas**. 2ª ed. Lisboa: LIDEL, Edições Técnicas, 2008. 416 p. ISBN 9789727575466.

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia - **Regras portuguesas de catalogação**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1997. 280 p. ISBN: 972-565-242-8.

HILDESHEIMER, Françoise - **Le traitement des archives des architectes: étude de cas, la France, étude RAMP**, Paris: UNESCO, 1986. 91 p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA) - **A guide to the archival care of architectural records, 19th-20th centuries**. Paris: ICA, 2000. 143 p.

JARRY, Bénédicte - **Les Fonds d'Architecture dans les Bibliothèques Publiques: Difficulties de Traitement et Perspectives d'Exploitation pour une Meilleure Valorisation**. France: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2005. 91 f. Diplôme de Conservateur de Bibliothèque.

Legislação aplicada à Região Autónoma dos Açores - [Em linha]. [Consult. em Maio 2010]. Disponível em WWW:<URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/EstatutoPol%C3%ADticoAdministrativodaRegi%C3%A3o_Aut%C3%B3nomadosA%C3%A7ores>.

LEITE, José Guilherme Reis - Novas formas de governação nas ilhas: divisões e autonomias fracassadas. In **História dos Açores: do descobrimento ao século XX**. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008. Vol. II. ISBN 978-989-8225-07-8. p. 11-32.

LEITE, José Guilherme Reis - Os arquivos públicos da região autónoma dos Açores: uma opinião. Arquipélago, História, Universidade dos Açores, 2ª série, Vol. 5. (2001). p.759-764.

LEITE, José Guilherme Reis - “Política Arquivística para o século XXI. Os Arquivos da Autonomia” in **Documentação e arquivos insulares**. Funchal: C.E.H.A, 1999. p. 21-25.

LEITE, José Guilherme Reis - **Política e administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º movimento autonomista**, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995.

MASSON, Sílvia Mendes - A Arquivística sob o prisma de uma ciência da informação. Arquivística.net. [Em linha]. Vol. 2, nº 1, (2006) p. 85-103 [Consult. em Jun. 2010]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquivistica.net/ojs/search.php?op=authorDetail&id=122>>.

MEDEIROS, Pedro Pacheco de - O Arquivo de Ponta Delgada e a política arquivística regional. Arquipélago, História. Universidade dos Açores, 2ª série, Vol. 5 (2001) p. 743-758.

NP 405-1. 1994, Informação e Documentação - **Referências bibliográficas: documentos impressos**. Monte da Caparica: IPQ, 49 p.

NP 405-2. 1998, Informação e Documentação - **Referências bibliográficas: material não livro**. Monte da Caparica: IPQ, 27 p.

NP 405-3. 2000, Informação e documentação - **Referências bibliográficas: documentos não publicados**. Monte da Caparica: IPQ, 15 p.

NP 405-4. 2002, Informação e documentação - **Referências bibliográficas: documentos electrónicos**. Monte da Caparica: IPQ, 26 p.

NP 4438-1. 2005, Informação e Documentação - **Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: princípios directores**. Monte da Caparica: IPQ, 31 p.

NP 4438-2. 2005, Informação e Documentação - **Gestão de documentos de arquivo. Parte 2: recomendações de aplicação**. Monte da Caparica: IPQ, 58 p.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - **O novo paradigma da arquivística: um estudo de caso.** [Em linha]. [Consult. em 12 Jun. 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3090.pdf>>

RIBEIRO, Fernanda - **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação.** [Em linha]. [Consult. em 28 Nov. 2010]. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/14077/2/perfildoarquivista000073415.pdf>

RIBEIRO, Fernanda - **Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?** [Em linha]. [Consult. em 28 Nov. 2010]. Disponível em WWW:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>>.

RIBEIRO, Fernanda - **Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar.** [Em linha]. (2005) [Consult. em 12 Mar. 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda - **Novos caminhos da avaliação de informação** [Em linha]. Recife, 7-8 Jul. (2005) [Consult. em 12 Mar. 2010]. Comunicação apresentada no Seminário Avaliação de Documentos ao Serviço da Administração. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/14085/2/novoscaminhos00073510.pdf>>

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira - O hospital da misericórdia de Ponta Delgada. Insulana: Instituto Cultural, Ponta Delgada: N° LIX (2003) p.101-176.

RODRIGUES, José Damião - De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII), Ler História, Lisboa, n.º 31, (1996) p. 41-68.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356 p. ISBN 972-20-1428-5.

SANTOS, António Sá [et al.] - **Legislação aplicada às bibliotecas, arquivos e documentação.** Lisboa: Vislis, 1999. 500 p. ISBN 972-52-0070-5.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt - **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1980. 122 p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt - **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1974. 388 p.

SILVA, Armando Malheiro - Arquivos familiares e pessoais. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Porto: Vol.III, I série (2004) p. 55-84.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002. 168 p. ISBN 972-36-0622-4.

SILVA, Armando Malheiro [et al.] - **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Raquel Henriques - Do passeio público às avenidas novas: percursos, imagens e factos da Lisboa oitocentista (1952). Revista de História Económica e Social. Lisboa: Sá da Costa, nº 23 (Maio/Ago.1988) p. 21-41.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos - **Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998. 132 p. ISBN 972-26-1559-9.

SOUSA, Nestor de - Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista. Revista de Cultura Açoriana. Lisboa: Casa dos Açores 3, (1991) p. 137-160.

VASCONCELOS, Teresa - Etnografia: investigar a experiência vivida. In **fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses**. Lisboa: Porto Editora, 2006. ISBN: 978-972-0-34956-9. p. 85-104.

VIEIRA, João - A Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas. Lisboa: Colibri. ISSN 0873-5670. n.º 17 (2006) p. 8-17.

VIEIRA, João - **Noções fundamentais sobre arquivos**. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 2001.

VIEIRA, João - **Orientações gerais sobre gestão de documentos de arquivo**. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991.

WIKIPEDIA - **Lista de freguesias dos Açores** - [Em linha]. [Consult. em 8 Fev. 2010]. Disponível em WWW:<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de freguesias dos Açore](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_freguesias_dos_A%C3%A7ore)>

APÊNDICES

APÊNDICE I

MAPA DAS FREGUESIAS DA ILHA DE S. MIGUEL

Nos Açores existem 19 concelhos, com um total de 154 freguesias. A ilha de S. Miguel é dividida administrativamente pelos seguintes concelhos:

Freguesias do concelho de Ponta Delgada

Ajuda, Arrifes, Bretanha, Candelária, Capelas, Covoada, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Fenais da Luz, Feteiras, Ginetes, Livramento, Mosteiros, Pilar da Bretanha, Relva, Remédios, Santo António, Santa Bárbara, Santa Clara, S. José, S. Pedro, S. Sebastião, S. Roque, S. Vicente e Sete Cidades.

Freguesias do concelho da Ribeira Grande:

Burguete, Conceição, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Lomba de S. Pedro, Maia, Matriz, Pico da Pedra, Porto Formoso, Ribeirinha, Ribeira Seca, Rabo de Peixe, S. Brás, Santana, Santa Bárbara.

Freguesias do concelho da Lagoa:

Atalhada, Água de Pau, Cabouco, Caloura, Ribeira Chã, Rosário, Sta. Cruz.

Freguesias do concelho de Vila Franca do Campo:

Água D'Alto, Ponta Garça, Ribeira Seca, Ribeira das Tainhas, S. Miguel, S. Pedro.

Freguesias do concelho da Povoação:

Água Retorta, Faial da Terra, Furnas, Nossa Senhora dos Remédios, Ribeira Quente.

Freguesias do concelho do Nordeste:

Achada, Achadinha, Algarvia, Feteira Grande, Feteira Pequena, Salga, S. António Nordestinho, S. Pedro Nordestinho.

APÊNDICE

II

**MAPA DE PLANTAS E DESENHOS DE EDIFÍCIOS DA CIDADE
DE PONTA DELGADA**

(Ver Formato A3)

APÊNDICE III

MAPA DE PLANTAS E DESENHOS DO CONCELHO DE PONTA DELGADA-FREGUESIAS

ARRIFES	QUANT.	FICHEIRO	OBS.
Junta Freguesia dos Arrifes	3	F.1-G.5	
Lavadouro e Bebedouro Arrifes	7	F.1-G.5	
Dispensário Materno-Infantil Arrifes	1	F.1-G.5	
Lev. Topográfico Parque Infantil Arrifes	1	F.1-G.5	
Centro de Bovinicultura	47	F.1-G.5	
Posto Zootécnico	32	F.1-G.5	
Sub-Posto das Arribanas	9	F.1-G.5	
Centro de Inseminação Artificial	7	F.1-G.5	
Terreno no Pico do Outeiro pertence da CMPD	1	F.1-G.5	
Projecto Instalação da Telescola no Antigo Posto Zootécnico	1	F.1-G.5	
Projecto Reparação da Travessa dos Milagres	1	F.1-G.5	
Abrigo Passageiros Arrifes	2	F.1-G.5	
	112		
BRETANHA			
Planta da Freguesia	1	F.1-G.5	
Saibreira João Bom	1	F.1-G.5	
Abastecimento água ao Lugar de João Bom	12	F.1-G.5	
Gleba Terreno no sítio do Esse-Lugar Remédios	1	F.1-G.5	
Perfil Nascentes da Casa Velha	1	F.1-G.5	
	16		
CANDELÁRIA			
Construção do Muro de suporte do caminho da Ribeira	2	F.1-G.5	
Junta Freguesia Candelária	4	F.1-G.5	
	6		
CAPELAS			
Casa de Trabalho das Capelas	12	F.1-G.5	
Casa do Gaiato Micaelense-Capelas	32	F.1-G.5	
Arranjo Largo Capelas	3	F.1-G.5	
Projecto de casas a construir Capelas	5	F.1-G.5	3 rolos
Planta Terrenos nas Capelas	6	F.1-G.5	
Bairro Piscatório das Capelas	1	F.1-G.5	
Piscinas dos Poços-Capelas	1	F.1-G.5	
Muro Suporte Porto das Capelas	2	F.1-G.5	
Terreno Poços-Capelas-B p/Pobres	1	F.1-G.5	
Planta Travessia das Capelas	1	F.1-G.5	
Projecto 3 casas -Grotta do Morro	3	F.1-G.5	
Salão Paroquial de S. Vicente Ferreira	2	F.1-G.5	
Centro Paroquial das Capelas	12	F.1-G.5	
Projecto Benef. Luta Anti-Murina casas pobres	2	F.1-G.5	
Quinta do Navio-Loteamento	1	F.1-G.5	
Parque Infantil de Capelas	2	F.1-G.5	
Junta Freguesia S. Vicente Ferreira	24	F.1-G.5	
Planta Freguesia Sto. António	1	F.1-G.5	
Miradouro de Sto. António	1	F.1-G.5	
Igreja das Capelas-Passal	8	F.1-G.5	
Abrigo Apeadeiro Canto Negro-Capelas	1	F.1-G.5	
Posto Recolha Leite -Sta. Bárbara-Lact. Loreto	2	F.1-G.5	
	123		

COVOADA			
Cemitério da Covoadá	11	F.1-G.5	
Miradouro das Feteiras	1	F.1-G.5	
Farol da Ponta da Ferrara	1	F.1-G.5	
Igreja das Feteiras-Planta da Cobertura	1	F.1-G.5	
	14		
FAJÁ DE BAIXO			
Estádio Distrital de Belém	10	F.1-G-5	1 rolo
FAJÁ DE CIMA			
Estudo p/implantação do muro escolas Primárias	1	F.1-G-5	
Projecto Benef. das condições higiene água	5	F.1-G.5	
Planta de Conduta Água às Freguesias P. Delgada	1	F.1-G.5	
	7		
FENAIS DA LUZ			
Igreja dos Aflitos	1	F.1-G-5	
Adro da Igreja de Fenais da Luz	1	F.1-G.5	
Projecto Benef. Luta Anti-Murina casas pobres	3	F.1-G.5	
Abrigo Passageiros Barreiros	2	F.1-G.5	
	7		
GINETES			
Dispensário dos Ginetes	1	F.1-G.5	
Planta de moradia nos Ginetes	1	F.4-G.15	
Moradia particular nas traseiras da igreja	1	F.1-G.5	
	3		
MOSTEIROS			
Planta local Bairro Piscatório dos Mosteiros	4	F.4-G.15	
Muralha Marítima dos Mosteiros	22	F.4-G.15	22 rolos
Planta dos Mosteiros	1	F.4-G.15	
Projecto de um nicho no ramal dos Mosteiros	1	F.4-G.15	
Planta do local do Moinho de Vento "Currais"	1	F.1-G.5	
Casa para o Guincho Porto Pesca	1	F.4-G.15	
Projecto Pontões Grota do Alqueive	4	F.4-G.15	
	34		
RELVA			
Dispensário Materno-Infantil	1	F.1-G.5	
Urbanização do Largo Igreja	1	F.1-G.5	
Terrenos onde instalaram Bateria da Relva	2	F.1-G.5	
Projecto Abastecimento de água	1	F.1-G.5	
	5		
SETE CIDADES			
Planta Localização do Miradouro da Vista do Rei	6	F.4-G.15	
Projecto do Miradouro da Vista do rei	6	F.4-G.15	
Parque estacionamento Vista do rei	3	F.4-G.15	
Adução Água Potável ao largo da Vista do Rei	4	F.4-G.15	
Ponte das Sete Cidades	8	F.4-G.15	8 rolos
Península das Sete Cidades	6	F.4-G.15	
Varadouro da Península das Sete Cidades	3	F.4-G.15	
Perfil Túnel canal p/fixação nível água Lagoa	5	F.4-G.15	
Túnel esgoto da Lagoa	2+1	F.2-G.3	Para restauro
Polivalente das Sete Cidades	2	F.4-G.15	

Perfil de avanço Túnel das Sete Cidades	2	F.2-G.3	
Projecto Instalação Hoteleira nas Sete Cidades	10	F.4-G.15	
Edifício Polivalente da Junta de freguesia	10	F.4-G.15	10 rolos
Loteamento-Rua da Areia	5	F.4-G.15	5 rolos
Estudo Arranjo urbano Polivalente	2	F.4-G.15	
Planta de um Nicho	1	F.4-G.15	
Casas Particulares	36	F.4-G.15	
Dispensário das Sete Cidades-Protecção Social	1	F.4-G.15	
	113		
S. ROQUE/LIVRAMENTO			
Praia Grande do Pópulo	4	F.1-G.5	4 rolos
Planta Localização Hotel praia Pópulo	1	F.1-G.5	
Urbanização dos terrenos Praia do Pópulo	3	F.1-G.5	
Terreno p construção habitações- Livramento	1	F.1-G.5	
Projecto 2 moradias no Bº Rosto de Cão	3	F.1-G.5	
Forte S. Caetano-Rosto de Cão	2	F.1-G.5	
Realojamento família do Forte S. Caetano	1	F.1-G.5	
Inst. Sanitárias Praia Pópulo	7	F.1-G.5	
Arranjo Urbanístico das Praias S. Roque-Pópulo	9	F.1-G.5	
Planta da Mata/Pinhal de S. Roque	2	F.1-G.5	
Muralha Marítima Praia Grande S. Roque	59	F.1-G.5	
Abrigos de Passageiros	12	F.1-G.5	
Memória descritiva- desvio transportes S. Roque	1	F.1-G.5	
Pedreiras da Canada das Faias	1	F.1-G.5	
Lev. Topográfico- Escola Preparatória S. Roque	1	F.1-G.5	1 rolo
Terreno sobrance expropriação-S. Roque	1	F.1-G.5	
Abrigo Passageiros e Parque estacionamento Pópulo	4	F.1-G.5	
Abrigo Apeadeiro Poço Velho- S. Roque- P.D.	3	F.1-G.5	
	115		
TOTAIS:	556		

APÊNDICE IV

**PLANTAS E DESENHOS DE EDIFÍCIOS DA RIBEIRA GRANDE
CIDADE E CONCELHO**

(Ver formato A3)

APÊNDICE V

PLANTAS E DESENHOS DO CONCELHO DA LAGOA

Descrição	Quant.	Gaveta	OBS.
Igreja Água de Pau-Arranjo cantaria	3	F.4-G.8	
Fontenário da Ponte de Ferro-Água de Pau	2	"	
Planta curva da igreja Agua Pau	1	"	
Urbanização Praça Agua Pau	2	"	
Abrigo e Apeadeiro J. Freguesia Água Pau	1	"	
Jardim Água de Pau	2	"	
Parque Infantil Água de Pau	1	"	
Parque Infantil Rosário da Lagoa	1	"	
Parque Infantil Sta. Cruz da Lagoa	1	"	
Benef. Murina de Casa Pobres-Lagoa	2	"	
Planta Geral da vista vila da Lagoa	1		Para restauro
Planta Localização Rosário-Lagoa	1	"	Rolo
Escola Preparatória João José Amaral-Lagoa	5	"	
Paços do Concelho da Lagoa	2	"	
Fontenário do Termo da Lagoa	4	"	
Bairro Piscatório da vila da Lagoa	2	"	
Abastecim. água R.Seca, Sta Barb.Ribeirinha e Rosário	4	"	
Convento da Caloura	1	"	
Terrenos do Porto da Caloura	1	"	
Canada do Cerco - Caloura	1	"	
Planta Ramal da Caloura	1	"	
Casa particular para Ramal da Caloura	1	"	
Apeadeiro Atalhada	6	"	
Abrigos e Apeadeiros Ribeira Chã	8		
Abrigo da Ribeira Chã	6	"	
Abrigo e Apeadeiro Água D'Alto	6	"	
Farol da Ponta da Galera	1	"	
Miradouro da Macela	2	"	
Terreno na Rocha Quebrada	1	"	
Terrenos p habitação social	3	"	
TOTAL	73		

APÊNDICE VI

PLANTAS E DESENHOS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DO CAMPO

Descrição	Quant.	Ficheiro	Data	Obs.
AntePlano Urbaniz. Vila F Campo	2	"		
Camara Municipal V. F. C	2	"	1947	
Hospital Militar de V. Franca Campo	4	"		
Predio do Botelho Hosp/Sanatório	10	"		
Jardim Antero de Quental - V.F.Campo	1	"		
Senhora da Vida - Ponta Garça	1	"		
Terreno Parque Infantil Ponta Garça	1	"		
Morada do Sr. José D'Arruda-Ponta Garça	2	"		
Terrenos para construção Ribeira Seca	4	"		
Caminho Municipal Ribeira Seca	6	"		
Planta da casa da J.G. Ribeira Seca	1	F.4-G.12		
Parque estacionamento Praia Agua D'Alto	2	"		
Ponte de Agua d Alto	8	"		
Instalações sanitárias em Água D'Alto	3	F.4-G.12		
Desvios R. Teófilo Braga	2	"		
Cerrado Limpo- Baldio Municipal-V.F.	1	"		
Planta estrada Vila Franca (1960)	1	"		
Conjunto Habitacional V.F. Campo	3+1R	"		
Rampa de Varagem Porto de V.F. Campo	6R	"		
Praia da Vinha d Areia	2	"		
Terreno Ribeira Seca - Levantamento Topográfico	1	"		
R. Visconde da Palmeira	3	F.4-G.12		
Pedestal Busto Eng. Canto Resende	1	"		
Incidência da Rua do Baixio com Aterro	1	"		
Capela do Senhor Jesus da Pedra	1	F.4-G.12		
Mictórios e w.c. Vila Franca	3	"		
Jazigo do Pedregal	2	F.4-G.12		
Convento de Vila Franca (Drenagem águas)	2	"		
Dispensário Materno Infantil	2	"		
Arrumos para aprestos marítimos	3	"		
Exploração de inertes na Ribeira Tainhas	1	F.4-G.12		
TOTAL:	90			

APÊNDICE VII

PLANTAS E DESENHOS DO CONCELHO DE NORDESTE

Descrição	Quant.	Ficheiro	Data	Obs.
Planta da Vila do Nordeste	1	F.4-G.9	Rolo	
Planta Topográfica do Nordeste	2	F.4-G.9	Rolo	
Hospital Santa Casa Misericórdia	12	"	1962	
Câmara Municipal da vila do Nordeste	1	F.4-G.9	1971	
Biblioteca Municipal	1	"	1971	
Remodelação cinema do Nordeste	2	"	s/d	
Escola Preparatória de Nordeste	5+10 R	F.4-G.9	1977	Governo Reg e J.G.
Casa de trabalho de Nordeste CTN	62	F.4-G.9	1949-1963	
Abrigo apeadeiro Espigão- S. Pedro Nordestinho	1	F.4-G.9	s/d	
Arranjo do Adro Igreja S. Pedro Nordestinho	2	"	Antiga s/d	
Dispensário Materno-Infantil S.Pedro Nordestinho	3	F.4-G.9	1958	
Adapt. Lavabos Públicos a sede junta S. Pedro	1	"	1977	Governo Regional
Planta de Implantação da Salga	1	F.4-G.9	s/d	
Planta Implantação da Achadinha	1	"	s/d	
Planta Cadastral Caminho Munic. Pedreira	1	"	1953	
Salão da Junta de Freguesia-Remodelação	5	F.4-G.9	1975-77	Governo Regional
Centro Social Lomba da Fazenda	3	F.4-G.9	1974	
Escola Primária da Lomba da Fazenda	3	F.4-G.9	1974	
Levantamento Topogr. Adro igreja Fazenda	1	F.4-G.9	1971	
Arranjo Igreja Feteira Pequena	5	"	1964	
Junta de Freguesia da Feteira Pequena	2	"	1974	
Saibreiras -Rosário Vila do Nordeste	1	F.4-G.9	1967	
Planta sítio do Rosário p/instal. Telefonía	1	"	s/d	
Travessia do Nordeste-Obras de arte-Aquedutos	1	"	s/d	
Miradouro da Achada	1	F.4-G.9	s/d	
Miradouro Salto do Cavalo e Posto RTP	2	"	1972	
Gleba terreno entre Rib. do Lenho e Grota J.Vaz	2	"	1947	
Projecto Abastecimento de Água Achada	12	F.4-G.9	s/d	
Ramal para o Lenho da Achada	3	"	1947	
Paiol paiolim e guarita para o vigia	1	F.4-G.9	s/d	
Abrigo Apeadeiro Lomba da Cruz-Nordeste	1	F.2-G.1		
Abrigo Apeadeiro na Algarvia	1	F.2-G.1		
Gleba terreno no Miradouro da Ponta da Madrug	1	"	1971	
Terreno do Matadouro	1	F.4-G.9	1944	
Ribeira dos Palames	1	F.4-G.9	Rolo	Governo Regional
Centro Saúde Nordeste- Instalaç. Eléctricas	22 R	"	Rolo	
Moradia para pobres	1	"	1956	
Encanamento água Lombo Gordo	1	"	s/d	
Instalaç. Balneares do Foz da Ribeira do Guilherme	1R	"	s/d	
Feira de Gado	6	F.4-G.9	s/d	
TOTAL:	185			

APÊNDICE VIII

PLANTAS E DESENHOS DO CONCELHO DA POVOAÇÃO

Descrição	Quant.	Gaveta	Obs.
Planta de Localização da Vila	27	F.4-G.16	
Hospital Misericórdia a construir na Vila Povoação	25	"	
Urbanização Largo Infante D. Henrique	2	"	
Arranjo Urbanístico da Povoação	1	"	
Nova Muralha Protecção Vila	1 R		
Posto Agrícola da Povoação	73+1	"	
Abrigo Apeadeiro Celadinha - Povoação	2		
Miradouro da Povoação	5	"	
Ribeira do Além	1	"	
Igreja Água Retorta (restauro)	12		Para Restauro
Cemitério Água Retorta	5	"	
Abrigo Apeadeiro Água Retorta	2		
Muro de suporte da Lomba do Pomar	2	"	
Salão Paroquial do Faial da Terra	3	"	
Planta do Faial da Terra	7	"	
Caminhos Municipais Lomba do Botão	2	"	
Planta Propriedade "Banhos do Cabaço"	1	"	
RIBEIRA QUENTE			
Plano Hidrográfico do Porto da Ribeira Quente	1	F.4-G.16	
Mapa da Ribeira Quente	6	"	
Levantamento Topográfico do lugar do Porto R. Quente	9	"	
Projecto casas para indigentes na R. Quente	3	"	
Muralha marítima R. Quente	52+6R	"	
Planta da Freguesia da Ribeira Quente	4	"	
Terreno para habitação social	1	"	
Terreno para Bairro Piscatório	1	"	
Consolidação margem Ribeira Quente	3	"	
Cemitério da R. Quente	3	"	
Arranjo urbanístico da R. Quente	6	"	
Arranjo zona balnear	2	"	
Moradia Sr. Manuel Martins-R. do Castelo	2	"	
Aqueduto - 1º- Lanço da Ribeira Quente	1	F.4-G.16	
FURNAS			
Planta da Freguesia das Furnas	1+6R	"	
Igreja das Furnas	4	F.4-G.5	
Vale das Furnas	15	"	
Miradouro das Furnas	4	"	
Chalet das Furnas -1926	1	"	
Estância termal das Furnas	54	"	
Estrada Marginal da Lagoa das Furnas	6	"	
Largo Pereira Athayde	2	"	
Planta Geral do Salto do Fojo -Parte	1	"	
Planta propriedade Herds.Condessa de Cuba	2	"	
Posto Meteorologia Agro- Florestal da Achada-Furnas	1	"	
Balneário Sr.Luiz Medeiros Albuquerque (1ºs Banhos)	1	"	

Posto Agrícola	2	"	
Utilização das águas da Ribeira Sanguinhal	20	"	
Pormenor do Balneário "Chalet"	2	"	
Esquema dos encanamentos de água das Furnas	1	"	
Estudo da Bacia das Furnas	4	"	
Parque dos Eucaliptos-Lagoa das Furnas	1	"	
Planta Localização Agua Azeda	1	F.4-G.13	
Instalações Apoio Parque Campismo da Lagoa Furnas	1	"	
Ribeira d'Alegria	1	"	
Fajã da Carreira	1	"	
Miradouro do Pico do Ferro	6	"	
Alargamento do Largo das Três Bicas	2	"	
Projecto Canal da Achada e Grotta do Delgado	11	"	
Ribeira d'Alegria entre Ponte Feijó e Cruzam.Ribeiras	1	"	
Abastecimento água "Glória Pátria" ao Balneário	2	"	
Miradouro Salto Cavalo	1	"	
Planta do Transmissor Salto Cavalo	1	"	
Abrigo Estrada das Furnas	11	"	
Instalações sanitárias Caldeiras das Furnas	4	"	
Parque Estacionamento das Furnas	1	"	
Tanques para criação de Peixes	1	"	
Instalações Sanitárias do Viveiro Lagoa Seca	1	"	
Gráficos de Variações Níveis da Lagoa	10	"	
Pico do Calvo	4	"	
Posto Aquícola das Furnas	1	"	
Construção de novo esgoto na Lagoa das Furnas	4	"	
Desassoreamento da Ribeira das Murtas	1	"	
Ramal -Ribeira do Sanguinhal	4 R	F.4-G.5	
Gleba terreno junto às Fraldinhas -Furnas	1	F.4-G.5	
TOTAL:	471		

APÊNDICE IX
MAPA DAS PLANTAS DE ESTRADAS DE S.MIGUEL

Concelho de Ponta Delgada	Quant.	Ficheiro	Obs.
E.N. 1-1ª do Ramalho à Vigia das Feteiras	18	Ficheiro 3-Gaveta 1	
E.N. 1-1ª Lomba do Carvalho ao Pilar Bretanha	60	"	
E.N. 1ª Lomba da Cruz ao Ramal dos Mosteiros	78	"	
E.N. 1-1ª entre Várzea e Mosteiros	1	"	
E.N. 1-1ª Lomba da Cruz e Vigia das Feteiras	29	"	
E.N. 1-1ª Várzea	1	"	
E.N. 1-1ª Concordância R- Giesta das Feteiras	1	"	
E.N. 1-1ª Acesso às Feteiras	5	"	
E.N. 1-1ª S. Roque-Lagoa	11	"	
Estrada do Pico de Maфра-João Bom	3	"	
E.N. 1-1ª Canada da Estácia -Remédios-Bretanha	1	"	
E.N. Ponta Delgada-Furnas	7+1 R	"	
E.N. 1-1ª Circuito de Turismo	16+1R	"	Plantas em rolo
E.N. 1-1ª entre Grotta Cadima e Capelas	4	"	
Travessia dos Fenais da Luz	1	"	
E.N. 3-1ª entre P. Delgada e R. Grande	6+1R	"	
E.N. 3-2ª S.Lourenço - Lournal	54	"	
E.N. 3-1ª entre Canadas João Leite e Loureiro	6	"	
E.N. 1-1ª Travessia da Fajã de Cima	14	"	
E.N. 4-1ª Capelas, Fajã de Cima e outras freguesias	20	"	
E.N. 7-2ª Travessia R. Roque-Livramento	20	"	
E.N. 1ª Ramal para Porto das Capelas	8	"	
E.N. 8- Pracinha-S. Roque	2	"	
E.N. 8-2ª	12	"	
E.N. 8-2ª entre Vista do Rei e Relva	6	"	
E.N.1-1ª Canada do Marujo e Lomba do Carvalho	18	"	
E.N.9-2ª Troço Vigia Feteiras e Chã Piquetes	10	"	
E.N. 9-2ª Chã dos Piquetes e Base Pico Casal	35	"	
E.N. 9-2ª Bebedouro		"	
1º Lanço Sta. Rosa	2	"	
Troço entre Canada Bolas e Canada do Poço	1	"	
Caminho ramal da Cruz	4	"	
Travessia de S. Vicente	1	"	
Estrada Real nº 8 - S. Roque	1	"	
Estrada Marginal - Sete Cidades	1	"	
Concelho da Ribeira Grande			
E.N. 3-2ª Entre Arrebetão e 1º Miradouro	1	Ficheiro 3-Gaveta 2	
E.N. 1-1ª entre Barreiros e Fenais da Ajuda	10	"	
E.N.1-1ª acesso às rias da Ribeirinha	2	"	
E.N. 1-1ª entre o Monte e o Ramal Fenais Ajuda	3	"	
E.N.1-1ª entre Fenais da Ajuda e Achada Furnas	71	"	
E.N. 1-1ª Porto Formoso	21+1R	Ficheiro 3-Gaveta 2	
E.N.1-1ª sobre a Ponte Paraíso - R. Grande	3	Ficheiro 3-Gaveta 2	
E.N.1-1ª Lugar do Rochão-Lomba da Maia	5	"	
E.N.1-1ª junto Ramal Sta. Iria	2	"	
E.N.1-1ª Variante Ribeira do Salto-Maia-P. Formoso	2	"	
E.N.1-1ª Calcetamento Travessia da Maia	3	"	

E.N.1-1ª Ponte da Ribeirinha	1	"	
E.N. 1-1ª Entroncamento na R. Seca	1	"	
E.N. 1-1ª Ribeirinha e Fábrica do Linho	1	"	
E.N. 2-1ª com E.N. 4-2ª Caminho do Burguete	2		
E.N. 1-1ª Fenais da Ajuda	1	"	2 Rolos
E.N. 2-2ª entre 4 Canadas e Sta. Bárbara-R-G.	10	"	
E-N. 5-2ª Troço Pico da Barrosa e Ribeira Grande	45	"	
E.N. 8-Ramal ao Porto Formoso	3	"	
E.N. 8-Variante entre Ladeira Velha-Porto Formoso	2	"	
E.N.8-Lomba da Maia	2	"	
E.N. 3-1ª Laço entre Alminhas e R. Seca da R.G.	2	"	
E.N. 9-P.Delgada-R. Grande-Alminhas-R.Peixe	2	"	
E.N. 1-1ª entre Rabo de Peixe-Canto do Negro	14	"	
Travessia das Calhetas	1	"	
Travessia da Ribeira Grande	4	"	
E.N. 9-1ª Porto da Maia- Ribeira Grande	3+1R	"	
Projecto de Estrada Acesso Praia Santana	7	"	
Estrada Municipal Calhetas-Rabo de Peixe	1	"	
Travessia da Ribeirinha	6	"	
Pavimento do Ramal para Caldeiras R. Grande	1	"	
E.N. 6-2ª Canada do Feitor-R. Seca-R.Grande	1	"	
E.N. 13 entre a Ribeira Seca e Furnas	1	"	
E.N. 1-1ª Ramal para Porto da Maia	8	"	
E.N. 1-1ª sobre Ponte da Ribeira Seca-R. Grande	16	"	
E.N. 14 Ribeira Grande a Sta. Iria	1	"	
E.N. 2-1ª -Passagem do Delgado	31	"	
Troço Barreiros Fenais Ajuda	1	"	
Concelho da Lagoa			
E.N. 1-1ª Correção para Porto da Caloura	37	Ficheiro 4-Gaveta 1	
E.N. 1-1ª entre Agua de Pau- Vila Franca do Campo	105	"	
E.N. 1- entre Água de Pau-Água D'Alto	1	"	
E.N. 1-1ªLagoa-Água de Pau	8	"	
Perfil Longitudinal Água de Pau	1	"	
E.N. 5-2ª Troço entre o Termo e Remédios	54	"	
E.N. 5-2 entre Remédios da Lagoa e Pico Barrosa	44	"	
E.N. 6-2ª Canada da Bernarda e Água de Pau	1	"	
E.N.1-1ª entre os Kms. 10.370-Cabo da Vila	1	"	
E.N.1-1ª Muro Suporte Lugar Praia-R. Chã	1	"	
Estrada Acesso Miradouro Pico da Barrosa	5	"	
Concelho de Vila Franca do Campo			
E.N. 1-1ª entre V. Franca Campo e Pico do Calvo	16	Ficheiro 3-Gaveta 3	
E.N.1-1ª junto Igreja S. Pedro	1	"	
E.N. 1-1ª Ribeira Seca-Vila Franca	1	"	
E-N.1-1ª Praia Agua d' Alto	5	"	
E.N. 1-1ª de Vila Franca Campo às Furnas	2	"	
E.N. 4-2ª Entre Vila Franca e Achada das Furnas	86+3R	"	4 Rolos
E.N. 13 Troço V. Franca Campo- Furnas	2	"	
E.N. 13- entre Ribeira Seca e Furnas	1	"	
E.N. 3-2ª Freguesia Ponta Garça	1	"	
Reforço de Pavimento entre P1 e P04 Água D'Álto	2 R		
Projecto da Concordância E.N. 1-1ª e E.N. 3-2ª	2	Ficheiro 3-Gaveta 3	
Concelho da Povoação			

E.N. 1-1ª Lomba do Cavaleiro e a Ribeira Purgar	8	Ficheiro 3-Gaveta 4	
E.N. 1-1ª troço entre Ribeira do Arco e Lugar Garcias	8	"	
E.N. 1-1ª Ramal do Faial da Terra para Povoação	13	"	
E.N. 1-1ª Ramal p Caldeiras da Lagoa das Furnas	1	"	
E-N.1-1ª Furnas e Povoação	20	"	
E.N. 1-1ª Ponte sobre a Ribeira das Furnas	1	"	
E.N.1-1ª Av. Manuel Arriaga-Furnas	1	"	
E.N. 1-1ª Ribeira dos Tambores/Lomba Cavaleiro	1	"	
E.N. 2-1ª entre Furnas e Achada das Furnas	1	"	
E.N. 2-1ª Travessia das Furnas	3	"	
E.N. 2-2ª na Travessia da Ribeira Quente	5	"	
E.N. 2-2ª entre Povoação e Arrastadouros	38	"	
E.N. 2-2ª Ramal para Ribeira Quente	7	"	
E-N. 2-2ª Ribeira dos Tambores-muro suporte	4	"	
E.N.2-2ª troço entre Furnas e Ribeira Quente	10 R	Em cima do Ficheiro	
E.N. 2-2ª travessia da Povoação	5	Ficheiro 3-Gaveta 4	
E.N. 2-2ª Gráfico Furnas-Lomba do Cavaleiro	3	"	
E.N. 2-1ª Variante Pedras do Galego	45	"	
Muro Suporte lugar das Pedras do Galego	7	"	
E.N. 11 entre Canada João Luis e Cruzeiro	1	"	
E.N. 13 entre Ribeira Purgar e Grotta do Silvado	4	"	
Pico do Calvo às Furnas	4	"	
Concelho do Nordeste			
E.N. 1-1ª entre Achada e Nordeste	63	Ficheiro 3-Gaveta 5	
E.N. 1-1ª Curva Miradouro Nazaré-Nordeste	1	"	
E.N. 1-1ª Nordestinho a Nordeste-Pavimentação	9	"	
E.N. 1-1ª Troço da Algarvia	4	"	
E.N. 1-1ª Fenais Ajuda e Porto Achada	17	"	
Ramal para o Porto da Achada	4	"	
Ramal para o Lenho da Achada	7	"	
Rectificação da Curva Cogumbreiro-Achadinha	8	"	
Travessia do Nordeste	4	"	
Ligação Povoado Pedreira ao Cinzeiro	2	"	
Lanço da Ribeira da Mulher	6	"	
Descrição e Localização dos Postes nas Estradas	2	"	
TOTAIS:	2.448		

APÊNDICE X

ABRIGOS E APEADEIROS DE S. MIGUEL

Descrição	Quant.	Ficheiro	Data	Obs.
Abrigo Passageiros e Parque estacionamento Pópulo	4	F.2-G.1	1963	
Abrigo Apeadeiro Poço Velho- S. Roque- P.D.	3	F.2-G.1	s/d	
Apeadeiro do Lugar Boa Vista-Ponta Delgada	1	F.2-G.1	1963	
Paragens Autocarros de Ponta Delgada	10	F.2-G.1	1972	
Abrigos de Paragens -Av. Príncipe do Mónaco	4	F.2-G.1	1972	
Abrigo Passageiros Arrifes	2	F.2-G.1	1966	
Abrigo Apeadeiro Atalhada	4	F.2-G.1	1950	
Abrigo Apeadeiro e Sede Junta Freguesia Água de Pau	1	F.2-G.1	1964	
Abrigo Apeadeiro Agua D'Alto	4	F.2-G.1	1963	
Abrigo Apeadeiro Celadinha - Povoação	2	F.2-G.1	1964	
Apeadeiro dos Fenais da Ajuda	1	F.2-G.1	1952	
Abrigo Apeadeiro Lomba da Cruz-Nordeste	1	F.2-G.1	s/d	
Abrigo Passageiros Barreiros	2	F.2-G.1	1964	
Abrigo Apeadeiro Água Retorta	2	F.2-G.1	s/d	
Abrigo Apeadeiro na Algarvia	1	F.2-G.1	s/d	
Abrigos e Apeadeiros Ribeira Chã	8	F.2-G.1	s/d	
Abrigo Apeadeiro -S. Brás	1	F.2-G.1	s/d	
Abrigo Apeadeiro Canto Negro-Capelas	1	F.2-G.1	1975	
Abrigo para Cantoneiros	4	F.2-G.1	1960	
Abrigos Passageiros P.V.T e Balança	4	F.2-G.1	s/d	
Arborização Estradas S. Miguel	10	F.2-G.1	s/d	
Projecto das estações de abrigo Estradas P. Delgada	11	F.2-G.1	s/d	
Abrigos nas Estradas das Furnas	11	F.2-G.1	1944	
TOTAL	92			

APÊNDICE XI

PLANTAS DE LAGOAS DE S. MIGUEL

Descrição	Quant.	Ficheiro	Notas:
Lagoa das Furnas	7		
Estudo desvio águas Achada para Lagoa Furnas	12	F.2-G.3	
Lagoa das Sete cidades	3+2R	F.2-G.3	
Planta hidrológica da Lagoa das Sete Cidades	1	F.2-G.3	Para restauro
Túnel Lagoa Sete Cidades-Nível da água	5	F.2-G.3	
Planta dos terrenos margem Lagoa Sete Cidades	6+1R	F.2-G.3	
Mata do Lombo-Lagoa do Congro	7	"	
Posto de Culturas-Lagoa do Congro	8	"	
Mata do Lombo-Lagoa do Fogo	1	"	
Posto Cobrição-Instal. agrícolas Lagoa do Congro	2	"	
Casa Recolha Material Agrícola-Lagoa Congro	1	"	
Posto Lacticínios de S.Miguel-Lagoa do Congro	3	"	
Campo Experimental da Lagoa Congro	4	"	
TOTAL	63		

APÊNDICE XII

RIBEIRAS E GROTAS DA ILHA DE S. MIGUEL

Descrição	Quant.	Ficheiro	Obs:
Águas do Salto do Fojo- Desvio para diversas Ribeiras	61	F.2-G.3	
Ribeira de Alegria-Furnas	12+1Cad	F.2-G.3	
Ribeira de Água de Alto	1	F.2-G.3	
Ribeira do Faial da Terra-Regularização	2	F.2-G.3	
Ribeira do Teixeira	1	F.2-G.3	
Ribeira das Murtas-Furnas	2	F.2-G.3	
Ribeira dos Bispos-Povoação	3	F.2-G.3	
Ribeira dos Tambores-Aproveitamento das águas	1	F.2-G.3	
Ribeira do Purgar-Povoação	8+3	F.2-G.3	
Ribeira do Salto da Cafua-Regularização da Ribeira	7	F.2-G.3	
Ribeira do Sanguinhal	5	F.2-G.3	
Ribeira Vale Furnas entre Bacia Fojo e Ponte do Parque	1	F.2-G.3	
Grota das Lajes-Guardas da Ponte	1	F.2-G.3	
Grotilhão do Marujo-Capelas	1	F.2-G.3	
Grota do Cruzeiro-Furnas	1	F.2-G.3	
Grota do Morro-Capelas	10	F.2-G.3	
Lagoa das Furnas	11	F.2-G.3	
Grota do Golf	1	F.2-G.3	
Grota do Delgado- Perfil Longitudinal	1	F.2-G.3	
Grota do Outeiro	2	F.2-G.3	
TOTAIS:	136		

APÊNDICE XIII

PLANTAS TOPOGRÁFICAS E DE LOCALIZAÇÃO DE S.MIGUEL

Descrição	Quant.	Ficheiro	Obs.
Mapa das ilhas dos Açores	12	F.2-G.2	
Mapa do concelho da Vila Franca do Campo	2	F.2-G.2	
Mapas Ilha de S. Miguel	33+1 R	F.2-G.2	
Mapas da Rede de estradas S. Miguel	1+2R	F.2-G.2	
Carta Topográfica de S. Miguel	1	F.2-G.2	
Carta do Concelho da Lagoa	1	F.2-G.2	
Carta do Concelho da Povoação	2	F.2-G.2	
Fotografia Aérea Ilha S. Miguel	1	F.2-G.2	
Plantas da cidade de Ponta Delgada	5R	F.2-G.2	
Planos da Cidade de Ponta Delgada	8	F.2-G.2	
Planta Urbanização P. Delgada	1	F.2-G.2	
Planta localização João Bom-Bretanha	1	F.2-G.2	
Planta de Localização das Sete Cidades	1	F.2-G.2	
Plantas Localização S. Roque	5	F.2-G.2	
Plano Geral Rodoviário	26-R	F.2-G.2	
Planta do Vale das Caldeiras da R. Grande	1	F.2-G.2	
Planta localização concelho Ribeira Grande	1	F.2-G.2	
Planta localização Vale das Furnas	3	F.2-G.2	
Planta Localização Lagoa-Água de Pau	1	F.2-G.2	
Planta localização Água D'Alto	1	F.2-G.2	
Planta Topográfica Pico da Barrosa	1	F.2-G.2	
Planta localização Pico de Mafra	1	F.2-G.2	
Planta Localização Pico do Ferro	2	F.2-G.2	
Planta do concelho do Nordeste	1	F.2-G.2	
Parte da Carta da Ilha S. Miguel - Grotilhão	1	F.2-G.2	
Plantas da Ilha de S. Miguel	1	F.2-G.2	
Planta localização concelho P. Delgada	1	F.2-G.2	
Levantamento aerofotográfico de Ponta Delgada	4R	F.2-G.2	
Planta geral vila da Povoação	1	F.2-G.2	
Plantas Localização Ribeira Quente	2	F.2-G.2	
Planta parcial da Ribeira Quente	1	F.2-G.2	
Planta localização Faial da Terra	1	F.2-G.2	
Planta de Localização Pastagens de Ordenha Mecânica	1	F.2-G.2	
Planta da Caldeira do Vale das Furnas	1	F.2-G.2	
Planta da Bacia do Fojo-Furnas	1	F.2-G.2	
Mapa Grupos Ocidental e Central	1	F.2-G.2	
Mapa Serviço Meteorológico Nacional	1	F.2-G.2	
TOTAL:	135		

APÊNDICE XIV

MODELOS E LOGOTIPOS

Descrição	Quant.	Ficheiro	Data	OBS.
Abrigos Apeadeiros-Plantas Tipo	34	F.2-G.1	Diversas datas	
Abrigo para Cantoneiros	4	F.2-G.1	1960	
Abrigos Passageiros P.V.T e Balança	4	F.2-G.1		
Arborização Estradas S. Miguel	10	F.2-G.1	s/d	
Logotipos, Quadros, Gráficos, Tabelas e Esquemas	177	F.2-G.4		
Logotipos-número, letras e sinalização	94	F.2-G.4		
Pormenores portas e janelas-Escolas	42	F.2-G.4		
Modelo de um Fontenário	1	F.2-G.4	1942	
Modelo Pombal- Tipo	1	F.2-G.4		
Projecto das estações de Abrigo Estradas P. Delgada	11	F.2-G.1	1955	
Projectos-tipo habitação	24	F.5-G.5		
TOTAL:	402			

APÊNDICE XV

MAPA DE DESENHOS E PLANTAS DAS OUTRAS ILHAS

(Ver Formato A3)

APÊNDICE XVI

PLANTAS DA DIRECÇÃO DA HABITAÇÃO E SEM LOCALIZAÇÃO

DESCRIÇÃO	QUANT.	FICHEIRO	Obs:
Plantas da Direcção da Habitação	189	F.2-G-5	
Plantas sem identificação	222	F.2-G-5	2 Rolos
Total	411		

APÊNDICE XVII

MAPA DOS REGIMES ADMINISTRATIVOS DA JUNTA GERAL

1832 -1975

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	OBS:
Decreto nº 23 de Maio de 1832	Foi considerado como um pré-Código Administrativo	Mouzinho da Silveira transformou os Açores numa província
Decreto de 28 de Março de 1836	Criação dos Distritos	Código Administrativo
Decreto de----- 1842	Código Administrativo	
Decreto de 1878	Novo Código Administrativo (contrário ao anterior de 1842)	O Arquivo passou a estar à guarda das Juntas Gerais
Decreto de----- 1892	Extintas as Juntas Gerais	No âmbito de uma Reforma Administrativa
Decreto de 2 de Março de 1895	Regime de Autonomia Administrativa	Monarquia Constitucional (estabelece a possibilidade de eleição por parte dos distritos açorianos)
Lei nº 88, de 7 de Agosto de 1913	1ª Lei referente à autonomia	Na vigência da Constituição da República-1911
Dec nº 14 402, de 7 de Outubro de 1927	Cria o Delegado Especial do Governo da República nos Açores	(antecessor directo do que mais tarde veio a ser Ministro da República)
Decreto nº 15 035, de 16 de Fevereiro de 1928	Revoga o Decreto de 2 de Março de 1895	Generosos objectivos e princípios da história da autonomia açoriana
Decreto nº 15 085, de 31 de Julho de 1928	Profundo retrocesso face ao Dec.15 035	1º Diploma assinado por Oliveira Salazar
Lei nº 1 967, de 30 de Abril de 1938	Aprovada a Lei de Bases da Admin. do Território das Ilhas Adjacentes	Constituição de 1933
Decreto-Lei nº 30 214, de 22 de Dezembro de 1939	Aprova a lei orgânica dos serviços das Juntas Gerais	Desenvol. Lei Bases Administração Ilhas Adjacentes (Marcelo Caetano)
Decreto-Lei nº 37 501, de 31 de Dezembro de 1940	Aprova o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes	
Decreto-Lei nº 36 453, de 4 de Agosto de 1947	Altera alguns artigos do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes	Vigorou até à criação da Junta Regional dos Açores-1975
Decreto-Lei nº 48 905, de 11 de Março de 1969	Cria a Região Açores, dotada de uma Comissão Consultiva de Planeamento	- (Esteve na origem da actual <i>Região Autónoma</i>)
Decreto-Lei nº 458-B/75, de 22 de Agosto	Cria a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional- Junta Regional dos Açores	(são extintos os distritos, criando um órgão administrativo único para os Açores)

APÊNDICE XVIII

JUNTA GERAL DISTRITAL

Decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832 - Por ordem de El-Rei D. Pedro, Duque de Bragança, é decretada a divisão do território em Províncias e estabelecida a respectiva organização administrativa

Decreto de 28 de Março de 1836 - Criação dos Códigos Administrativos.

Decreto de 2 de Março de 1895 - (Diário do Governo n.º 50 de 4 de Março de 1895), estabelece a possibilidade dos distritos açorianos requererem por maioria de 2/3, dos cidadãos elegíveis, para os cargos administrativos, a aplicação de um regime de autonomia administrativa baseada na existência de uma Junta Geral (similar àquelas que tinham existido até 1892). O Decreto, da autoria de João Franco, é aprovado em ditadura, sendo ratificado pelas Cortes pela Carta de Lei de 14 de Fevereiro de 1896;

Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913 - (Diário do Governo n.º 183, de 7 de Agosto de 1913) - Esta lei é a primeira referente à autonomia feita na vigência da Constituição da República de 1911. Não introduz alterações de monta limitando-se, no seu Título VI (artigo 87.º), a manter no essencial o regime do Decreto de 2 de Março de 1895 com as alterações introduzidas pela Carta de Lei de 12 de Junho de 1901. Os republicanos açorianos, que durante a fase final da monarquia constitucional defendiam uma solução federal (e nalguns casos a independência), não conseguiram fazer vingar os seus pontos de vista;

Decreto n.º 14 402, de 7 de Outubro de 1927 - Cria o Delegado Especial do Governo da República nos Açores. Este posto é um antecessor directo do lugar de Ministro da República (a partir de 2006, Representante da República). Ocupado pelo coronel faialense Feliciano António da Silva Leal, deu azo a alguma esperança no aprofundamento da autonomia e levou à produção da proposta de lei, nunca sequer discutida no Parlamento, de criar a Província Autónoma dos Açores (mais uma tentativa frustrada de acabar com a divisão distrital);

Decreto n.º 15 035, de 16 de Fevereiro de 1928 - (Diário do Governo n.º 39, de 16 de Fevereiro de 1928, republicado no Diário do Governo n.º 48) - Decreto do governo da ditadura nacional saída da revolução de 28 de Maio de 1926, consagrando parte das reivindicações apresentadas ao Delegado do Governo da República. É generoso nos princípios e objectivos, fruto, como sempre na história da autonomia açoriana, do momento de alguma fraqueza do Estado português que então se vivia. Revoga o Decreto de 2 de Março de 1895;

Decreto n.º 15 805, de 31 de Julho de 1928 - (Diário do Governo n.º 174, de 31 de Julho de 1928) - Marca um profundo retrocesso face ao Decreto n.º 15 305, de 16 de Fevereiro de 1928 (tão efémero que vigorou só 5 meses), eliminando as veleidades autonomistas, entretanto, alimentadas. É o primeiro diploma sobre autonomia contendo a assinatura de António de Oliveira Salazar, sendo já bem patente a sua marca na vertente financeira;

Lei n.º 1 967, de 30 de Abril de 1938 - (Diário do Governo, I série, n.º 99, de 30 de Abril de 1938) - Depois de uma discussão alargada, envolvendo as Juntas Gerais e a Câmara Corporativa, foi aprovada pela Assembleia Nacional a Lei de Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes, dando execução ao disposto no artigo 124.º, §2.º, da Constituição de 1933, que dizia *a divisão do território das ilhas adjacentes e a respectiva organização administrativa serão reguladas por lei especial*;

Decreto-Lei n.º 30 214, de 22 de Dezembro de 1939 - Aprova a lei orgânica dos serviços das Juntas Gerais insulares;

Decreto-Lei n.º 37 501, de 31 de Dezembro de 1940 - (Diário do Governo n.º 214, de 31 de Dezembro de 1940) - Aprova o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes desenvolvendo a Lei de Bases da Administração do Território das Ilhas Adjacentes, aprovada pela Lei n.º 1 967, de 30 de Abril de 1938. Foi elaborado por Marcello Caetano que para tal visitou demoradamente as ilhas e reuniu com as forças vivas locais. Estende pela primeira vez o regime autonómico ao Distrito da Horta. Revoga o Decreto n.º 15 035, de 16 de Fevereiro de 1928, e o Decreto n.º 15 805, de 31 de Julho de 1928. Foi influente na elaboração deste diploma o 1.º Congresso Açoriano, que reuniu em Lisboa, de 8 a 15 de Maio de 1938, a nata da intelectualidade açoriana da época;

Decreto-Lei n.º 36 453, de 4 de Agosto de 1947 - (Diário do Governo n.º 178, de 4 de Agosto de 1947) - Altera alguns artigos do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes e faz a sua republicação integral. Vigorou até à criação da Junta Regional dos Açores em 1975;

Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de Março de 1969 - Cria, para efeitos de planeamento regional, a Região dos Açores, dotada de uma Comissão Consultiva de Planeamento com sede em Angra do Heroísmo, a primeira consagração após o fim da Capitania Geral dos Açores de uma estrutura supra-distrital. Criou o conceito de *Região* que está na origem da actual *Região Autónoma*;

Decreto-Lei n.º 458-B/75, de 22 de Agosto - Cria a Junta Administrativa e de Desenvolvimento Regional (a Junta Regional dos Açores), na sequência do levantamento popular de 6 de Junho de 1975 em Ponta Delgada. Derroga o *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* e extingue os distritos, criando um órgão administrativo único para os Açores;

APÊNDICE XIX

GOVERNO AUTÓNOMO DOS AÇORES

Processo Administrativo 1976-2009

Decreto-Lei n.º 100/76, de 3 de Fevereiro - Altera o Decreto-Lei n.º 458-B/75, de 22 de Agosto, consolidando a Junta Regional enquanto órgão administrativo dos Açores. Extingue a Comissão de Planeamento Regional criada pelo Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de Março de 1969;

Decreto-Lei n.º 318-B/76, de 30 de Abril - Aprova o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores na sequência da aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976, ocorrida a 2 de Abril de 1976, para entrar em vigor no dia 25 de Abril seguinte. Criou a actual Região Autónoma dos Açores na sequência do fixado na Constituição;

Decreto-Lei n.º 427-D/76, de 1 de Junho - Altera o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores;

Lei n.º 39/80, de 5 de Agosto - Aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores na sequência de proposta apresentada pela Assembleia Regional dos Açores. É o primeiro diploma de natureza “para-constitucional” a reger a autonomia açoriana e o primeiro a ser democraticamente proposto pelo órgão representativo de todo o povo açoriano;

Lei n.º 9/87, de 26 de Março - Aprova a primeira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto - Aprova a segunda revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro - Terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (actualmente em vigor).

APÊNDICE XX
ORGÂNICAS DA SECRETARIA DESDE 1976 ATE 2008

ORGÃO	LEGISLAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
S.R.E.S	Decreto Regional nº 1/76, de 7 de Outubro	Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Equipamento Urbano e Rural, Ambiente e Recursos Naturais
	Decreto Regulamentar Regional nº 41/81/A	Aprovação da Orgânica das funções atribuídas anteriormente
S.R.H.O.P	Decreto Legislativo Regional nº 36/88/A, de 28 de Novembro	Habitação; Urbanismo; Obras Públicas
	Decreto Regulamentar Regional nº 6-A/89/A de 2 de Março	Direcção Regional da Habitação (DRH);
		Direcção Regional de Ordenamento Urbanístico (DROU);
		Direcção Regional de Infra-Estruturas Portuárias e Aeroportuárias (DRIPA);
		Direcção Regional de Estradas (DRE);
		Direcção Regional de Equipamentos Colectivos (DREC).
		Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)
S.R.H.O.P	Decreto Regulamentar Regional nº 2/92/A, de 27 de Janeiro	Habitação; Ordenamento e Urbanismo; Recursos Hídricos; Saneamento Básico e Obras Públicas
SRHOPTC	O Decreto Legislativo Regional nº 1/93/A, de 5 de Janeiro	Atribui mais as funções dos Transportes e Comunicações
S.R.H.E	Decreto Regulamentar Regional nº 12/98/A, de 6 de Maio	Direcção Regional de Habitação; Direcção Regional de Obras Públicas e Transportes Terrestres
	Decreto Regulamentar Regional nº 4/2008/A	Foram atribuídas as funções do Instituto Geográfico Português (IGP)
	Decreto Regulamentar Regional nº 25/2008/A	Obras Públicas; Edifícios Públicos; Transportes Terrestres; Protecção Civil e Bombeiros; Comunicações
		Ciência e Tecnologia; Informática e Sociedade de Informação